

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO**  
**HISTÓRIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IDEIA DE CIDADE**

A fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII, Itapeva, Itapetininga e Apiaí.

Caio Júlio Guedes

**Campinas**

**Fevereiro de 2018**

## Caio Júlio Guedes

A ideia de cidade: a fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII, Itapeva, Itapetininga e Apiaí.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4 Guedes, Caio Júlio.

G924i A ideia de cidade: a fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII, Itapeva, Itapetininga e Apiaí / Caio Júlio Guedes. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.  
155 f.

Orientadora: Ivone Salgado.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Sorocaba, Região de (SP) - Divisão territoriais e administrativas. 3. Crescimento urbano. 4. Cidades e vilas - História. I. Salgado, Ivone. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

**CAIO JÚLIO GUEDES**

**“A IDEIA DE CIDADE: A FUNDAÇÃO DA VILA DE  
SOROCABA E SEUS PRIMEIROS  
DESMEMBRAMENTOS NO SÉCULO XVIII,  
ITAPEVA, ITAPETININGA E APIAÍ”**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências  
Exatas, Ambientais e de Tecnologias da  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
como requisito para obtenção do título de  
Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivone Salgado

Dissertação defendida e aprovada em 26 de Fevereiro de 2018 pela Comissão  
Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> **Ivone Salgado**

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> **Renata Baesso Pereira**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> **Ana Maria Reis de Góes Monteiro**

Universidade Estadual de Campinas

À Dona Lola, Aparecida do meu sertão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais e minha família, que sempre me apoiaram em todas as iniciativas e me ensinaram os primeiros passos para caminhar. A meus professores da PUC Campinas, em especial a minha orientadora Ivone Salgado, que direcionou seus esforços a mim, me amparando em todos os momentos. Agradeço muito a meu companheiro Felipe Cravo que me incentivou a me inscrever neste programa de mestrado. Também pelas horas dedicadas a me auxiliar e pela vida dedicada a me acompanhar, tudo isso é projeto de futuro que sonho contigo. Ao professor Fellipe de Andrade Abreu e Lima, por sempre acreditar em mim e me instigar na construção do conhecimento. A todos os incentivos de meus amigos antigos e dos que fiz nessa etapa da caminhada pelas horas de estudo, saliento: Lucas Mainnet, Marta Almeida, Marina Incao, Beatriz Arruda, Erika Soares, Rafael Ferreira, Flávia Tarricone, Fabíola Löwenthal e Renata Allucci. Desejo sempre tê-los por perto.

Não poderia deixar de agradecer imensamente ao arquiteto, amigo e sócio Guilherme Bissoli, que segurou as pontas muitas vezes em que precisei estar ausente de nosso trabalho em função da pesquisa. Mas principalmente pela sensibilidade em me apoiar durante todo o processo.

Um agradecimento especial a José Rubens Incao da Biblioteca Infantil de Sorocaba e a Elzio José, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que me auxiliaram no acesso à informação. Grato também à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que me concedeu bolsa de estudos na modalidade taxa, durante todo o último ano de conclusão do mestrado.

Como disse o arquiteto Oscar Niemeyer, o que importa são as pessoas e o objetivo desse mestrado é encontrar um meio de devolver à sociedade, tudo aquilo que dela pôde me moldar, alavancando a minha compreensão de mundo. Sem as pessoas eu seria menos do que sou agora e menor seriam em mim, os conflitos que me impulsionam à apreensão das coisas.

Por fim, agradeço a Dona Lola, minha avó Aparecida, por desde sempre e ainda, em idade avançada, me aguçar o conhecimento sobre os sertões e confins desse território de São Paulo.

[Esta terra] traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos - terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!

Extrato da carta de Pero Vaz de Caminha

1 de maio de 1500

## RESUMO

Objetiva-se alcançar, com a presente pesquisa, a ideia de cidade com a qual o modo português de fundação de cidades foi empregado na colônia portuguesa na América. Isto através do ritual fundacional de ereção, que foi feito a partir de uma normatização em extratos, das etapas que deveriam seguir-se em alguns dias de ato público. Para estudo da formação das capitanias do Sul a revisão bibliográfica clássica se faz necessária, dentro do grupo de estudos da história urbana e da história nova, para esclarecer os conceitos de formação do urbano e formação do território. Empregam-se o objetivo e os conceitos para comparação entre os estudos de caso da elevação da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, da qual sua formação iniciou no século XVI, e de seus primeiros desmembramentos ocorridos no século XVIII, as vilas de Itapeva da Faxina (1769), Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga (1770) e Santo Antonio das Minas de Apiahy (1771). Percebeu-se a prática administrativa e política da construção da capela, eleição das pessoas que comporiam a câmara e construção da Matriz em Sorocaba, como únicos pontos que cumpriram esse modo português de fundação de cidades pouco formatado neste caso. Já nas outras vilas do século XVIII a partir da administração reestruturadora do Governador Morgado de Mateus, encontraram-se documentos em fontes primárias relativos a um método muito bem formatado para o ritual de ereção. Concluiu-se por fim alguns aspectos que ainda estavam poucos esclarecidas na história de Sorocaba neste período, como os primeiros anos de vida da vila e a sua inserção em um contexto regional, participando de processos histórico-sociais, políticos, administrativos e econômicos de toda a rede urbana das capitanias do Sul.

**Palavras-Chave:** Fundação de Cidades; Vilas; Rede Urbana; Termo; Rocio.

## ABSTRACT

The objective of this research is to achieve the idea of a city with which the Portuguese way of founding cities was used in the Portuguese colony in America. This through the foundational ritual of erection, which was made from a normalization in extracts, of the steps that were to be followed in some days of public act. In order to study the formation of the captaincies of the south, the classic bibliographical revision is necessary, within the group of studies of urban history and new history, to clarify the concepts of urban formation and territorial formation. The objective and the concepts are used to compare the case studies about the elevation of the village Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, from which its formation began in the sixteenth century, and its first dismemberments in the eighteenth century, the villages Itapeva da Faxina (1769), Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga (1770) and Santo Antonio das Minas de Apiahy (1771). It was noticed the administrative and political practice of the construction of the chapel, election of the people who would compose the chamber and construction of the mother church in Sorocaba, as only points that fulfilled this Portuguese way of city foundation little formatted in this case. Already in the other villages of the eighteenth century from the restructured administration of the Governor Morgado de Mateus, documents were found in primary sources, related to a very well-formed method for the erection ritual. Finally, some aspects that were still little clarified in the history of Sorocaba during this period, such as the first years of the village's life and its insertion in a regional context, participated in historical, social, political, administrative, and economic processes of the whole region from the urban network of the captaincies of the South.

**Key words:** City foundations; Villages; Urban Network; Termo; Rocio.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa do Tratado de Tordesilhas por Luis Teixeira, 1590. ....	17
<b>Figura 2:</b> Traçado de um dos ramais do caminho Peabirú (em vermelho), que passava em Sorocaba com destino ao Pacífico. ....	28
<b>Figura 3:</b> Carta Chorografica 1770. ....	29
<b>Figura 4:</b> Cartografia do século XVIII sem autor. ....	31
<b>Figura 5:</b> Mapa desmembramentos do território paulista: 1500-1600. ....	33
<b>Figura 6:</b> Mapa dos desmembramentos: 1600-1700. ....	34
<b>Figura 7:</b> Mapa dos desmembramentos: 1700-1800. ....	35
<b>Figura 8:</b> Vista atual de satélite da Rede Urbana em estudo. ....	37
<b>Figura 9:</b> Mapa Regional CGG 1927: ....	53
<b>Figura 10:</b> Linha do tempo dos desmembramentos de São Paulo a Sorocaba: ....	60
<b>Figura 11:</b> Perfil do Morro de Arassoyaba, tomado de Leste, 18 de abril de 1876. ....	63
<b>Figura 12:</b> Aquarela da Real Fábrica de São João de Ipanema. ....	68
<b>Figura 13:</b> Aquarela de São João de Ipanema - Debret 1821. ....	69
<b>Figura 14:</b> São João de Ipanema 1821. ....	70
<b>Figura 15:</b> Cartografia da Fábrica de fundição São João de Ipanema, 1928 ....	71
<b>Figura 16:</b> Cidade de Sorocaba, 1870. ....	73
<b>Figura 17:</b> As três fundações de Sorocaba ....	74
<b>Figura 18:</b> Planta da cidade de Sorocaba em 1893. ....	82
<b>Figura 19:</b> Demarcação do mosteiro de São Bento, Matriz de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba em frente ao largo, praça onde possivelmente esteve o pelourinho e primeira e segunda casa de câmara e cadeia ao longo da Rua São Bento. ....	83
<b>Figura 20:</b> Intervenção na planta da cidade de Sorocaba 1893 ....	85
<b>Figura 21:</b> Tentativa do autor de reconstituição do Rocio de Sorocaba em imagem atual de satélite. ....	86
<b>Figura 22:</b> Imagem atual do mosteiro de São Bento, em restauração. ....	86
<b>Figura 23:</b> Reconstituição do núcleo fundacional da cidade de Sorocaba: ....	88
<b>Figura 24:</b> Recomposição de Sorocaba em 1661, segundo Celli (2012). ....	89
<b>Figura 25:</b> Recomposição de Sorocaba em 1839 segundo Celli (2012). ....	90
<b>Figura 26:</b> Igreja Matriz Nossa Senhora da Ponte, com a cadeia ao fundo – 1876. ....	93
<b>Figura 27:</b> Rua São Bento e Gabinete de Leitura Sorocabano – 1876. ....	93

<b>Figura 28:</b> Rua Direita da Matriz – foto retirada da torre sineira da Igreja de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. ....	94
<b>Figura 29:</b> Segunda casa de câmara e cadeia de Sorocaba – ao lado do Convento de Santa Clara e mosteiro de São Bento ao fundo. ....	94
<b>Figura 30:</b> Mapa Regional de Faxina, 1927.....	111
<b>Figura 31:</b> Cidade de Faxina com igreja matriz ao fundo, casas e arruamentos, 1927. ....	112
<b>Figura 32:</b> Praça da Matriz de Faxina – 1927.....	113
<b>Figura 33:</b> Igreja Matriz de Faxina – 1927.....	114
<b>Figura 34:</b> Auto de Ereção da V. <sup>a</sup> de Faxina. ....	115
<b>Figura 35:</b> Interpretação da morfologia urbana de Itapeva no século XVIII, sobre Mapa de 1927. ....	119
<b>Figura 36:</b> Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Itapeva, em mapa atual.....	120
<b>Figura 37:</b> Cadeia de Faxina – 1927. ....	121
<b>Figura 38:</b> Mapa Regional de Itapetininga, 1927.....	123
<b>Figura 39:</b> Praça da Matriz de Itapetininga, 1927.....	124
<b>Figura 40:</b> Auto de Erecção da Nova Villa de N. Snr. <sup>a</sup> dos Prazeres de Itapetininga. ....	126
<b>Figura 41:</b> Igreja Matriz de Itapetininga – 1927. ....	131
<b>Figura 42:</b> Interpretação da morfologia urbana de Itapetininga no século XVIII, sobre Mapa de 1927. ....	132
<b>Figura 43:</b> Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Itapetininga, em mapa atual.. ....	133
<b>Figura 44:</b> Maquete interpretativa do núcleo fundacional de Itapetininga. ....	134
<b>Figura 45:</b> Mapa Regional de Apiahy, 1927. ....	136
<b>Figura 46:</b> Interpretação da morfologia urbana de Itapetininga no século XVIII, sobre Mapa de 1949. ....	142
<b>Figura 47:</b> Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Apiahy, em mapa atual.....	143
<b>Figura 48:</b> Igreja Matriz de Apiahy, 1954, poucos anos antes de sua demolição... 145	
<b>Figura 49:</b> Ruínas da Cadeia de Apiahy em 1952, com os vestígios da construção em taipa de pilão.....	145
<b>Figura 50:</b> Foto aérea de Apiahy, 1938. ....	146

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 AS IDEIAS DE CIDADE</b> .....	16
1.1 A produção do espaço na Colônia Portuguesa .....	16
1.2 A formação do Território Paulista .....	23
1.2.1 O que diz a historiografia sobre o processo de formação do Território Paulista: .....	24
1.2.2 A representação do Território: .....	31
1.3 A formação do Urbano .....	38
1.4 O modo português de fundação de cidades .....	44
1.5 A Ordem Beneditina e a correlação de conflitos.....	48
<b>2 NOSSA SENHORA DA PONTE DE SOROCABA</b> .....	51
2.1 Os Fernandes e a formação do território .....	55
2.2 Monte Serrat e São Felipe, os embriões de Sorocaba .....	61
2.2.1 São João de Ipanema .....	67
2.3 Formação do urbano na vila de Nossa Senhora da Ponte e sua composição.....	73
2.3.1 O Conflito entre a Câmara e a Ordem:.....	95
<b>3 CONFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO</b> .....	103
3.1 Morgado de Mateus e as estratégias de dominação do território .....	104
3.1.1 As cartas do Governador.....	105
3.2 Apiahy, Itapetininga e Itapeva no século XVIII .....	109
3.2.1 A vila de Itapeva da Faxina: .....	110
3.2.2 A vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga:.....	122
3.2.3 A vila de Santo Antonio das Minas de Apiahy: .....	135
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	152

## INTRODUÇÃO

Os estudos já publicados que tratam sobre a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba compõe a bibliografia básica local da presente pesquisa. Autores como Aluísio de Almeida (2002), Lucinda Ferreira Prestes (1999), Cássia Maria Baddini (2002), construíram trabalhos que contribuem para a compreensão que temos hoje, sobre a história da cidade de Sorocaba e de sua região. Porém, ainda existem lacunas a serem preenchidas. Alguns pontos dessa história merecem um olhar mais aproximado e uma revisão, dentro da compreensão da história social. A formação da vila de Sorocaba no século XVII e seus primeiros desmembramentos, que ocorreram no século XVIII permitem hoje, sua inserção em uma nova abordagem, partindo de conceitos atualizados sobre a compreensão do território e do urbano na colônia, bem como a formação regional da rede urbana nas capitânicas do Sul. Sabe-se sobre o “Registro” de Sorocaba, postos fiscais que geraram muito lucro para a Coroa, sobre o trânsito para a comercialização das mulas que subiam do sul. Contudo, a comercialização de mulas, que marcou o período conhecido como Tropeirista no século XVIII, ocorreu somente um século após o início da exploração dos sertões paulistas.

Nesse aspecto, na presente dissertação pretende-se voltar um século na história urbana de Sorocaba e construir a análise dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que motivaram a formação e a ocupação do primeiro oeste Paulista, a partir da elevação à vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, em 1661. Isto para dar subsídio para avançar na compreensão da história de fundação de vilas coloniais, dentro da abordagem metodológica da História Nova ou História Social. Não raro encontra-se abrangente citação a conceitos de Bernard Leppetit, historiador francês do século XX, intencionando a compreensão do todo, não apenas da parte, na Historiografia. Isso significa que os consagrados autores de títulos que norteiam o presente trabalho, como Nestor Goulart Reis Filho (2013), Murillo Marx (1991), FaniaFridman (1999), Maurício de Abreu (2010), Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009), Lobato Correa (1989), Cláudia Damasceno (2001), Fernanda Derntl (2010), Ruy Moreira (2014) e outros encontrados na bibliografia, pautam seus trabalhos em uma compreensão da formação do território e do urbano, ligadas às tensões existentes em dado meio e suas conseqüentes equalizações. Isto pressupõe a noção de uma história mais dinâmica e processual, sempre relativa a um

determinado momento histórico, dentro de um contexto social, econômico, político, administrativo, artístico e cultural, de um cenário mais abrangente do que o cenário local.

O termo “atores sociais”, que foi utilizado por David Harvey (1992), por exemplo, também encontrado em Bernard Leppetit (2001), permite hoje abrir interpretação reducionista, de pessoas que desempenham apenas papéis em diferentes cenários. Assim, a fim de compreender o sujeito enquanto agente no meio, em todas as suas possibilidades dialéticas, utilizar-se-á para a presente pesquisa o conceito de **agentes sociais**, segundo Lobato Correa (1995), proporcionando uma compreensão do **Ser** que age em seu meio e se transforma com ele. E sendo **Ele** um agente, intensifica ou esgarça as relações humanas dentro de seu contexto histórico-social. Podem os agentes sociais estar sob a condição de detentores dos meios de produção, proprietários fundiários, ou grupos sociais minoritários, como indígenas, escravos, negros, entre outras tantas condições para ação no meio. Principalmente agentes ligados às atividades do Clero e do Governo, encontrados na presente pesquisa (grifo nosso).

Todo agente social está inserido dentro de um contexto, os processos histórico-sociais:

[...] Indicamos ainda uma categoria que é obviamente uma das mais importantes para a História Social: a dos ‘processos’ (industrialização, modernização, colonização, ou quaisquer outros, inclusive as revoluções, que aparecem incluídas na rubrica ‘movimentos sociais’). É muito importante indicar que a História Social também estuda estes ‘processos’, e não apenas modos de organização ou estruturas, pois caso contrário a História Social poderia ser vista como uma História estática, e não dinâmica. (BARROS, 2005, p.13)

Barros (BARROS, 2005, p.12) mostra que a história social corresponde a “recortes humanos” e “recorte de relações humanas”, que dizem respeito a classes sociais e células familiares, também parte deste estudo e suas formas de organização e estrutura social. Na “macro história”, não há limitações de fontes para pesquisa, podendo-se investigar a documentação privada e oficial. Esta é a contribuição para a História Nova, que se pretende alcançar (BARROS, 2005, p. 18,19).

Sobre a documentação primária utilizada, foram analisados os seguintes documentos: cartografias históricas referentes ao período colonial e formação do urbano na capitania de São Paulo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, bem como autos de ereção e fundação de vilas; cartografias históricas encontradas no Arquivo

Público do Estado de São Paulo; Cartas trocadas entre os anos de 1765 a 1775, relativas ao governo de D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão encontradas nos Documentos Interessantes para a História do Estado de São Paulo; Registros da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo de 1927, encontrados no Arquivo Público do Estado; Inventários e testamentos disponíveis no Museu Histórico Sorocabano e Museu Histórico de Santana do Parnaíba; e Registros do arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos às vilas de Sorocaba, Itapeva, Itapetininga e Apiahy.

“A Ideia de Cidade”, obra de Joseph Rikwert (xxxx), analisa o ritual de fundação das cidades Romanas na antiguidade clássica, através dos atos simbólicos, míticos e ritualísticos para escolher o melhor lugar em se erigir uma cidade. Assim, para a presente dissertação, utiliza-se de uma nova metodologia empregada no contexto colonial brasileiro, para olhar para o mesmo objeto de estudo. O momento simbólico da fundação.

Pretende-se apontar através da análise das fontes primárias, enquanto ponto focal da discussão, a manutenção do modo português de fundação de cidades, por meio do ritual de ereção de vilas, que está presente em Sorocaba do século XVII e também empregado nas primeiras cidades desmembradas de seu Termo<sup>1</sup> no século XVIII – os estudos de caso de Itapeva, Itapetininga e Apiahy. O ritual fundacional é o momento simbólico de maior importância na passagem de freguesia à vila. Para materialização espacial e organização de uma nova urbanidade, amparada pela institucionalização civil, através da eleição dos membros da câmara e de sua instituição, um dia inteiro é dedicado à elevação da vila.

O objeto da pesquisa, nesses dois momentos distintos é: a manutenção do modo português de fundação de cidades comparando a fundação da vila de Sorocaba no século XVII e a fundação de das vilas de Itapeva, Itapetininga e Apiahy, um século depois. É neste ponto que se pode encontrar a ideia de cidade na colônia portuguesa e enxergar os processos pelos quais os agentes da formação do território e do urbano, realizam de forma ritualística a fundação de vilas.

---

<sup>1</sup> Termo é a denominação colonial para o traçado dos limites territoriais da vila, pode-se comparar atualmente a fronteiras político-administrativas entre cidades.

A pesquisa desenvolve-se em três capítulos e em dois momentos históricos. O primeiro capítulo, fruto da revisão bibliográfica, divide-se em subtítulos para abarcar desde a produção do espaço na colônia da América portuguesa, até as compreensões sobre a formação do território e a formação do urbano. Para isso, utiliza-se a bibliografia clássica e fontes primárias, como mapas e cartografia histórica. O foco direciona-se para a formação da região compreendida pelas capitânicas do Sul da colônia, com a rede urbana que venceu a serra e subiu da vila de São Vicente para fundar São Paulo e depois iniciou a entrada aos sertões, com a fundação da vila de Santana do Parnaíba. Dela desmembraram-se três vilas: Itu, Jundiá e **Sorocaba**. O segundo capítulo, primeiro momento histórico, dedica-se à vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, incluindo os estudos das vilas antecessoras à sua formação, com a investigação da passagem do século XVI para o XVII. Assim, neste capítulo, analisa-se os anos antecedentes à formação do núcleo original de Sorocaba, através do estudo da família Fernandes e as porções de terra de suas propriedades, que se desmembraram e deram origem às cidades bocas do sertão. Aqui se aplica a dinâmica da rede urbana e da história social em que Sorocaba estava inserida no século XVII. A vida da vila de Sorocaba e seus processos através dos primeiros anos de fundação, bem como os agentes minoritários também são objetos de estudo. Como por exemplo, o conflito entre a Câmara e o mosteiro dos beneditinos que fundaram a cidade e abriram margem para a demarcação incerta dos limites de suas terras com as terras da câmara.

A passagem de um século de conflitos e o cenário de equalizações de tensões, trazem um momento histórico propício a um urbanismo fruto de um momento iluminista, onde novas administrações políticas foram necessárias e resultam na produção de um espaço diferenciado, que muito impactaria na rede urbana. O terceiro capítulo e segundo momento histórico debruçam-se sobre a elevação das vilas de Itapeva da Faxina, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga e Santo Antônio das Minas de Apiahy, no século XVIII. É aqui que os documentos de autos de ereção são utilizados, enquanto fontes primárias, para compreender as permanências e rupturas no modo português de fundação de cidades. Atestando assim, os processos pelos quais se fundavam vilas no período colonial.

## **1 AS IDEIAS DE CIDADE**

### **A Rede Urbana na colônia do novo Império Português**

#### **1.1 A produção do espaço na Colônia Portuguesa**

O Tratado de Tordesilhas (Figura 1) foi a primeira maneira, concedida pelo Papa Alexandre VI às Coroas de Portugal e Castela (atual Espanha), de conceder as terras que eram de Deus, às duas Coroas, pioneiras da navegação. Em nosso território, hoje delineado por variáveis definidas séculos mais tarde com os engenheiros militares, as boas intensões das Capitânicas Hereditárias no Brasil, criadas em 1534, delegavam a ocupação do território de forma indireta e descentralizada à Capitães Donatários. Sobre isso, nos descreve Reis (1968) que, esse sistema de Capitânicas:

[...] transferia aos donatários e colonos em princípio, as responsabilidades militares e judiciárias e mesmo fazendárias, ficando para a Coroa apenas os encargos de fiscalização. Outorgando aos donatários direitos da Coroa, o sistema os obrigava ao estabelecimento de um esquema administrativo próprio, limitando-se a Metrópole à manutenção de um almoxarife ou feitor do rei, mas essas funções eram, às vezes, atribuídas aos respectivos capitães [...] configurava-se então um esquema administrativo elementar, nas capitânicas, modificado, apenas ligeiramente, pela criação do Governo Geral em 1549. Formas de administração mais complexas surgiram apenas onde e quando a ação do poder central veio a se desenvolver. (REIS, 1968, p.31)

A necessidade de particulares que financiassem essa primeira ocupação do que deveria ser o Novo Império Português nas Américas, curiosamente desincumbiu a Coroa de tal feito. Surgiram então, os agentes sociais a que se concederam as Capitânicas Hereditárias. Temos ao Norte do tratado: Fernando  lvares de Andrade, Antonio Cardoso de Barros, Duarte Coelho, Francisco Pereira Coutinho e dois lotes para João de Barros e Aires da Cunha; abaixo capitânicas de Jorge Figueiredo Correa, Pero de Campos Tourinho, Vasco Fernandes Coutinho e Pero de G is; e a Sul as que mais nos interessa, bem como com mais de dois lotes também ao Norte, Pero Lopes de Souza, sendo seu segundo lote a Capitânicas de Santana e Martin Afonso de Souza com dois lotes, sendo seu primeiro lote o da Capitânicia de São Vicente, onde se fundou a primeira vila das novas terras, em 1532 (REIS, 1968, p.85), como pode-se perceber na Figura 1.



Figura 1: Mapa do Tratado de Tordesilhas por Luis Teixeira, 1590.



FONTE: disponível em <<http://www.historia-brasil.com/mapas/teixeira-1574.htm>> acessado em 05 de outubro de 2016 às 22h. Original em Lisboa, Biblioteca da Ajuda.

O direito de explorar a terra permitia aos Capitães “sub-concessões” na forma de Sesmarias – o que pode ser compreendido hoje como as primeiras intenções de desmembramentos de terra na colônia, juntamente com as divisões do Tratado. Faz-se necessário aqui a compreensão do sistema de posse da terra por parte, tanto dos Capitães, quanto dos futuros Sesmeiros. Eles detinham a concessão da terra, que deveria ser explorada e trabalhada, tornando-se produtiva, a fim de render lucro para a Coroa e para os Capitães, na forma de impostos forais<sup>2</sup>. Nestor Goulart nos diz ainda que:

A divisão do Brasil em capitanias procurava um estímulo às inversões de capitais privados, sem condições para maior sucesso nas Índias. De fato, o conjunto de concessões feitas pela Coroa aos donatários não conseguiu atrair grupos significativos, ainda interessados no comércio com o Oriente. Os donatários e os primeiros colonos eram quase sempre figuras de importância relativa e os últimos, originários de ambientes mais modestos. (REIS, 1968, p.30, 31).

Desde a divisão da terra pela Linha de Tordesilhas até o primeiro parcelamento com as capitanias, observadas na Figura 1, concedidas para os capitães através das cartas de concessão, não se instituía a propriedade da terra, mas somente se declarava permitido o seu uso, através da confirmação dos forais. Deveriam eles seguir as Ordenações do Reino e poderiam, assim, distribuir porções em sesmarias para pessoas de sua confiança como posseiros (sesmeiros), com o objetivo de criar vilas.

Os sesmeiros estavam sujeitos a algumas exigências para terem a concessão de terras, uma delas era o décimo, imposto que garantia a décima parte da produção, à corporação cedente das terras e à Ordem de Cristo. A medida da sesmaria tinha um máximo estipulado.

Mecanismos de demarcação do território eram incertos e as definições de limites também. A medida de “legoa de quadra” deveria ser a mesma com pequenas variações para todas as sesmarias. Porém, caminhos e estradas entre glebas estavam dentro das necessidades da concessão. Assim, o concessionário não detinha a propriedade das terras, mas era sim um beneficiário delas, utilizando as enquanto posseiro. O custo inicial para tal empreita era alto.

---

<sup>2</sup> Os forais eram cartas redigidas à Coroa, como forma de cumprimento da dominação do território e assegurar o pagamento dos devidos impostos sobre a terra.

Sobre o sistema sesmarial conta-nos Reis (1968) que “a política portuguesa para o Brasil, em meados do século XVI, procurava utilizar ao máximo os recursos de particulares – colonos e donatários – sem prejudicar os programas das Índias, que ocupavam então o melhor de seus esforços” (p.66). Afirma o autor que os grandes atos iniciais de urbanização dessas novas terras foram delegados a Europeus, estimulados a fixarem-se e coloniza-las. Ainda continua o autor explicando que os donatários a partir disso, perpetuavam as tarefas de urbanização, com o poder de criação e vilas, poder esse concedido pela coroa através das cartas de doação (REIS, 1968, p.66).

Donatários e colonos firmaram junto a Coroa, em um primeiro momento até a criação do Governo Geral em 1549, o compromisso de explorar as novas terras, com responsabilidades repassadas da Coroa aos particulares, inclusive no que diz respeito ao desbravamento dos Sertões, através da concessão de sesmarias para colonos.

Pode-se diferenciar o conceito de Sertões, que estavam sendo explorados de Norte a Sul nas novas terras, do conceito de Território. Sobre as zonas interiorizadas a que se atribui tal denominação de “Sertão”, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009) mostra que sua apropriação se dará com a criação da Rede Eclesiástica e esclarece o conceito sobre os sertões:

[...] região apartada do mar, por todas as partes metida entre terras” – cabendo à ação humana dilatar-lhe os “confins” – “fronteiras” ou “extremidades de uma terra contígua com outra”. Na documentação oficial, não por acaso, os termos “conquista” e “domínio” aparecem como sinônimos de “colônia” e sempre vinculados à ação humana. Impérios, reinos, conquistas, províncias, capitânias, comarcas, bispados eram divisões territoriais convencionadas e historicamente desenhadas de acordo com a natureza das relações sociais em jogo. O estabelecimento oficial das fronteiras jurídicas resultava de atos deliberados e acordados politicamente. (BUENO, 2009, p.252).

Os sertões eram todas as regiões ou zonas interiorizadas e mais distantes da costa do mar, onde não se tinha ainda conhecimento, documentação ou domínio. Portanto, um Sertão torna-se Território a partir do momento em que os agentes de poder, no caso do Brasil colônia a Coroa, avançam através das entradas nos sertões e dominam a terra. Esta, por sua vez, deveria ser trabalhada e povoada.

Muito tinham a fazer os novos agentes que receberam suas concessões na América portuguesa. Deveriam eles assim, adentrar ao território para dar uso e confirmação a esses imensos e inóspitos sertões. Para isso, tanto da parte da Coroa

enquanto Estado, como dos particulares capitães donatários, foram promovidas ações de avanço, transpondo a grande muralha da serra do mar.

Como forma de adentrar aos Sertões, aconteceram expedições com a finalidade de expandir o território, financiadas pela Coroa portuguesa. Nelas, os particulares almejavam lucrar com as novas terras. As Bandeiras marcaram na história clássica todo um período de avanço sobre o território, financiadas por investimentos de agentes particulares. Sobre isso nos descreve Reis, no ano de 1599:

Chega a São Paulo o Governador Geral d. Francisco de Souza, atraído pelas notícias de descobertas de minas de ouro. O Governador Geral traz um contingente de tropas regulares e organiza a população masculina em tropas de ordenanças, com unidades chamadas bandeiras. Promove avanços pelo sertão, que submetem as tribos hostis e domina o território (REIS, 2013, apud. CORTESÃO, 1955).

As Monções, também foram uma forma consolidada de desbravamento dos sertões. Através dos cursos d'água, paulistas que partiram da freguesia de Ararytaguaba<sup>3</sup> pelas margens do Rio Anhemby, hoje conhecido como Tietê, promoveram expedições fluviais com destino às áreas de mineração do Mato Grosso, a fim de abastece-las. As canoas levavam mantimentos, ferramentas, armas, munições e tecidos, entre outras coisas.

Esse mesmo Rio Anhemby foi palco de diversas ações que culminaram na conformação do território paulista que conhecemos hoje. Poderemos perceber mais adiante nos estudos de caso, que a primeira cidade fundada nos sertões de São Paulo foi a atual cidade de Santana do Parnaíba, às margens do Rio Tietê, em 1625 (REIS, 1968, p.85).

Mais à frente na história serão pertinentes também aos estudos de caso, os Tropeiros, que conformaram uma outra maneira de adentrar aos Sertões. Eles estão ligados às conduções de tropas, enquanto comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores, a partir do séc. XVII no Brasil. Os muares representavam um importante artigo de comércio e expansão para o sul do território, como pode-se encontrar em Baddini (2002). Sobre isso nos diz a autora em um contexto econômico dessa rede em formação, os muares:

[...] representavam um importante artigo de comércio entre o Sul, área de criação e o planalto paulista, centro de distribuição. [...] inicialmente foram

---

<sup>3</sup> Atual cidade de Porto Feliz.

buscados nas zonas de fronteira com a América espanhola, onde já existia o gado arrebanhado das missões jesuíticas e dos estanceiros, que comercializavam as mulas para transporte da prata de Potosí. (BADDINI, 2002, p.48).

Para a dominação e desbravamento desse território utilizou-se amplamente do conhecimento que os primeiros habitantes, os índios, já possuíam do território. Muitas tribos foram notadamente dominadas pela missão Jesuítica – iniciada com a chegada dos primeiros Jesuítas, contemporânea a criação do Governo Geral de 1549 – ou escravizados durante todo o processo de colonização, não só da América Portuguesa, mas em um contexto geral dos processos de colonização. Em nossa região, a interação com os indígenas teve papel fundamental na conformação do território, como nos aponta Monteiro (2013, p.18), ela “teve suficiente profundidade e densidade histórica para influenciar de maneira significativa a formação da Colônia”. Ainda aponta o autor que durante o século XVI, várias formas de confronto “forneceram bases para uma ação perante a situação historicamente nova da conquista” (MONTEIRO, 2013, p.18).

Porém, esse território predominantemente indígena ofereceu assim, nos primeiros anos de colonização, forte resistência resolvida com embates de cultura e, não obstante, físicos. A imposição do trabalho forçado constituiu as primeiras bases da economia colonial. Segundo Monteiro (2013), os Tupis-Guaranis ocupavam a maior parte litorânea do território, tendo contato direto com os Europeus e continua:

A região englobada pela capitania de São Vicente não figurava como exceção, embora se tenha suscitado uma certa controvérsia em torno da identificação dos habitantes originais do local onde foi erguida a vila de São Paulo. Ali conviviam Tupiniquim e Guaianá, estes Jê e aqueles Tupi, assim enquadrando-se rigorosamente no esquema dicotômico Tupi-Tapuia. (MONTEIRO, 2013, p.20,21).

Percebe-se, portanto, que as mesmas famílias linguísticas indígenas que habitavam a capitania de São Vicente no litoral, podiam ser encontradas no planalto paulista e na Repartição Sul do território. Quando Nestor Goulart Reis nos mostra em seu livro (2013) as hipóteses em discussão, acerca da formação da Repartição Sul, em que se tratando da interação do colono português com os indígenas, declara a importância disso para a manutenção da vida da colônia:

Na repartição Sul, mais do que uma forma de escravidão, havia uma simbiose, um sistema de trocas, que incluiu o uso da língua tupi na sua forma geral, o sistema de alimentação de base coletora e uma intensa mestiçagem, na qual os descendentes não eram necessariamente escravos mas formavam um contingente paralelo. As tribos aliadas e os índios

administrados eram uma espécie de parceiros “menores” no processo (REIS, 2013, p.31).

A compreensão dos Portugueses sobre a importância da guerra nas relações intertribais foi fundamental, para que as perspectivas de conquista, dominação e exploração da população nativa obtivessem êxito. Muitas questões da ocupação da terra resolveram-se com a relação do Europeu com o Índio, como por exemplo o cultivo da terra, que facilmente poderiam as tribos expandir a produção, com a inserção de utensílios de ferro.

O conhecimento indígena sobre o território era fundamental para que os recém-chegados atingissem as possíveis riquezas planalto acima. Sobre isso relata Monteiro (2013) que os Jesuítas, em especial o padre Manuel da Nóbrega, já almejavam a consolidação de arraiais com a aglutinação de tribos no planalto da futura vila de São Paulo. Assim, a utilização dos caminhos indígenas foi de fundamental importância serra acima:

O local da nova vila, situada no topo da serra à principal trilha utilizada pelos Tupiniquim nas suas excursões para o litoral, permitia acesso ao vasto interior ao sul e oeste da capitania, conforme sugere o título Borda do Campo [do planalto sul e oeste]. Realmente, os portugueses logo exploraram esta orientação, como ilustra a viagem de um certo Francisco Vidal, que já em 1553, foi para o Paraguai, regressando em poucos meses com vinte escravos Guarani. Embora o comércio clandestino fosse pouco aceitável para a Coroa, os documentos da Câmara Municipal de Santo André confirmam este contato com os espanhóis do Paraguai. (MONTEIRO, 2013, p.38).

Em 1549 formas de administração mais complexas foram necessárias para dar conta das recentes capitanias criadas e reorganizar os poderes dos donatários sobre as terras, as relações sociais e econômicas. Podemos encontrar em Reis (1968, p.31) que “o programa de administração exclusivamente através das capitanias não obteve um resultado muito amplo”. Assim, foi fundada em 1549 a cidade de Salvador na Bahia, para sede do Governo Geral. O primeiro governador geral foi Tomé de Souza (1549-1553), sucedido por Duarte da Costa (1553-1558) e Mem de Sá (1558-1572).

O novo sistema tinha também, a função de coordenação militar e administrativa para um controle mais direto das capitanias. Há que se atentar aqui para a intenção do novo regime de, como nos aponta Monteiro (2013), adotar uma política indigenista:

A nova postura expressa no Regimento admitia abertamente que o fracasso da maioria das capitanias tinha raízes no cativo ilegal e violento praticado pelos colonos. Ao mesmo tempo, de forma mais velada, o Regimento reconhecia que o êxito da Colônia dependia, em última instância,

da subordinação e exploração da mesma população indígena. (MONTEIRO, 2013, p.36).

Na composição do sistema de administração da Colônia, tinha-se um Governador Geral, um Ouvidor “para negócios de justiça”, um Capitão-Mor para a costa e um Provedor-Mor da Fazenda, que constituíam o núcleo administrativo da Bahia. Posteriormente para ter maior cobertura do território, seria criado o Governo Geral do Rio de Janeiro e mais tarde, o do estado do Maranhão, em São Luiz (REIS, 1968, p.32). Sobre as incumbências do Governo Geral, relata Reis:

Até então, grande parte das arrecadações era procedida diretamente pelos donatários, os quais, com a instalação do Governo Geral, ficariam apenas sujeitos à fiscalização dos organismos centrais. Substituindo-se aos donatários, a Coroa procederá à instalação de organismos burocráticos arrecadadores próprios, cuja subordinação ao governo central se processará de modo mais direto e eficaz. (REIS, 1968, p.33, 34).

O sistema de Capitânias com Governos Gerais foi extinto somente no final da segunda metade do século XVIII, com o secretário de estado do reino (em Portugal) Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Reis reforça que só então:

Estariam concluídas essas transformações, consolidadas as novas formas político-administrativas e definida a situação dos colonos, de tal modo que estariam maduras as condições para aplicação de uma política altamente centralizada, como a que caracterizou a ação da Metrópole daí por diante. (REIS, 1968, p.38).

Essa ação da metrópole sobre a colônia poderá ser observada no governo da Capitania de São Paulo, sob a gestão de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, na segunda metade do século XVIII. A produção do espaço territorial e urbano será em seu governo, ferramenta para ação de sua política administrativa, consistindo como primordial o processo de criação e elevação de vilas.

## 1.2 A formação do Território Paulista

Após a compreensão do início da dominação do solo Americano pelos Portugueses e de como começou o processo de divisão de terras e entradas aos Sertões daquele que um dia seria o Império Português, dois conceitos se fazem necessários ao fluxo da pesquisa: a **formação do Território** e a **formação do Urbano**. Esses conceitos se aplicarão ao estudo de caso dos capítulos 2 e 3, na vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba nos séculos XVII e XVIII e seus

desmembramentos, fundamentando a pesquisa dentro da abordagem da História Social.

### 1.2.1 O que diz a historiografia sobre o processo de formação do Território Paulista:

Na historiografia sobre o processo de formação do território, a obra de Bernard Leppetit (2001) é de fundamental importância, bem como as obras de Nestor Goulart Reis (2013), Murillo Marx (1991) e Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno (2009) são referências fundamentais no que se refere ao Território Paulista Brasileiro.

Sobre o Território, pode-se encontrar em Bueno (2009) como a complexidade do conceito supera a simplicidade sintática da palavra. Nas palavras da autora, “território e espaço não são noções equivalentes” (BUENO, 2009, p.251). A partir da criação dos Governos Gerais, se intensificou a necessidade de relações de hierarquia administrativa, jurídica e eclesiástica sobre o chão ocupado. A “mão” da Coroa sobre o espaço atingia, por meio das cidades fundadas por ela própria, a dominação do território. Uma lógica hierárquica que partia das cidades como pontos nodais da rede de cidades, ou, rede urbana congregavam povoados e pequenos arraiais, capelas freguesias e vilas.

A compreensão do espaço enquanto território incorpora a noção da ocupação do mesmo e sua conseqüente utilização, enquanto produção, para propiciar relações sociais, econômicas e políticas. O território é o espaço socialmente dominado (BUENO, 2009). Assim como a doação das terras da Colônia se deu em primeiro momento aos Capitães Donatários, frente às cartas de confirmação da ocupação e utilização do solo, era necessário então demonstrar à Coroa a posse do território para ter seu direito de concessão garantido e perpetuado. O mesmo se estendeu nas conseqüentes formas de parcelamento de terra, as sesmarias.

Sobre o conceito de território mostra nos Lepetit (2001) que a atividade humana e a dominação do espaço são importantes ações para a construção do território. Principalmente a ação do homem na escala do cotidiano da vida em sociedade nos aglomerados urbanos, o que pode-se estender nesta pesquisa para as capelas, freguesias e vilas.



O território, [...] é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas da prática de atores que se desenvolvem de acordo com lógicas pouco mensuráveis. Como a variação de escala pode dar conta da complexidade do real e de sua inscrição em universos de medida díspares? (LEPETIT, 2001, p.211)

O que era compreendido como território da colônia portuguesa na América do século XVII, pode se confirmar, quando observamos a abordagem da criação da Repartição Sul. Reis (2013) traz a definição e espacializa esse território da Repartição Sul, criada em 1608, pela divisão do Governo Geral do Brasil. Faziam parte dessa divisão, as Capitânicas do Espírito Santo, São Tomé, Rio de Janeiro, Santo Amaro, São Vicente, e Sant'Ana:

Uma primeira Repartição Sul havia sido criada em 1574, poucos anos após a Fundação do Rio de Janeiro (1567), mas foi extinta quatro anos depois. Em 1608 foi novamente criada para atender a sugestões de D. Francisco de Souza, que havia estado na vila de São Paulo entre 1599 e 1603, atraído por notícias sobre a existência de minas de ouro e **ferro**<sup>4</sup>, segundo relata Pedro Taques Paes Leme (REIS, 2013, p.25 apud LEME, 1954, p.54).

A segunda repartição Sul foi extinta em 1612, após o falecimento de D. Francisco (1611) e o término do mandato de seu filho e Substituto, D. Luís de Souza. Desapareceu a divisão oficial, mas permaneceram algumas características da divisão. [...] durante um breve período (1660-1662) foi restabelecida a denominação repartição Sul, quando essa voltou a ser governada por Salvador Corrêa de Sá e Benavides (REIS, 2013, p.25 apud BOXER, 1973).

Ainda segundo Reis, o ciclo da exploração do ouro das Minas Gerais consagrado no século XVIII foi precedido por um ciclo de exploração efetivado na Repartição Sul, que se iniciou com a ocupação dos sertões de São Paulo, no final do século XVI. Podemos encontrar em Reis (2013) que, o primeiro ciclo de exploração, ocorrido na repartição Sul se deu entre 1593 a 1697 e o segundo das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no século XVIII. Para adentrar aos sertões do território, utilizava-se da mão de obra indígena em sua maioria e do conhecimento dos índios para apreender o território. Conta o autor que a rede urbana da repartição Sul era maior do que a rede da repartição Norte, firmando sua importância em um contexto geral, por ter iniciado seu processo anteriormente à região Norte:

---

<sup>4</sup> Grifo nosso. Uma das minas de ferro a que se refere o autor aqui, encontrada ainda no século XVI, é a que deu origem à vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, onde instalou-se a Real Fábrica de Ferro de Ipanema e daria início à primeira povoação, que posteriormente constituiria a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

[...] tratava-se de um sistema urbano tão amplo quanto o da repartição do Norte. Em 1700, no momento em que se iniciava a ocupação das regiões centrais, entre a capitania de Rio Grande do Norte e a de Porto Seguro, havia 18 vilas e duas cidades. No mesmo momento, na Repartição Sul existiram 19 vilas e duas cidades, sem considerar as que foram fundadas mais ao sul, como Desterro (hoje Florianópolis) e Laguna, com objetivos estratégicos, mas sem relação direta com a mineração. (REIS, 2013, p.30).

As vilas da repartição Sul, dentro de um contexto de interação histórico-social, segundo REIS (2013, p.159-1661), tiveram uma lógica de exploração de minérios que englobaram, até 1700, as vilas de: São Vicente (1532), que foi a primeira vila do Brasil, Santos (1545), Santo André da Borda do Campo (1553), São João Batista de Cananéia (1579), Santana de Mogi das Três Cruzes (1611), Nossa Senhora das Neves de Iguape (1635), São Sebastião (1636), Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba (1637), São Francisco das Chagas de Taubaté (1645), Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba (Atual Jacareí, 1653), Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá (1653), Nossa Senhora do Desterro de Campo Alegre de Jundiá (1655), Santo Antônio de Guaratinguetá (1657), Rio de São Francisco do Sul (1660), Nossa Senhora da Cananéia do Utu-Guaçu (Atual Itu, 1657), Rio de São Francisco do Sul (1660), **Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661)**<sup>5</sup>, Nossa Senhora da Luz do Pinhais de Curitiba (1668).

Muito interessa à presente pesquisa a vila de Santana de Parnaíba (1625), fundada por André Fernandes, de onde se desmembram as vilas de Jundiá, Itu e no ano de 1661, a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Vale ressaltar que já existia na repartição Sul, a vila de São Paulo, criada em 1560, que seria elevada à categoria de sede de Capitania em 1711, segundo o quadro territorial do Estado de São Paulo do IGC<sup>6</sup>.

Sabe-se que os caminhos abertos para adentrar a esse sertão contribuíram para a formação da rede urbana no território das Capitanias do Sul. Muitos desses caminhos seguiram o traçado dos caminhos criados e utilizados pelos índios, como já citado acima, que habitavam o território. Pode-se entender que a criação do novo território Português, se sobrepôs ao território que inicialmente era de domínio indígena.

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

<sup>6</sup> Instituto Geográfico e Cartográfico – Municípios e Distritos do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: < [http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios\\_e\\_distritos.pdf](http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_e_distritos.pdf) > acessado em: 30 de outubro de 2011, às 21h.

Alguns desses caminhos ainda, remontam a períodos seculares. Um caminho Indígena interessante para a presente pesquisa é o chamado Peabiru. Essa era a principal ligação do Brasil com Peru, que cortava o território de Leste a Oeste, assim era conhecido como caminho do Sol. Ele era composto por diversos ramais secundários, que conectavam aldeias indígenas, mas seu ramal principal, passava pela atual cidade de Sorocaba como nos conta Abreu e Galdino:

O caminho principal corresponderia à trilha que passava por São Vicente, Piratininga [planalto de São Paulo], Sorocaba, **Itapetininga, Itapeva**<sup>7</sup>, Itararé, com um importante ramal que ia de '[Sorocaba] a Botucatu, de onde descia ao Paranapanema'. A partir de Itararé, erguia [...] pelos rios Tibagi, Ivaí e Piquerí, até o salto no rio Paraná e atravessava o Paraguai e Bolívia, até atingir o Peru. (ABREU; GALDINO, 2004, *Jornal Cruzeiro do Sul*, p.19).

Assim, se faz necessário aqui, introduzir um processo que precede à ocupação dos portugueses e sesmeiros na região. Certo é dizer que, os primitivos possuidores desta terra, já habitavam o território e se locomoviam enquanto nômades. O caminho do *Peabirú*<sup>8</sup> (Figura 02), importante ligação dos povos indígenas do Atlântico ao Pacífico, começava em dois ramais que subiam da nossa costa Brasileira. Ao Sul em São Francisco do Sul – hoje Santa Catarina – e mais ao Norte, pelo posterior território elevado de Ubatuba. Este último ramal chamado “Caminho do Sol”, passava, segundo o jornal *Diário de Sorocaba*<sup>9</sup>, pela vila de Nossa Senhora da Ponte. O “Caminho do Sol” é uma referência que norteava os habitantes primitivos em direção ao Perú, onde o Sol se põe na maior parte do ano. Também regeu essa perspectiva os contos e crônicas Europeus que afirmavam a existência do “El Dourado”, ou, lugar fértil em riquezas e ouro, que no século XVI, permearam o imaginário Português pela busca de ouro no morro do Araçoiaba, por onde passava a rota Peabirú e onde o Sol se põe.

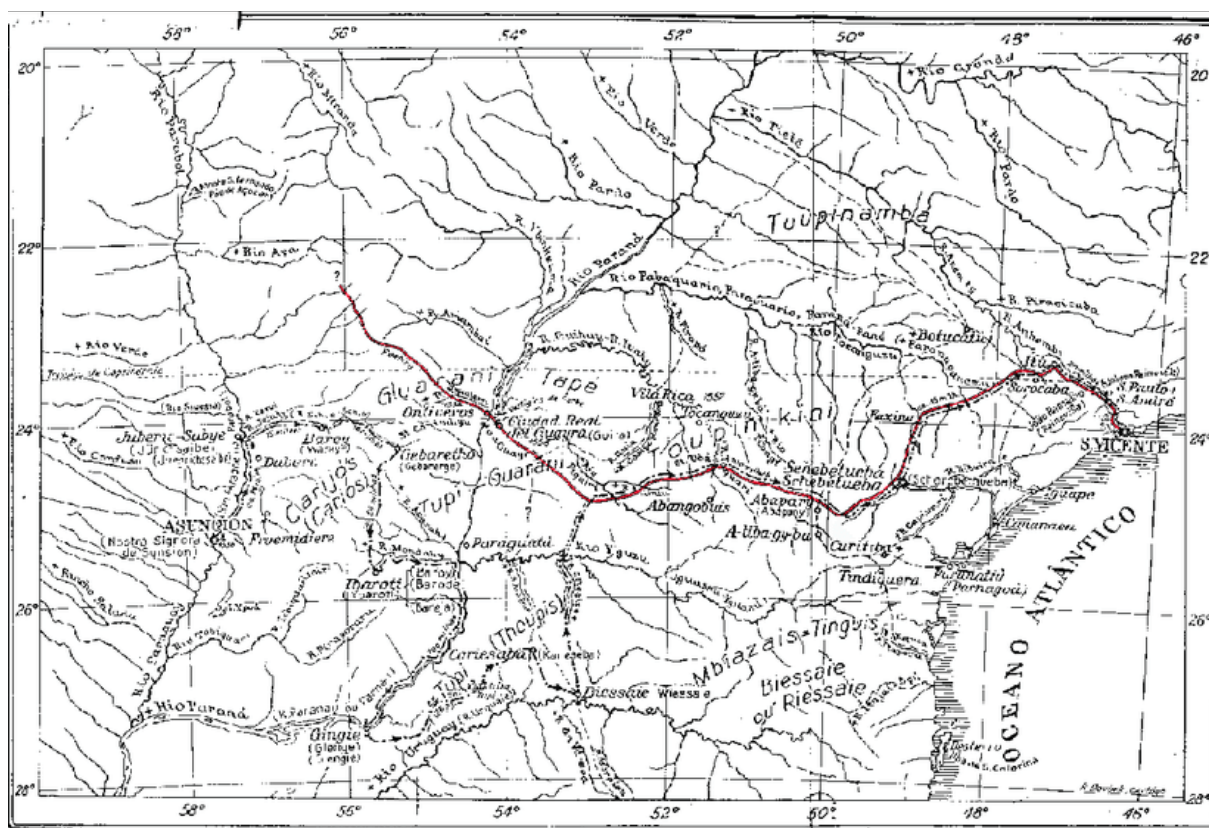
---

<sup>7</sup> Grifo nosso. Essas vilas são foco do terceiro capítulo deste trabalho, desmembradas da vila de Sorocaba no século XVIII.

<sup>8</sup> Língua Tupi – *Pe* – Caminho; *Abirú* – gramado amassado.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.diario-desorocaba.com.br/noticia/219646>> acessado em: 05 de outubro de 2017, às 21h 22.

Figura 2: Traçado de um dos ramais do caminho Peabirú (em vermelho), que passava em Sorocaba com destino ao Pacífico.



FONTE: disponível em: <[https://www.researchgate.net/figure/315940256\\_fig8\\_Figura-10-Esboco-do-itinerario-de-Ulrico-Schmidl-mostrando-o-caminho-indigena-Peabiru-e](https://www.researchgate.net/figure/315940256_fig8_Figura-10-Esboco-do-itinerario-de-Ulrico-Schmidl-mostrando-o-caminho-indigena-Peabiru-e)> retirado de MAAK, 1968, acessado em 02 de dezembro de 2016 às 17h 21.

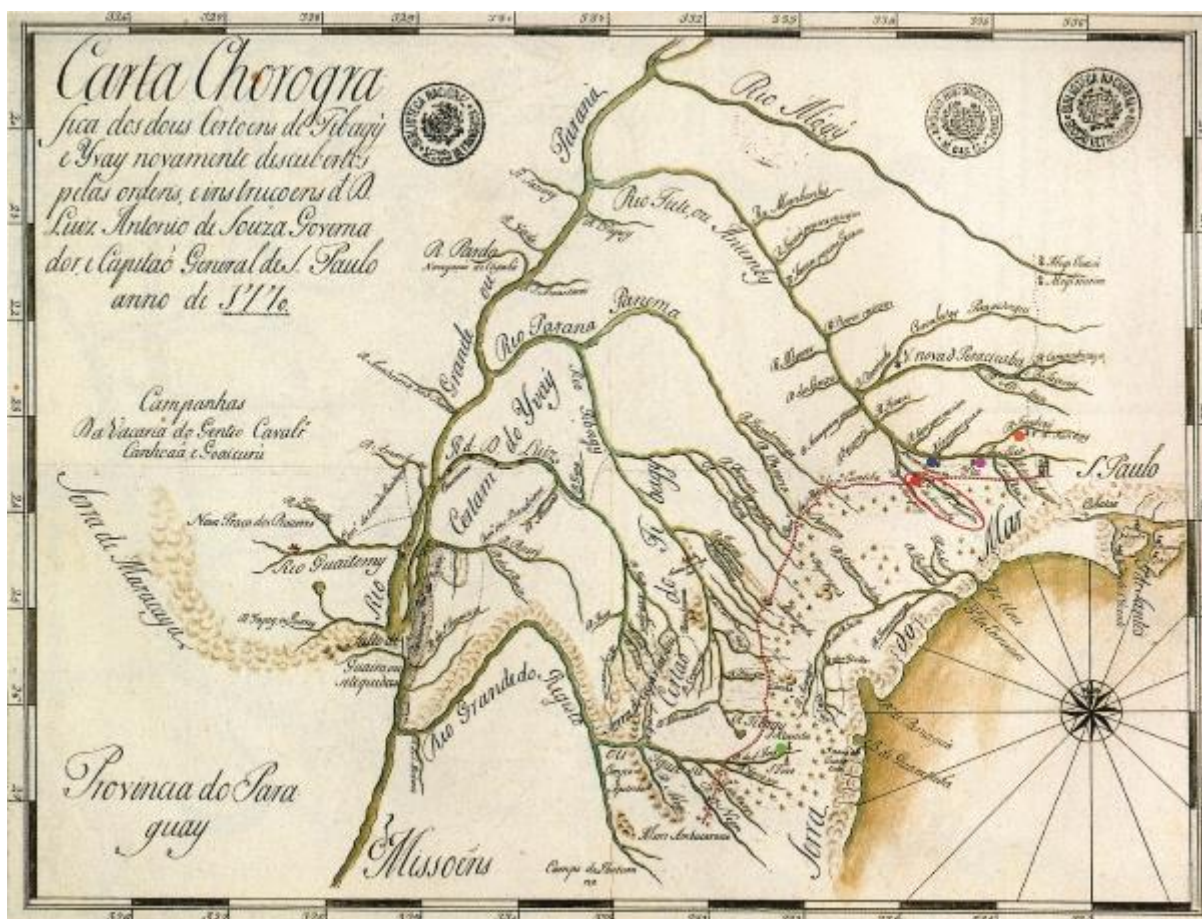
Os caminhos eram, portanto, de fundamental importância à interação e estabelecimento rede urbana. O caminho dos Guayases aberto em 1720, foi um desses, era o principal ramal que subia para o Centro-Oeste do país, percorrido por indígenas e desbravadores que exploraram esse território. Ele foi importante, principalmente, no conhecido e supracitado ciclo de exploração das Minas Gerais no século XVIII.

Para tanto, as expedições adentravam ao território criando uma dinâmica de rede de cidades, em que a cada avanço, sedentarizavam-se no espaço para pousos, reconhecimento da área e ponto de apoio à continuidade desse processo. Sobre a instalação dessa rede urbana, continua Reis (1968), nos mostrando como foi também delegado aos donatários e colonos tal feito:

Entre os encargos transferidos aos cuidados dos donatários e colonos, figuravam com destaque as tarefas correspondentes à instalação da rede urbana. Livra-se a Coroa da maior parte dos ônus da colonização do novo território, inclusive no que se refere à fundação de vilas e cidades. A grande maioria dos núcleos urbanos instalados nos dois primeiros séculos de colonização, o foi pelo esforço e interesse dos colonos e donatários, com o estímulo da metrópole, mas sem a participação direta dessa. (REIS, 1968, p.31).

Outro caminho que também se configura como definidor da ocupação desse território foi o caminho do Viamão (Figura 3), este, um pouco mais antigo. Ele foi fundamental na ligação do território paulista com toda a Repartição Sul e têm seu ponto extremo na vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

Figura 3: Carta Chorográfica 1770. O caminho do Viamão para o Sul. Em destaque as vilas de Sorocaba (vermelho), Itu (magenta) e Jundiá (laranja), desmembradas de Santana do Parnaíba; o Porto de Ararituaba (azul) e a vila de Curitiba (verde) ao sul do caminho.



FONTE: Arquivo Histórico Ultramarino.

Pode-se perceber na Figura 3, que o pontilhado vermelho é seu traçado e estão representadas as principais vilas em 1770. Nossa senhora da Ponte de Sorocaba está

demarcada em vermelho, enquanto importante entreposto comercial para os impostos da Coroa. Os pontos em laranja e roxo representam especificamente as vilas de Jundiá e Itú, que ficavam no intermédio entre Sorocaba e a capital, São Paulo. Também nesse intermédio temos o porto de Araraguaba, em azul, hoje cidade de Salto. Ao Sul, com grande importância econômica, social e administrativa temos o ponto verde representando a cidade de Curitiba. Na chegada da rota à São Paulo, percebe-se o pontilhado do caminho dos Guayases, subindo em direção Norte.

Segundo Reis (2013), Baddini (2002) e Bueno (2009), encontra-se a importância do Caminho do Viamão principalmente no século XVIII, período de elaboração do mapa acima, em que a cidade de Sorocaba se configura como entreposto para a comercialização de mulas, que, produzidas no Sul, subiam o território para serem vendidas na cidade, iniciando o período Tropeirista segundo Baddini (2002). Ainda, afirma a autora: “por volta de 1720, o governo da capitania paulista estudava uma forma de garantir o controle do comércio de animais com o Sul e dele obter lucros, através de uma estrada que ligasse São Paulo à Curitiba” (BADDINI, 2002, p.51). Assim, o processo de “abertura da estrada Geral possibilitou a Coroa Portuguesa estruturar o controle sobre o trânsito e o comércio de tropas no centro Sul, através da cobrança de direitos reais sobre os animais” (BADDINI, 2002, p.52). A importância deste caminho é compreendida pelo seu grande uso:

Até fins do século XIX, essa estrada foi a principal via de acesso ao Sul, sendo continuamente acrescida por ramais que a ligavam aos campos do interior dos atuais Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná [...] o caminho do Viamão, o Caminho Novo da Vacaria, interligava os campos do Rio Grande do Sul e o caminho de Palmas ou Estrada das Missões. (BADDINI, 2002, p.52).

Sintetizando o conceito de rede urbana: compreende-se que as povoações fundadas no território Português se unem através da construção dos caminhos que permeiam esse território, tendo os aglomerados urbanos a função de “nós”. Os processos da dinâmica social, econômica e administrativa garantiam à rede urbana estender-se sobre o território. Nestor Goulart Reis dedica em seu livro “Evolução Urbana do Brasil”, um capítulo inteiro sobre a formação da rede urbana no território, afirmando: “sendo o fato urbano uma decorrência direta do processo de urbanização, seu estudo deve tomar como ponto de partida a rede urbana, que é o conjunto das respostas às solicitações do processo” (REIS, 1968, p.78).

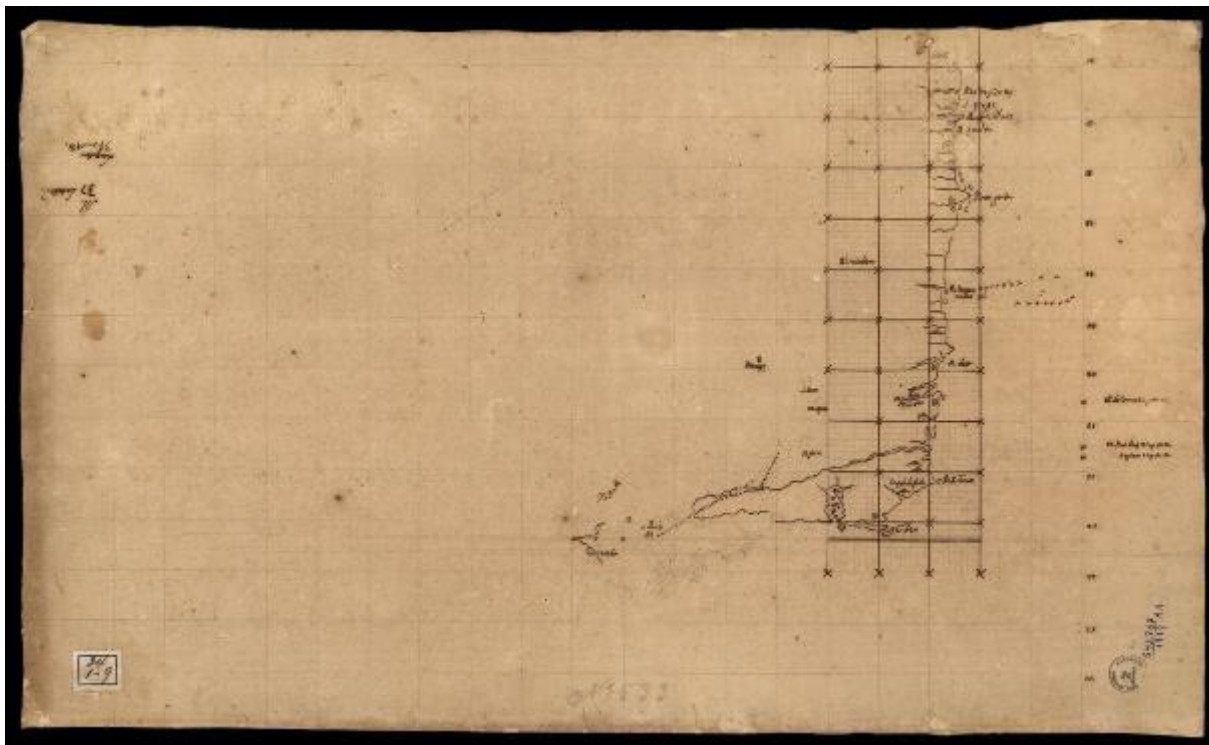
Também encontramos referência a rede urbana ela em Lobato Corrêa:

A rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Estas funções – comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas, prestação de serviços, etc. – reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constituem-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista. (CORREA: 1989, p.71)

Até o século XVIII, já participavam dessa rede urbana das capitânicas do Sul, as povoações de Itapeva, Itapetininga e Apiahy, sitas nos Termos do território da vila de Sorocaba, todas ao longo do caminho do Viamão, sendo importantes pontos nodais nesta rede para a aplicação das políticas do Governador Morgado de Mateus na segunda metade do século XVIII.

### 1.2.2 A representação do Território:

Figura 4: Cartografia do século XVIII sem autor. Compreende desde o rio das Contas na Bahia até Sorocaba, vila em São Paulo.



FONTE: Mapa que abrange desde o rio das Contas, na Bahia, até Sorocaba em São Paulo, 17???, disponível em: < <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15689> > acessado em 06 de novembro de 2016, às 20h 10.

No que compete ao estudo dos registros cartográficos, o mapa mais antigo encontrado sobre a formação do território paulista (Figura 4), que considera essa região da Repartição Sul e menciona vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba é datado do século XVIII, sem ano exato. Nota-se que ele é um estudo inacabado por seu autor, que por sua vez é desconhecido e compreende desde a Bahia na repartição Norte, findando-se justamente como último ato de desenho concluído, em Sorocaba. Isto porque parte do mapa, litoral abaixo de Sorocaba, está em lápis e não foi passado a tinta ferrogálica como o restante.

Já em finais do século XIX, em 1892, forma-se a Repartição da Estatística e Arquivo do Estado a fim de aprofundar os estudos sobre o território Paulista e sua população. Toda a documentação administrativa e serviços de estatística e cartografia de interesse público para o estado, que já vinham sendo publicados desde 1888, foram incorporados à Repartição. Por decreto de outubro de 1938, todos os estados criaram, através da Convenção Nacional de Estatística, o Departamento Estadual de Estatística (DEE), bem como o Estado de São Paulo. Já entre 1938 e 1947, os ares da modernidade influenciaram e regiram todo o departamento, que cresceu devido à Segunda Guerra Mundial, aprimorando os padrões de pesquisa, lançando o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo e o Boletim do Departamento Estadual de Estatística. Então é no ano de 1950 que o DEE oferece lugar ao Departamento de Estatística do Estado de São Paulo (DEESP). Assim, hoje pudemos ter o SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. No Período de 1950 a 1978, foram produzidos pelo DEESP, cartografias de interpretação histórica sobre a formação do território Paulista, desde o século XVI (informações disponíveis em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=hist>> acessado em 26 de maio de 2017, às 8h).

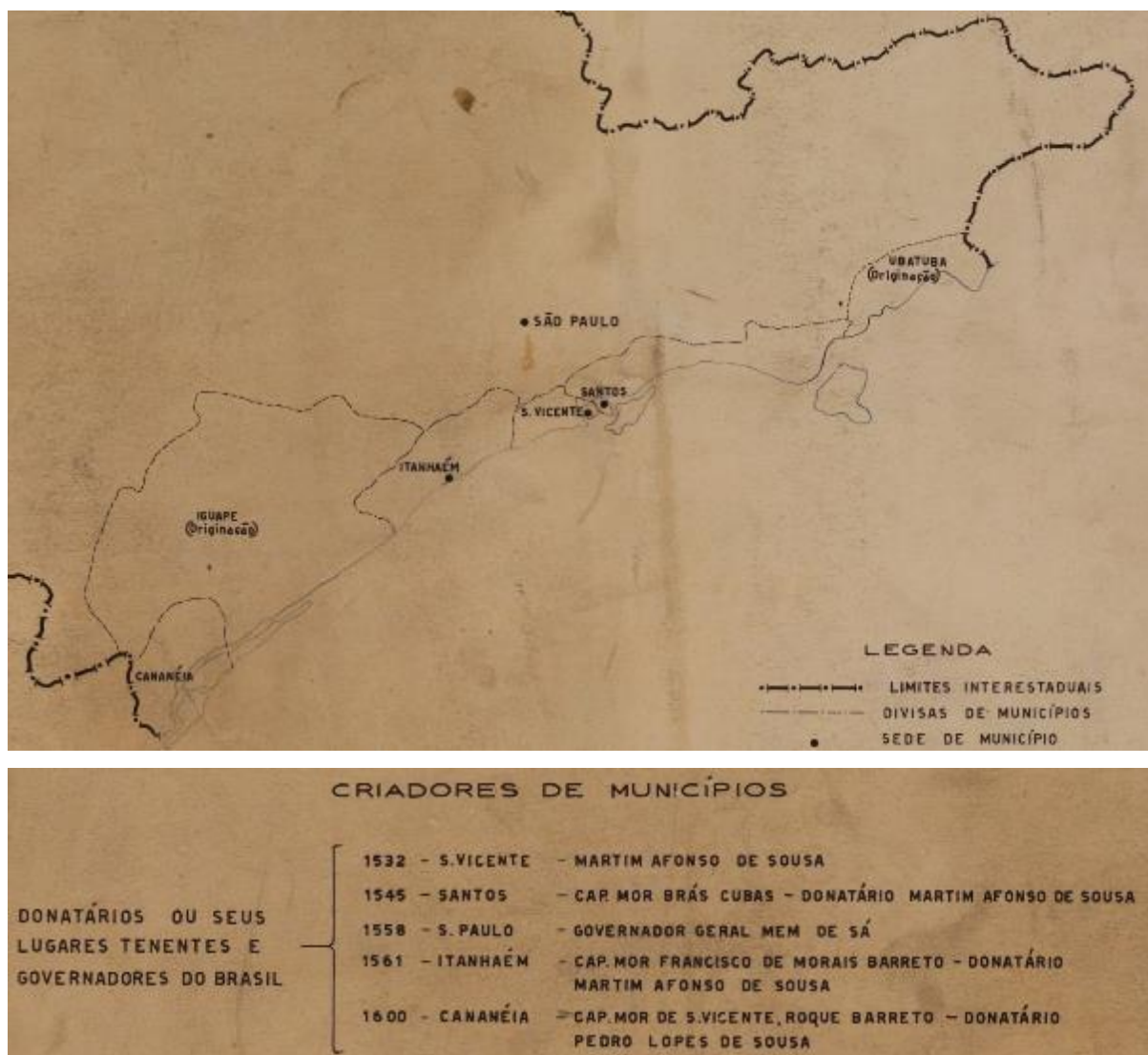
É nestas cartografias que hoje encontramos as primeiras intenções pragmáticas de representação, do que foram os processos de fundação de vilas e formação do território a partir do século XVI. Recortes desses mapas circunscrevem tempo e espaço na formação do território Paulista.

Nas figuras abaixo pode-se perceber a intenção pragmática de interpretar, através da divisão política atual das cidades, o que foi o processo de constituição da rede de cidades formadas a partir do século XVI na capitania de São Vicente. Na figura de 1500-1600, a fundação da primeira vila do Brasil, a vila de São Vicente, foi fundada



por Martim Afonso em 1532, como consta na tabela de Criadores de Municípios (Figura 5). Ela foi a potência política, econômica e administrativa durante os primeiros anos, de onde partiram diversas campanhas para o desbravamento dos sertões. Possibilitando assim, ainda na costa, a fundação das vilas de Santos (1545), Itanhaém (1561) e Cananéia (1600).

Figura 5: Mapa interpretativo dos desmembramentos do território paulista: 1500-1600.

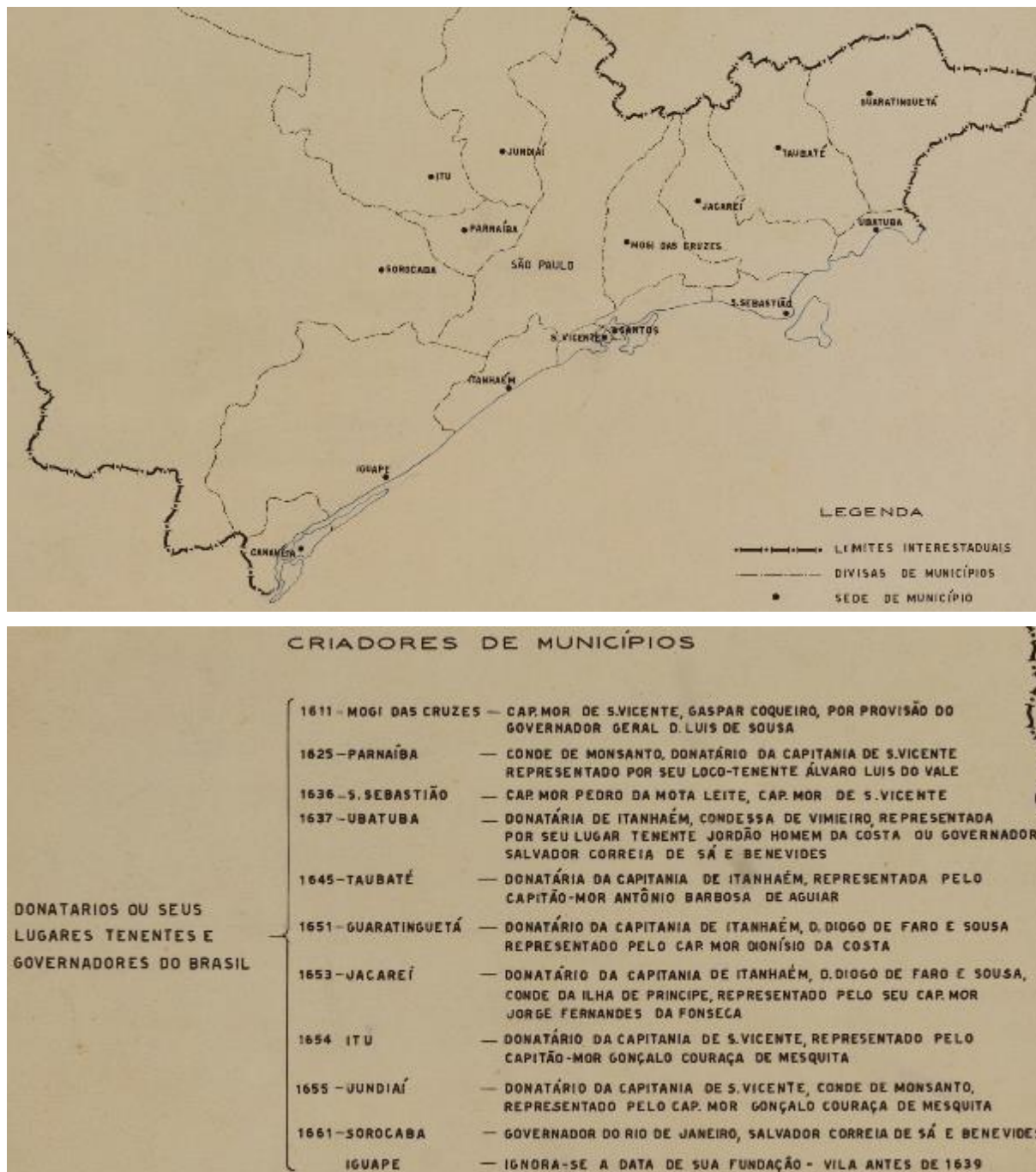


FONTE: Mapa elaborado pelo DEESP em recortes pelo autor. Disponibilizado em: Arquivo público do Estado de São Paulo.

A vila de São Paulo foi a primeira intenção de subida da serra do mar, juntamente com a Companhia de Jesus, da qual faziam parte os padres Jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. Em 1554 consolidou-se o povoado de São Paulo

de Piratininga, tornando-se vila pelo foral de 1558 sob o governo de Mem de Sá. Porém foi erigida somente no dia 25 de janeiro de 1660<sup>10</sup>.

Figura 6: Mapa dos desmembramentos: 1600-1700.

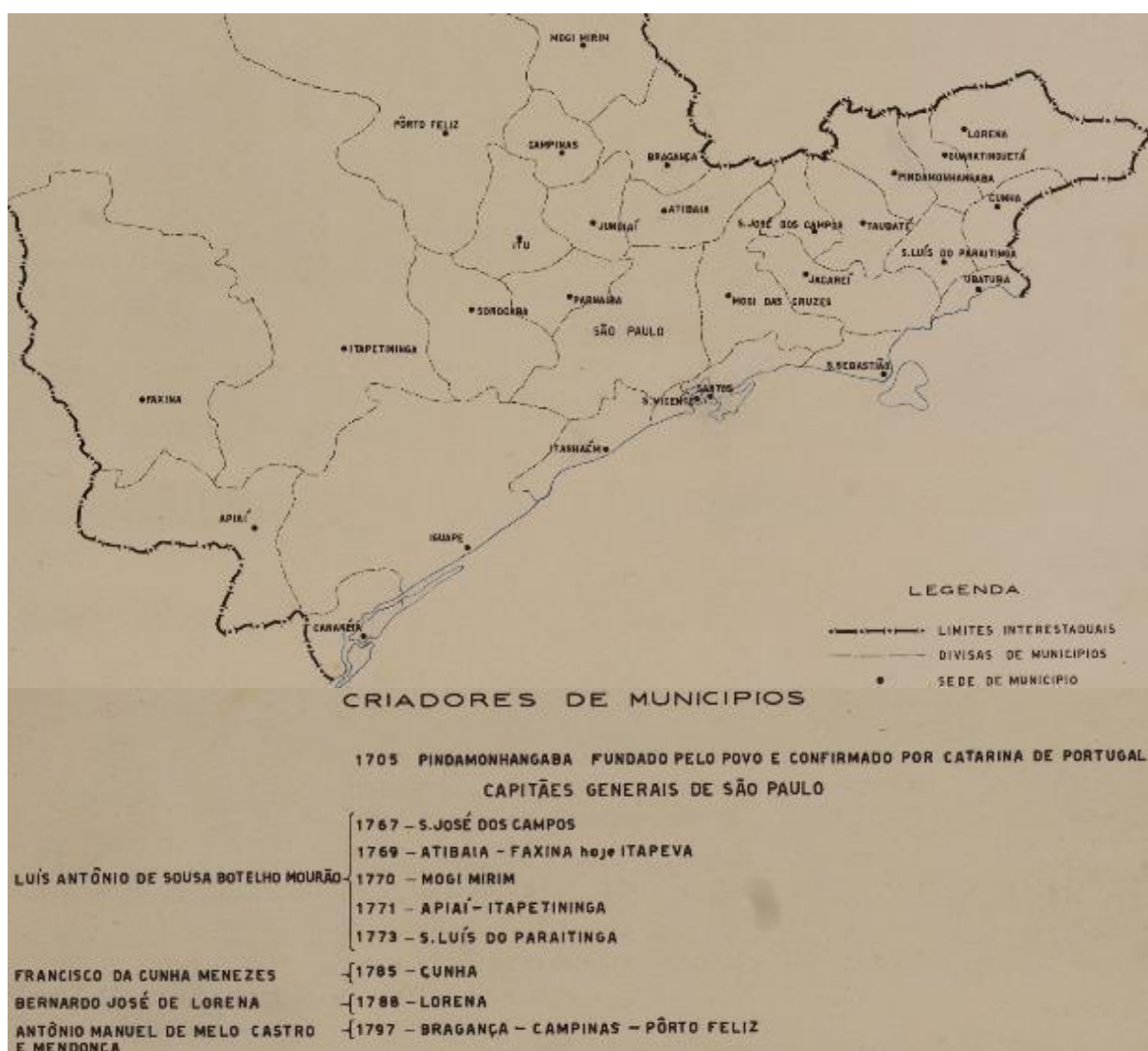


FONTE: Mapa elaborado pelo DEESP em recortes pelo autor. Disponibilizado em: Arquivo público do Estado de São Paulo.

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq\\_htm=historico/hist\\_50308.htm](http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_50308.htm)> acessado em 28 de janeiro de 2017, às 20h 19.

Os desmembramentos retratados na Figura 6, do período compreendido pelo século XVII, foram oriundos do êxito da dominação dos sertões do planalto paulista. A partir da dominação e catequização de indígenas feitas pela Companhia de Jesus e os processos de entrada no território – por rio e por terra – no curso da presente pesquisa, interessa-nos a vila de Santana do Parnaíba. Ela tem sua formação e constituição de capela ainda em 1580, dentro da vila de São Paulo. Sua fundação é datada de 1625, sob a regência do donatário herdeiro da Capitania de São Vicente, o Conde de Monsanto, requerida pelo povoador André Fernandes que seria herdeiro das terras de sua mãe, Suzana Dias. A formação da vila de Santana de Parnaíba possibilita, ainda no século XVII, o desmembramento e elevação das vilas de Itú (1654), e Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661), pelos irmãos Fernandes.

Figura 7: Mapa dos desmembramentos: 1700-1800.



FONTE: Mapa elaborado pelo DEESP em recortes pelo autor. Disponibilizado em: Arquivo público do Estado de São Paulo.

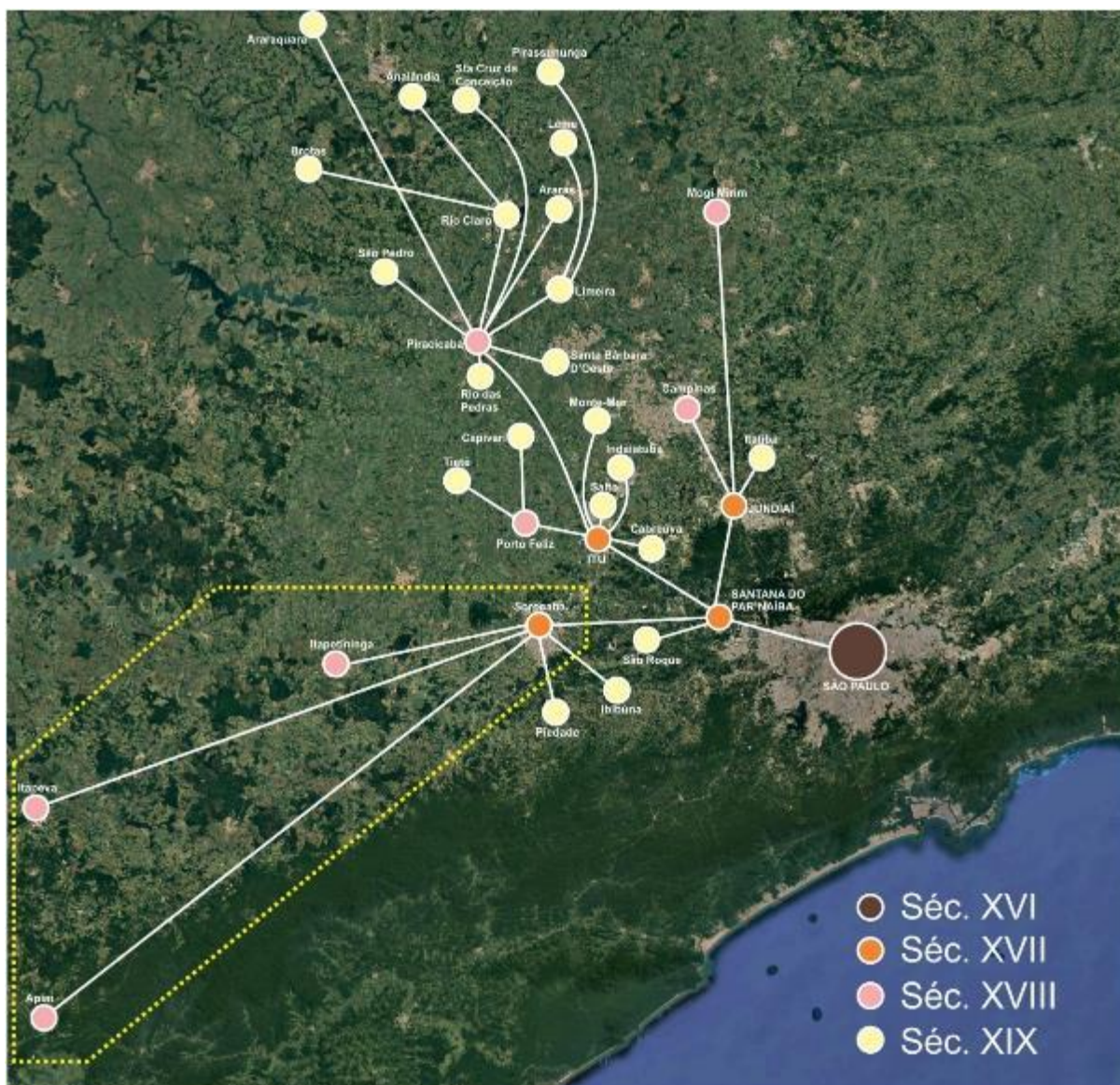
A vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba foi elevada por provisão do Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá e Benevides, no dia 3 de março de 1661, a partir da doação do povoador Baltazar Fernandes, irmão de André Fernandes e filho de Suzana Dias. Inicialmente seu território, segundo a lógica territorial administrativa da colônia, se valeu de toda a porção Sul das terras Brasileiras, incorporando desde povoados próximos, até capelas e freguesias longínquas ao Sul.

Como pode-se perceber na Figura 7, relativa ao período compreendido pelo século XVIII, sob a administração de Morgado de Mateus (1765-1775), governador das capitanias do Sul enviado por Marquês de Pombal, desmembraram-se várias vilas, sendo que de Sorocaba, originaram-se: Itapeva da Faxina (1769), Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga (1771) e Santo Antônio das Minas de Apiahy (1771). Estas são objeto de estudo da presente pesquisa, enquanto exemplos da manutenção do modo português de fundação de cidades, sobretudo, a manutenção do ato fundacional, com suas peculiaridades e exceções, que vêm a confirmar a regra.

Sob essa perspectiva, elaborou-se um mapa a partir da cartografia do DEESP que, através da vista atual de satélite pretende, sobre a área de estudo proposta, circunscrever as cidades a que o presente trabalho investiga, em seus respectivos séculos de formação e elevação (pontilhado amarelo Fig. 8). A rede urbana formada a partir do século XVI no Estado de São Paulo é o ponto fundamental para a compreensão de que, até o século XVIII, as extensões territoriais das vilas coloniais já fundadas, compreendiam territórios vastos e limites diluídos. As cidades tidas como “cabeça de rede” ficam claras, quando observamos em cores, as datas de elevação e formação da rede urbana. São elas que propiciaram o desmembramento de várias outras vilas e as redefinições de seus Termos de circunscrição.

No caso da cidade de Sorocaba – ponto laranja dentro do pontilhado amarelo na Figura 8 – propiciou, enquanto “Cabeça de Rede”, a ocupação de toda a porção sudoeste do território da capitania de São Paulo no século XVII.

Figura 8: Vista atual de satélite da Rede Urbana em estudo, com datas de elevação.



FONTE: Elaboração do autor sobre imagem do GoogleMaps®.

Pode-se compreender por “Cabeça de Rede”, povoação, ou vila, responsável por promover acessos, como uma rede, a povoados que se conformarão posteriormente, dentro de uma Rede Urbana. Compreende-se também, como acessos políticos, administrativos, culturais e comerciais. A cabeça de rede é o ponto focal por algum período e gatilho para que a rede urbana, formada a partir dela, promova sucessões de desmembramentos territoriais e elevações, dentro do que foi o cenário colonial Brasileiro. Isto percebe-se quando são analisados exemplos por todo o território colonial e para a presente pesquisa, o exemplo da região de Sorocaba. Esta, desmembrada da vila de Santana do Parnaíba no século XVII, propiciou a

elevação e desmembramento das vilas de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, Itapeva da Faxina e Santo Antônio das Minas de Apiaty no século XVIII. Essas cidades estão, atualmente, por volta de respectivamente 100Km, 190Km e 220Km de distância da cidade de Sorocaba. Assim, pode-se compreender a imensidão dos sertões a serem povoados e constituídos econômica, política e culturalmente em um processo contíguo do momento histórico colonial das Capitânicas do Sul do Brasil.

### 1.3 A formação do Urbano

Havia no período colonial um procedimento “aparentemente linear” quanto ao processo de formação de núcleos urbanos. Estes podiam se organizar nos pousos, ou principiar-se quando os sesmeiros doavam um Patrimônio para a formação de uma capela e de um povoado ao seu redor, fundamentados em motivações políticas, administrativas, ou quais fossem. Segundo Piccinato:

[...] as sesmarias que tendiam a ser grandes latifúndios, implicavam exagerados custos, particularmente com a escravaria, de modo que a maioria dos sesmeiros, com exceção dos ricos, não tinham condições de custear as elevadas despesas. Sob tal situação, muitos colonos acabaram não tendo acesso a terra. Os ricos sesmeiros puderam, portanto, obter a concessão de antigas sesmarias, ou parte delas, porém, os pequenos sesmeiros, em sua maioria, acabaram se tornando agregados dos grandes sesmeiros, constituindo uma classe pobre que habitava o campo, mas destituída de bens de raiz. Essa população sem terra foi importante para o surgimento do Patrimônio Religioso, pois algumas glebas eram cedidas por um ou mais latifundiário para que esses trabalhadores sem chão pudessem ali se estabelecer e constituir suas moradias. Todavia, a doação dessas terras nunca acontecia diretamente aos simples trabalhadores; elas sempre beneficiavam um santo padroeiro, cabendo à igreja os cuidados com a administração desse Patrimônio. (PICCINATO, 2012, p. 91, apud ABREU, 2006, p. 232-233).

Levando em consideração as entradas aos sertões, já apresentadas, bem como a dinâmica de dominação indígena, pode-se fazer um paralelo com a exposição de Beatriz Picolotto Siqueira Bueno (2009) acerca da formação de núcleos urbanos na colônia:

O apresamento do silvícola foi, sem dúvida, o maior incentivo às viagens sinuosas dos intrépidos sertanistas, mas não o único aspecto determinante da expansão e interiorização. Muitos procuraram, desde o início, fazer roças mais afastadas, onde houvesse mais facilidade de encontrar terras melhores e ainda virgens, mantendo o velho costume indígena da agricultura itinerante.

A interiorização foi lenta, mais progressiva. Os primeiros colonizadores, sobretudo os vindos com Martim Afonso, obtiveram sesmarias e, nelas, aos poucos criaram agrupamentos, e os agrupamentos geraram a necessidade de auxílio espiritual (necessário para aqueles homens estabelecidos em universo tão inóspito). Assim foram fundadas as primeiras povoações no planalto além da vila de São Paulo de Piratininga (BUENO, 2009, p.264).

Segundo Murillo Marx (1991), podemos entender a dinâmica do processo histórico de formação urbana através da hierarquia, que era estabelecida como via-de-regra e que se estendeu por todo o século XVIII. O **arraial**, ou povoado inicial, assentamento advindo muitas vezes dos pousos formados ao longo das rotas de adentramento do território, era feito por vezes pelo rio como as monções, ou por terra como é caso das Bandeiras. O início desse processo, que pode ser percebido como uma herança do modo português de fundação de cidades compreendia entre outras questões, a dominação, catequização e escravização de tribos indígenas, pois essas eram detentoras de conhecimento sobre o território, como apontado anteriormente. Esse povoado crescia e o grande sesmeiro, beneficiário de dado latifúndio, doava uma pequena parte das terras - Patrimônio Religioso - para a construção da capela. O povoado era então elevado a essa categoria, de **capela**.

A obtenção de licença para a construção de uma capela deveria sempre passar pela aprovação do Arcebispado da Bahia. Toda capela presume um Patrimônio, que por costume doava-se nominalmente a uma devoção santa em troca de assessoria religiosa exclusiva por toda a vida, para dada família. Tal Patrimônio assim possibilitava a construção de tal templo. Ele deveria também, garantir o rendimento necessário para a manutenção do templo. Nele, parcelas de terra eram novamente cedidas para habitação, para que esses moradores trabalhassem para subsistência comum, amparados pela assistência espiritual. O Patrimônio deveria provir dentro de seus limites, além de outras coisas, agricultura de subsistência, área para pasto e lenha. Ele, quando doado, deixa de pertencer à sesmaria. Dessa forma, não é somente uma configuração de um território destinado à capela, mas também, crescente porção que desenhava caminhos e ocupações em crescente extensão. O Patrimônio era o mecanismo de expansão, enquanto provedor das necessidades sociais, econômicas e culturais de determinada capela. Porém, para se beneficiar desse território, dever-se-ia anualmente pagar certa quantia de imposto em contrato, correspondente ao “foro”. A “Fábrica” era a instituição gerenciadora das terras da

igreja, onde o “Fabriqueiro” administrava os bens da mesma. Na capela, já com a ereção da ermida, esclarece Murillo Marx as funções institucionais:

Não era somente o acesso garantido à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e direito perante a Igreja oficial, portanto perante ao Estado. Era [...] a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações judiciárias e sociais (MARX, 1991, p.18, 19).

E continua para exemplificar e caracterizar a capela:

Uma ermida, uma pequena capela, eram e foram por tanto tempo, uma aspiração de um pequeno arraial. A assistência desejada, a confraternização acostuada e os aspectos institucionais que apontamos, ou parte deles, eram justificativa bastante para tal aspiração. Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializa-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo. A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre (MARX, 1991, p.19).

Quando a capela crescia, através da requisição dos povoadores, era solicitada a ereção para receber os termos de capela Curada, ou seja, visitada regularmente por um Cura. A capela, ou capela curada, poderia ser elevada à condição de **freguesia**, onde a pequena ermida era transformada em matriz, ainda como o órgão responsável pelos registros civis, como de nascimento, casamento e morte da população. A freguesia, deveria em sua ereção prover a delimitação do seu “termo”, limite de território para circunscrição da freguesia.

Segundo Marx (1991, p.52) a expressão econômica, populacional e edificada, propiciava à freguesia consolidar também a sua autonomia política e administrativa. Isto se refletia em outro Termo: limite da atuação desse município. Contudo, ressalta o autor que a mudança urbana era gradual e lenta, assim, através de relatos mostra que em comparação ao que se entendia por vila na Europa, as nossas não passavam de pobres e pequenos povoados. Continua o autor:

A sua aspiração seguinte seria construir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém algo mais, que não se referia apenas ao tamanho ou à ascensão gradual hierárquica: seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio, correspondente que lhe seria designado, seu termo (MARX, 1991, p.52).

O crescimento da freguesia, seja por requisição civil ou por ações políticas, culminava na elevação à categoria de **vila**, onde além das funções religiosas e de



registro civil, ganhava sua autonomia política e administrativa, com a instituição do conselho da câmara. Para elevar-se a vila tinha então, o ajuntamento desigual e esparso de casas em torno de um pequeno templo. A passagem de freguesia para vila compreendia o seu crescimento, porém, conservando as características iniciais.

No segundo momento histórico estudado, percebe-se que, em meados do século XVIII, as intenções políticas para elevação à vila dos primeiros desmembramentos do território de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, seguiram uma intenção fortemente direcionada para o controle da porção sul do território da colônia. Isto amparado se não, por grande força política do governador, que promoveu a elevação das três vilas estudadas neste período, ao longo do eixo tronco do caminho ao Viamão.

Este momento fundacional de passagem da freguesia a vila era feito, além dos rigores práticos e materiais do cumprimento de ordens governamentais, por um ato simbólico de extrema importância. Seu ato fundacional. O ato de fundação da vila era marcado por um ritual que geralmente se fazia em dois ou três dias, dedicados ao cumprimento de um extrato de fundação – edital de um passo a passo com diversos momentos de grande cerimônia, a serem executados em ordem. É exatamente nesse ponto a que apoiamos o objeto fundamental da presente pesquisa, o ato simbólico do ritual de fundação, onde as diretrizes hierarquicamente passadas, através da leitura de um passo a passo – em discurso aos habitantes da vila – deveriam se materializar e legitimar-se com a redação de uma progressão institucional, sendo feita pelo Ouvidor Geral.

Para compor o ato de fundação final, liam-se os 6 extratos para se fundar vila, que seriam seguidos. Em discurso sendo registrado, assinavam ao final dos documentos que legitimavam a fundação da vila todos os presentes no ritual. Os extratos para esse ritual compreendiam: a leitura do parecer civil sobre a importância daquela freguesia para ser elevada a vila (1), com a conseguinte eleição das pessoas que comporiam o conselho da câmara, ou seja, os vereadores<sup>11</sup> (2). Seguia-se o ritual com a leitura do extrato para levantamento do pelourinho (3), extrato para demarcação

---

<sup>11</sup> Essa eleição presumia pessoas que já estavam previstas para o cargo, pois eram sempre os agentes de maior poder, tanto material quanto político, na realidade das dinâmicas locais. Os ditos “homens bons”, muitas vezes desde a figura do próprio fundador, até os grandes sesmeiros, grandes produtores e agentes influentes tanto na vila que se criaria, quanto na rede urbana.

do Rocio (4) e extrato para a fundação da casa de câmara e cadeia (5), onde deveria ser apontado o local a se erigir este equipamento civil. Assim, como apontado por Marx (1991, p.62), buscava por fim através dos extratos, cumprir “com grande lógica” a definição do Termo da vila enquanto redefinição do Termo da freguesia (6), para qualificar o desmembramento da vila precedente e estabelecer a quais arraiais e povoações iriam se destinar a sua jurisdição. Quanto ao Termo, ou limites da vila, acrescenta Marx:

[...] muito delicada questão da definição de seus limites com outros municípios mais antigos dos quais o novo estava sendo desmembrado, implicando que terras, que arraiais além da nova sede municipal iriam fazer parte do mesmo; a constituição de uma administração provisória até a primeira eleição para a câmara; a importante definição de gleba que pertenceria ao novo município como terra pública, ou seja, do Rocio [...] enfim, a cerimônia acompanhada por autoridade especialmente designada de determinação dos terrenos para a construção da casa de câmara e cadeia e, sobretudo, de erguimento do símbolo de autonomia municipal então alcançada, o pelourinho (MARX, 1991, p.62).

Nestor Goulart Reis descreve que tinham os Donatários “poder de criar povoações” (1968, p.112). Através da delimitação do **Rocio**, que era uma delimitação territorial de terras públicas sob a qual legislava a câmara, sua extensão e contornos eram sempre delineados por autoridade superior – o próprio Rei – ou governadores e capitães-mores na condição primeira, tendo a câmara, autonomia na administração.

Afirma Reis que era o Rocio: “uma parcela do termo, demarcada junto aos núcleos urbanos, utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas, para pastagens de animais de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde” (REIS, 1968, p.112). Ou seja, o Rocio era o território destinado ao crescimento da vila e da vida urbana.

A vila erigida era então, desmembrada da vila à qual pertencia antes. Já no início do livro de Marx (1991), pode-se observar a condição aparentemente linear enquanto às escalas hierárquicas obedecidas no Brasil Colônia, até alcançar o de ritual de fundação de uma vila:

Se a aglomeração surgia espontaneamente e, ao longo do tempo, ia galgando diferentes estágios hierárquicos, esse processo ocorria norteado pela Igreja, até o momento decisivo da criação do município. Uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria construir uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo o pelourinho,

e a sua casa de câmara e cadeia. Símbolo e sede do município que deverão se compor com o templo preexistente. (MARX, 1991, p.12).

Esse ritual de fundação é claramente observado no estudo de Salgado e Pereira (2017)<sup>12</sup>, em que as autoras abordam a formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia, na segunda metade do século XVIII. Isto quando nos governos da Capitania de São Paulo de Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (1765-1775) e de Antônio Manoel de Castro e Mendonça (1797-1802), várias vilas são fundadas.

Através de um estudo de caso da Villa dos Prazeres de Nossa Senhora do Iguatemy – criação do governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus – as autoras nos mostram que o processo de fundação de cidade “[...] é revelador da manutenção da tradição do governo português na fundação de núcleos urbanos na sua colônia” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p. 5), revelando alguns ritos fundacionais para a ereção de uma vila. Este estudo é comparado às seguintes elevações em vila das freguesias de Jaguary, Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso de Jundiá e Ararytaguaba na gestão do governador da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802); freguesias estas que foram elevadas às vilas de Bragança Paulista, São Carlos (posteriormente Campinas), e Porto Feliz, respectivamente. Pode-se observar que esses processos estão completamente de acordo com as hierarquias de ereção apresentadas por Marx (1991).

Os apontamentos desse processo de formação do urbano, com os exemplos supracitados, são reforçadores da compreensão da manutenção de uma tradição portuguesa na fundação de cidades, com a conformação do território e do urbano ao longo do caminho do Viamão e formação da rede urbana, na qual Sorocaba foi a principal vila nos séculos XVII e XVIII. Assim, as freguesias de Itapeva (1769), Itapetininga (1770) e Apiahy (1771) serão desmembradas do termo de Sorocaba e erigidas à categoria de vila durante o governo de Morgado de Mateus (1765-1775) na Capitania de São Paulo.

---

<sup>12</sup> Este estudo foi apresentado também no Congresso Europeu de História Urbana, Lisboa, 2014.

#### 1.4 O modo português de fundação de cidades

Os documentos interessantes para a história e costumes do Estado de São Paulo, assim batizado por Antonio de Toledo Pizza, começaram a ser transcritos por ele e sua equipe de paleógrafos a partir de 1894<sup>13</sup>. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo. A partir de então, todos os documentos remanescentes do período colonial brasileiro, entre outros, começaram a ser transcritos. Noventa e cinco volumes foram produzidos e entre eles encontram-se textos relativos à administração de Morgado de Mateus (1765-1775).

Na pesquisa sobre fonte documental, os excertos que se referissem à formação de núcleos urbanos, elevação de vilas, ereção do pelourinho e consolidação da câmara, permitem compreender e avançar na discussão acerca do ato fundacional de vilas praticado no Brasil colônia. Isto para confirmar o modo português empregado dos estudos de caso do presente trabalho. No período de estudo selecionou-se, dentro da administração de Morgado de Mateus, os documentos mais interessantes entre os anos 1769 e 1771, com a comparação de documentos que possam confirmar a ideia do modo português de fundação de cidades, aplicando-o posteriormente em cidades distintas, relativos a cada processo particular.

Na sequência de documentos analisados, o Governador Morgado de Mateus tratava dos procedimentos a serem tomados para a fundação da nova vila e Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemy. Deixava claro o governador logo no início de seu governo – segundo as ordens reais que recebera nas instruções de 26 de janeiro de 1765, assim como em outras que recebidas posteriormente – o seu modo administrativo intimamente ligado à fundação de vilas. Isto para aplicar a sua metodologia de reestruturação administrativa da colônia, sobre o território, através da ereção por exemplo, da Praça do Iguatemy. Deveria ela estabelecer-se nos limites da fronteira da colônia portuguesa com o território espanhol, garantindo assim a dominação do território português.

---

<sup>13</sup> Disponíveis em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>> acessado em 1 de maio de 2017, às 18h 10.

No volume de número 6, analisou-se o “*extracto p.<sup>a</sup> se formar Villa*”, que também analisado por Salgado e Pereira (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p. 6), foi encaminhado pelo governador Morgado de Mateus, como procedimento padrão para orientar a fundação de vilas na capitania. Este documento deveria aplicar-se ao serviço a ser executado pelo destinatário da carta, bem como disseminar-se pela colônia. Regendo assim um procedimento que deveria tomar-se como padrão aparentemente linear, para a fundação de vilas nos territórios da colônia portuguesa sob sua administração:

Extrato para se formar Villa. Auto de fundação, e estabelecimento da nova villa de tal que erigiu **Fulano** por ordem que teve do **Illm<sup>a</sup> &<sup>a</sup>** Anno de Nascimento &<sup>a</sup>, nesta nova Povoação de tal aonde veyo **Fulano** comigo escrivão adiante nomeado, e tendo presentes os Povoadores, que nela se achavam, logo pelo dito **Fulano** foi dito que ele trazia uma Portaria do Ilm<sup>o</sup> e Excm<sup>o</sup> &<sup>o</sup> cujo teor é o seguinte: **(vai copiada a Portaria de verbo adverbium)** Em virtude da qual mandou apregoar em altas vozes pelo Porteiro **Fulano**, que ali se pretendia formar Villa, para se poder administrar a justiça a aqueles Povoadores, por ficarem muito distantes da villa de tal, a que eram e tinham sido até aquele tempo sujeitos; a qual fundação se fazia pelo aumento e perpetuidade daquele Lugar, para prova do que já se achava principiada Igreja para nova freguesia o que indicava a duração, que teria o mencionado Lugar, e de como se fundou a dita nova villa, mandou o dito **Fulano** fazer este auto, em que assinou com todos os moradores dela, que presentes se achavam, e o Porteiro **Fulano**, e eu **Fulano** escrivão que o escrevi – seguem as assinaturas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p.6, grifo das autoras).

Através da leitura constata-se que o “*auto de fundação*” assim escrito, permitia lacunas no texto para a colocação de nomes, que deveriam estar em substituição das palavras: “*Fulano*”, ou “*Tal*”. Esses seriam lugares onde, pelas circunstâncias particulares do processo, se colocavam os nomes do responsável pela ereção da vila, nome que a mesma vila teria, o nome do escrivão presente pela redação do processo e do Porteiro, em respeito à Portaria que, através da nota descrita, deveria estar em anexo a esse extrato atestando “*verbo ad verbum*”<sup>14</sup>, a autorização do Ilustríssimo e Excelentíssimo. Segue descrita a necessidade da elevação à vila, justificada pela grande distância da vila a que pertenceu até então, pressupondo assim que já se principiava freguesia erigida. Isso demonstrava a significância temporal que o lugar já teria em razão de sua preexistência e era finalizado com as assinaturas de todos os

---

<sup>14</sup> Sig. “palavra por palavra”.

moradores presentes, bem como o Porteiro e o Escrivão (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128).

Na sequência deste mesmo volume 6 dos Documentos Interessantes, encontram-se uma sequência de extratos tidos como procedimento padrão, para os rituais que se deveriam seguir no ato de fundação. Assim, também se fez a análise do “*Termo de levantamto de pelourinho desta nova villa de tal*”, que contém as seguintes informações:

Aos **tantos** anos de **tal** mez e anno nesta **Povoação de tal** aonde achava **Fulano com ordem para crear em v.<sup>a</sup>**, e sendo ahy presentes os Povoadores abaixo assignados, se escolheu a melhor cituação, e terreno p.<sup>a</sup> se Levantar Pelourinho, em signal de jurisdicção, e logo este se levantou, fazendo-se de hú páo de Lei chamado **tal**, de quatro quinas, com seus bracos de páo, e huma Catanaem cima, para se conhecer que era Pelourinho; e logo o dito **Fulano** mandou apregoar, que se Levantava o d<sup>o</sup> Pelourinho na referida Villa, para que fosse constante a todos; de que para contar mandou fazer este termo, que assignou Com os Povoadores, que presentes se achavão, e o Portr<sup>o</sup> e eu **Fulano** escrivão que o escrevy. (vão os nomes dos q’ se assignarão). (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p.14, grifo das autoras).

Percebe-se que a partir deste extrato uma padronização para um procedimento normativo, que deveria ter a duração de um dia, continha o reconhecimento de todos os presentes através das assinaturas. O consenso entre os participantes declara a legitimidade do ato, descrito pelo escrivão e com a chancela dos “Povoadores”. Um ato simbólico e ao mesmo tempo com poder de lei seguia, com a necessidade da apresentação diante de todos, do documento para a demarcação da casa de câmara e cadeia, chamado “*Termo de escolha de Lugar p.<sup>a</sup> fundar a caza de Camara e Cadea*”:

E logo no mesmo dia, mez e ano declarados no termo retro, nesta nova V.<sup>a</sup> no Largo que fica em *Tal* parte, com *taessignaes*, aonde foi cindo *Fulano* comigo escrivão abaixo declarado, e sendo ahy se acharão, se fez exame p.<sup>a</sup> se sentar lugar certo, em q’ se havia fundar a caza da Camara e Cadea, e por todos uiniformemente foi assentado, que a melhor paragem era, a em q’ se achavão: e eu *Fulano* escrivão, que o escrevy. (vão as assignaturas). (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p.14, grifo das autoras).

Pela clareza e objetividade dos documentos que deveriam legitimar o processo cumprido no dia da fundação, relativos ao estaqueamento do pelourinho como

descrito nas obras de Marx (1991), usualmente eram em madeira de mais abundancia no local. Assim também deveria sua casa de câmara e cadeia estar presente em um largo, acentuando a característica de um edifício público, com o papel de ser notório a todos da vila. Está descrito no excerto a preocupação com a escolha do lugar, pois se “fez exame” para a escolha do lugar certo.

Através da bibliografia histórica analisada, o procedimento de demarcação do Rocio – terras da câmara para povoar e crescer a vila – deveria cumprir-se no mesmo momento de fundação. Confirmando isso, na sequência dos excertos analisados aparece o “*Termo de demarcação de terreno p.<sup>a</sup> Rocio desta nova villa*”:

E logo no mesmo dia, mez, e anno atraz declarado aonde se achava prezente *Fulano* comigo Escrivão ao diante nomeado; e sendo ahy presentes os Povoadores, que se achavão pelo dito *Fulano* lhes foi dito, que era conveniente que esta nova villa ficasse com seo Rocio, p.<sup>a</sup> Logradouro deles habitantes, e dos mais q' p.<sup>a</sup> o futuro viessem domiciliar na mesma v.<sup>a</sup> afim de findar suas casas Com quintaes, sendo estas formadas, e arruadas na forma q' tem determinado o Ill.<sup>mº</sup> e Ex.<sup>mº</sup> Snr. General desta Capitania; Sem pensão alguma de foro, por ser a intenção de S. Mag.<sup>e</sup>; que as terras se povoem, e q' a ellasse agreguem, e se ajuntem aqueles, q'estão dezunidos, e vivendo retirados dos mesmas Povoações, devendo todos fazer uniformemente hum corpo, e não viverem dispersos, como até agora Costumavão neste Estado do Brazil; motivo porq' não tem aumento as Povoações; e assim determinou o d.<sup>o</sup> *Fulano* que o Rocio desta villa principiaria do Pelourinho dela hum quarto de Legoa para cada huma das partes de Norte, Sul, Leste e oeste, de forma q' demarcado este Rocio por estas partes, que ficão expressadas, se mostra ficar em quadra 700 braças, no fim do qual quadra se afincarão marcos de pao de *tal* para signal desta devizão, e demarcação, p.<sup>a</sup> q' dentro dela nehua pessoa ocupasse mais do q' a caza q' fosse precisa p.<sup>a</sup> viver com seu quintal: e de como entre todos se assentou estar bem feita esta demarcação do Rocio desta nova villa, para todo o tempo constar, mandou Lavrar este termo, em q' assignou com os ditos habitantes e Porteiro, q' apregoou, e fez publica a dita devizão: e eu *Fulano* escrivão, q' o escrevy (vão as assignaturas). Pedro Miz Coimbra. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 6, pg. 127-128, in: SALGADO & PEREIRA, 2017, p.17, grifo das autoras).

Neste trecho que se inicia como sequência do extrato anterior, fica claro a necessidade de criação de um espaço em que a urbanidade pudesse ser confirmada. O espaço de promoção da urbanidade denominado Rocio deveria ser local físico provedor de ruas para alicerçar casas, mas sem diminuir a intenção simbólica de promoção do corpo urbano. A ideia de coletividade e de sociedade é assegurada pela própria aglutinação de povoações dispersas, que teriam uma vila para viver. Seguindo o rigor prático, deveria esse espaço ter a dimensão de um quadrante de meia légua por meia légua – 4.828Km – onde o ponto central, símbolo maior da legítima civilidade, era o pelourinho.

Todos esses documentos voltam a ser apresentados e analisados no capítulo terceiro da presente pesquisa, onde se justifica a confirmação da tradição portuguesa na elevação de vilas. Para isso se propõe a investigação da aplicação dessa metodologia nas vilas de Itapeva da Faxina, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga e Santo Antonio das Minas de Apiahy. vilas erigidas entre os anos de 1769 a 1771, sob ordem do governador D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, todas com freguesias precedentes.

### **1.5 A Ordem Beneditina e a correlação de conflitos**

Os exemplos trazidos da obra de Fridman (1999), ajudam a esclarecer a forma como Ordens Religiosas chegaram ao Brasil e dominaram e compuseram o urbano Carioca no período colonial. Com um estudo particular da Ordem de São Bento no caso do Rio, podemos correlacionar a sua atuação com as de outras partes do território, como por exemplo na Capitania de São Paulo, em especial em Santana do Parnaíba e Sorocaba. Em Sorocaba, a partir da fundação da vila com a doação de uma gleba do fundador para a Ordem dos Beneditinos no século XVII, inicia-se um processo que durou mais de cem anos de conflito entre suas terras e as da Câmara.

Segundo Fridman (1999), a sequência das Ordens Religiosas a chegar no Brasil foram os Jesuítas, Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos, todos no século XVI. Sendo que os Beneditinos chegaram do Rio em 1589 e em São Paulo, em 1598. No Rio, hospedaram-se inicialmente na ermida de Nossa Senhora do Ó, na praça XV e em sequência receberam ofertas de terras, optando pela sesmaria do monte que obtiveram em 1590, o Morro da Conceição (FRIDMAN, 1999, p.58). Ficaram também com a Ilha das Cobras, doada no ano de sua chegada. A ilha era conhecida anteriormente como Ilha da Madeira. Passaram assim a explorar dela, madeira e pedra e depois de 1638, para lavoura e pastagem.

O Patrimônio Beneditino no Rio, de 1590 a 1650, foi aumentando através de doações de sesmarias para a Ordem, bem como engenhos e mais terras no final do século XVII. A cidade se assentou na várzea entre o Morro dos Beneditinos e o Morro



dos Jesuítas e seu vetor de crescimento era em direção aos pés do Morro de São Bento.

Várias foram as Datas<sup>15</sup> de terra de posse do mosteiro de São Bento que poderiam assegurar o sustendo e a construção de igrejas, tanto espalhadas ao centro da povoação, como em áreas férteis e providas de água, perto do porto. Sendo assim, o interesse da câmara por essas terras era sempre grande. Relata Fridman um caso de terras requeridas pela câmara, que era de posse do mosteiro:

Um conflito importante, ocorrido em 1611, entre o povo, o Estado e os religiosos beneditinos, foi decorrente desta situação privilegiada. Os monges, que já haviam construído casas na Prainha, receberam uma citação do Provedor para doarem o desembarcadouro que ficava nos seus domínios, com a justificativa de que as terras pertenciam ao Senado da Câmara. O Conselho da Câmara, não satisfeito, com a negativa dos monges, resolveu colocar as casas abaixo, medida que foi apoiada pela população, que as incendiou à noite (FRIDMAN, 1999, p.60, 61).

Esse caso foi resolvido no ano de 1616, onde foi assinado um acordo, por intermediação Real, entre o mosteiro e a Câmara. Mas o conflito não terminou por aí, no ano de 1630 mais uma grande divergência ocorreu entre dirigentes civis e militares e o então governador, Salvador Correia de Sá Benevides, que teve que se refugiar no mosteiro de São Bento. Em 1660, um novo levante popular, iniciado pela intenção de cobrança de imposto predial, fez novamente o governador se abrigar nas dependências Beneditinas.

O aumento das terras dos Beneditinos não parou por aí, na década de 1670, as terras do mosteiro se estenderam através de compra de casas no centro ocupado. Isto levou à imposição de foro anual, como forma de imposto sobre as grandes porções de terra da Ordem.

Conta-nos também a autora, sobre a invasão francesa em 1711 pela Ilha das Cobras, dominando o território beneditino, bombardeando o mosteiro, a biblioteca, o arquivo e a cidade. Nesta primeira metade do século XVIII, o mosteiro também erigiu casas para aluguéis ao centro, através de recursos provenientes de outras Datas e do gado, aumentando entre 1743 e 1775 as suas propriedades significativamente. Relata-nos Fridman, sobre esse extenso período de conflito:

---

<sup>15</sup> Datas de terra são porções de terra concedidas para serem utilizadas, habitadas ou trabalhadas, sendo semelhante a nossa noção contemporânea de lote ou gleba.

Em 1760, reiniciaram-se os conflitos entre o mosteiro e populares, que se negaram a pagar o foro, por acreditar ser a Câmara a proprietária das terras do morro da Conceição. Em 1770, a discórdia foi resolvida com ganho de causa para o mosteiro. Em fins do Século XVIII a ocupação urbana expandiu-se para localidades entre a Prainha e a Praia Formosa. O mosteiro construiu ali, edificações e armazéns e os arrendou. Neste local instalaram-se os armadores, os traficantes de escravos, es pescadores e os marinheiros (FRIDMAN, 1999, Apud. César e Castro, 1989).

A situação dos conflitos da Ordem Beneditina com a Câmara e principalmente, com o povo, só começou um processo de conciliação, no final do século XVIII, durante a administração do Marques de Pombal, que através da medida de retirada dos Jesuítas, aproximou os laços dos Beneditinos com a Coroa. No início do século XIX, pouco antes da chegada de D. João VI, a Ordem subsidiou a luta na Colônia de Sacramento, bem como quando da invasão francesa em Portugal. Assim, com o início do Império, as relações da Ordem dos Beneditinos com a Coroa, eram as melhores possíveis, chegando a Ordem a abrigar parte da sua comitiva, em dependências da Ordem beneditina. Já com o povo, os conflitos ainda viriam seu fim somente no século XIX.

Todas as perspectivas apresentadas até aqui colaboram para o entendimento da ideia de cidade que praticavam os Portugueses na colônia. A tradição medieval portuguesa de fundar vilas aliadas ao poder que as Ordens Religiosas poderiam exercer no território, transcende os séculos. Ela revela na colônia, como apresentado neste capítulo, uma sistemática administração, organização formal e um processo político-econômico que se percebe nos estudos de caso que seguem nos próximos capítulos.

## 2 NOSSA SENHORA DA PONTE DE SOROCABA

### Outros olhares para o século XVI, XVII e XVIII

O vasto território da Repartição Sul da colônia, desde a vila de São Vicente na Capitania de São Paulo até as regiões mais longínquas ao Sul – onde hoje são os limites do Brasil com a Argentina e Uruguai – estavam com suas fronteiras tão pouco consolidadas, que os conflitos com os Espanhóis ameaçavam de forma a redefinir essas linhas limite constantemente.

Hoje, com recursos mais avançados da tecnologia podemos enxergar todo o território Brasileiro circunscrito. Mas, para que isso acontecesse, na virada do século XIX para o XX, existiram alguns agentes que se debruçaram sobre o território e proporcionaram sua melhor compreensão. Nos anos 1880, a cartografia produzida pelo engenheiro Theodoro Sampaio na Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo, através dos estudos dos Rios Itapetininga e Paranapanema, contribuíram de forma significativa para o reconhecimento dos seus afluentes, com um estudo topográfico detalhado, cortes e elevações do perfil do rio (SAMPAIO, 1889). Já no início do século XX, os estudos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG) produziram Mapas Cartográficos referenciados através de coordenadas, que no ano de 1927 foram publicadas as folhas da região compreendida, entre outros, pelos os municípios de Sorocaba, Itapetininga, Faxina e Apiahy<sup>16</sup> (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Levantamento da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, 1927).

Os trabalhos da Comissão descritos por João Pedro Cardoso, diretor da mesma, foram publicados em maio de 1927, atendendo aos ideais republicanos do aproximado Estado Novo Brasileiro, que se inauguraria com Getúlio Vargas em 1935. Assim, se encontram a todo momento referências contundentes sobre o quanto os trabalhos contribuiriam para a “marcha vertiginosa do progresso”, em que a necessidade das peças cartográficas se justificaria, para a realização de qualquer ação visando o progresso no território. Portanto, elas contém a posição exata das cidades com as relações entre uma e outra através de vias de comunicação, sejam elas estradas de ferro ou de rodagem, topografia regional, rios, córregos e cachoeiras

---

<sup>16</sup> Aqui percebe-se que no início do século XX, a cidade de Itapeva ainda era denominada somente Faxina, herdado de sua fundação. Já a atual Apiahy, com a grafia diferente, Apiahy.

“a fim de constituírem elementos precisos para o projeto ou realização de qualquer melhoramento. A carta geográfica é sempre o farol que orienta todas as grandes e uteis iniciativas” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Levantamento da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, 1927, p.3). Importante estava sendo neste contexto, os ramais modais da Ferrovia, que conduziram o crescimento da região, em especial da própria cidade-capital de São Paulo, quando sua população saltou de 67.934 habitantes, em 1890, para 846.725, em 1925; ou seja, em 35 anos.

No conjunto dos trabalhos técnicos publicados pela Comissão, além das cartas cartográficas, está uma coleção de fotografias de todas as cidades pelas quais a comissão passou, a fim de valorar o grande território a que se deveria envolver a administração pública e seu controle. Neste momento, o olhar sobre o território levou em consideração mais do que os aspectos materiais dos sítios, a cultura também foi alvo de levantamento. O produto da exploração do solo, na década de 1920, era além do café, também, o algodão, apontando a importância da proximidade com a capital São Paulo<sup>17</sup>. Mas a compreensão alcançada mostra que o marco inicial da exploração dessa região foi a pecuária no vale do Paranapanema.

Através desse levantamento, pôde-se ter uma compreensão ímpar do território, que na virada do século, ainda continha em suas cidades características fortemente mantidas do período colonial. A Serra de São Francisco, ponto focal que atinge 960 metros acima do nível do mar, faz parte da paisagem sudoeste da cidade de Sorocaba e é citada, destacando a implantação da cidade neste vasto vale de montanhas. O município de Sorocaba na época, compreendia uma área de 1.050 Km e tinha uma população de 52.708 habitantes, residindo na cidade 24.000 habitantes. Segundo a descrição, Sorocaba continha um número de edificações próximo a 4.000, com algumas de grande valor e outras “interessantes pela arquitetura antiga” (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.4).

Nessa época do levantamento da Comissão, na década de 1920, Sorocaba possuía água canalizada, rede elétrica, de telefonia e de esgoto. Sua importância em um cenário estadual e nacional já era reconhecida, frente ao grande campo industrial da era fabril sorocabana. As fábricas de tecido Votorantim, Santa Rosália, Santo

---

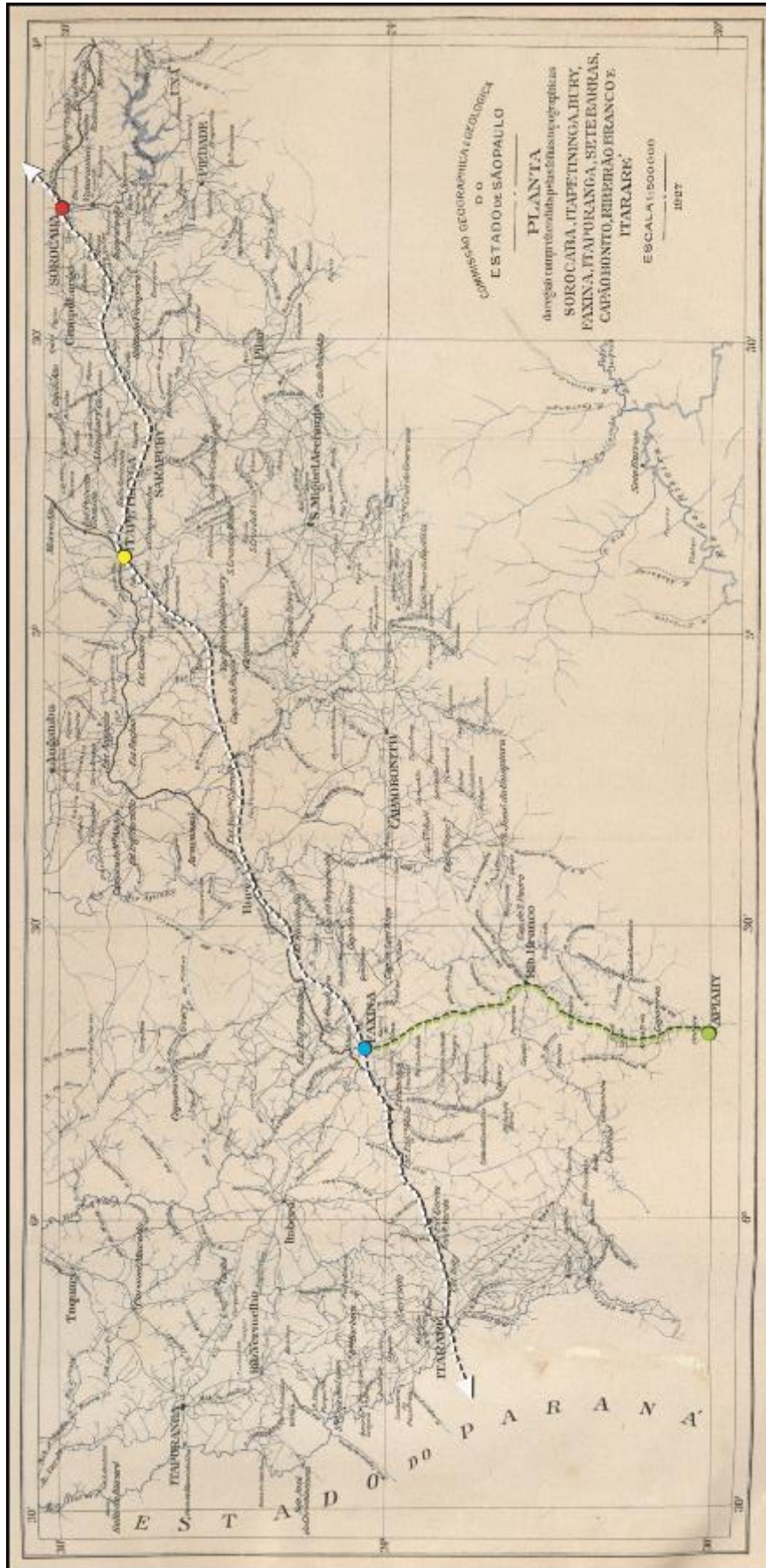
<sup>17</sup> “[...]a qual constitui um grande centro de consumo, e extraordinário empório industrial que dentro de pouco tempo será o maior e o mais variado da América do Sul” (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.III – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Antônio, Nossa Senhora da Ponte, e Santa Maria eram responsáveis por grande geração de emprego, possuindo respeitável peso na economia regional. Ao todo, cerca de 7.000 operários trabalhavam e movimentavam o mercado. Além disso, a agricultura sorocabana era proeminente em produção. Todo esse processo já estava aliado à mobilidade trazida pela indústria de ferro e as linhas férreas que permitiam escoar essa produção, inclusive para um mercado internacional.

Em 1927, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo também faz uma descrição das três cidades estudadas: Apiahy, Itapetininga e Itapeva, além da localização regional e importância da Fábrica de Ferro São João do Ipanema. Sobre o território, consta no relatório da CGG: o caudaloso rio Paranapanema possui dois grandes afluentes na região, o rio Itapetininga e rio Apiahy. O Rio Itapetininga, tortuoso de mesmo nome da cidade que corta, corre até a junção dos rios Turvo e Pinhal, para assim desaguar na serra do mar. O terreno é vasto de sinuosidade e grandes campinas. A estrada de ferro ligava Sorocaba à Itapetininga nesse período e sobrepunha-se a antiga descida para as regiões do sul, sendo a Estrada de Ferro Sorocabana uma importante via de conexão. Por sua vez, o rio Apiahy é formado pelo Apiahy-Guassú e Apiahy-Mirim, onde o último passa pela cidade de Faxina (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Levantamento da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.9).

Na Figura 9 podemos ter uma compreensão regional, a partir do Mapa da região compreendida pelas folhas topográficas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé – 1927. É possível encontrar a posição da cidade de Sorocaba (em vermelho) e das outras três cidades estudadas, de Itapetininga (em amarelo), Faxina (em azul) e Apiahy (em verde), junto com a interpretação do caminho do Viamão que as conectava, ligando a vila de Sorocaba às regiões do Sul.

Figura 9: Mapa Regional CGG 1927: Sorocaba (vermelho), Itapetininga (amarelo), Itapeva (azul) e Apiahy (verde). Demarcação do caminho que leva ao Sul – interpretação do traçado do Caminho do Viamão (em verde) e derivação do caminho para Apiahy que desce em direção a Iguape e Cananéia (em branco).



FONTE: Intervenção do autor sobre cartografia do levantamento da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo: Mapa da região compreendida pelas folhas topográficas Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé – 1927, Arquivo público do Estado de São Paulo.

Em pontilhado branco, encontra-se destacado na Figura 9, o caminho do Viamão que desde da vila de Sorocaba e passa pelas vilas de Itapetininga e Itapeva. Também pode-se identificar seu ramal, em pontilhado verde, que conecta a vila de Apiaí ao litoral de Iguape e Cananéia. Pode-se considerar que esses caminhos são, como já mencionado, uma sobreposição dos antigos caminhos indígenas pelo território. Desses caminhos, um dos mais importantes foi o Peabirú, rota indígena que por vezes se sobrepõe também aos caminhos coloniais bandeiristas.

Os documentos apresentados foram importantes para uma compreensão Regional dos estudos de caso. Na sequência será abordado o processo de formação dessas quatro vilas coloniais, Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, Itapeva da Faxina e Santo Antônio das Minas de Apiahy, que começa na virada do século XVI para o XVII, em Santana de Parnaíba é estudado.

## 2.1 Os Fernandes e a formação do território

O Rio Anhemby<sup>18</sup>, segundo Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo (1971), era muito produtivo e utilizado somente por Índios nômades locais. Conhecido desde a subida da Comitiva de Martin Afonso de Souza em 1532 foi citado pela primeira vez, ao que se sabe, pelo Capitão Jorge Gedeão, que desceu o Rio em 1526. Ele foi o palco da expedição governamental armada contra o assalto das tribos confederadas para destituir São Paulo, e em busca de ouro, em 1561 (Almeida, 2002, p.16).

Segundo Camargo (1957, p.19) nos tempos da União Ibérica, regência dos Reis Felipe de Espanha no governo Português, temos uma série de eventos como o surgimento da Fazenda Parnaíba, que seria a futura vila de Santana do Parnaíba. Com ela a presença de vários Agentes Sociais, que vão delimitar os usos das terras da região de Sorocaba e ser responsáveis por significativas intervenções no território

---

<sup>18</sup> Hoje Rio Tietê.

e na história que conhecemos hoje sobre a formação do território paulista. Diz-nos Nestor Goulart sobre esse período:

“No início de 1599 chegou a São Paulo o governador Geral do Brasil D. Francisco de Souza, que saiu de Salvador em outubro de 1598, autorizado pela Corte, que estava em Madri. Era o período chamado por uns (espanhóis) de união das Coroas Ibéricas e por outros (portugueses) de Domínio Espanhol (1580 – 1640)” (Reis: 2013, p.49).

Manoel Fernandes Ramos, como nos mostra Camargo (1971, p.19), “entrou Anhemby a dentro”, construiu a Fazenda Parnaíba e sua plantação “de vários produtos agrícolas” próximas ao rio. Nascido em Moura, Portugal, Manoel Fernandes Ramos chegou à capitania de São Vicente na segunda metade do século dezesseis. Exerceu cargos de governo até o final do século dezesseis, sendo o segundo Tabelião de São Paulo e em 1572, ocupou o cargo de Juiz ordinário. Residente nesta mesma cidade, “do lado da Moóca ou onde fosse” (Camargo, 1971, p.21-30) buscou ao longe, braços para suas lavouras que, nas terras em que sua esposa Suzana Dias recebeu em Sesmaria, entre os anos de 1552 e 1554, de Jorge Correia - Capitão-Mor da Capitania de São Vicente - fez suas roças afastadas do povoado. Manoel Fernandes pagava Avença, que era “contribuição fiscal, calculada sobre o valor venal do terreno cedido”, ao “Rendeiro da fazenda Real” (Camargo, 1971, p.21).

Em documento datilografado sem data, sob o título de Suzana Dias a mãe dos Sorocabanos, Adolfo Frioli – Memorialista Sorocabano – baseado no livro de Almeida (2002), cita que Suzana Dias nascida em 1552 na capitania de São Vicente, filha de Lopo Dias e Beatriz, casou-se com Manoel Fernandes Ramos. Teve com ele dezessete filhos (Camargo, 1971, p.30).

Dos seus dezessete filhos e filhas, André Fernandes, Baltazar Fernandes e Domingos Fernandes, têm na literatura local consagrada do século vinte, importantes papéis como fundadores das principais vilas paulistas do século dezesseis.

Após a morte de Manoel Fernandes, Suzana Dias veio a casar-se novamente, com Belchior da Costa, testemunhando segundo Almeida (2002) em São Paulo de 1622, a santificação do Padre Anchieta. Ele era, segundo Camargo (1971, p. 38), seu consultor espiritual. Sobrevivendo a morte de seu último marido, faleceu em Santana do Parnaíba em 1634.



Suzana teve sua educação influenciada pela sabedoria Jesuítica, não sabia ler nem escrever. Porém sua personalidade de respeito, sua influência e de seus consanguíneos na história de São Paulo e Parnaíba, garantem a ela significativa importância. Passando a dirigir os negócios da família e tendo sob sua posse a sesmaria de Parnaíba, conta-nos Camargo (1971, p. 31) que Suzana teve através de uma voz, inspiração para a construção da capela de Santa Ana em Parnaíba. Juntamente com seu filho André Fernandes fez a doação de “duzentas braças em quadra à capela de Sant’Ana, fundada pelo seu filho André Fernandes” (REIS, 2013, p.172). Percebe-se aqui parte do processo de criação de um arraial, como mostra Murilo Marx (1991), desde a dedicação de uma capela a uma devoção santa, para a correspondente doação de uma porção de terra, o Patrimônio religioso, sobre o qual seria construída a capela e ao redor do seu adro, poderiam ser distribuídas Datas, pelo pároco, para a instalação de alguns moradores. Esta capela deu origem ao povoado de Santana do Parnaíba.

Custódia Dias, uma das filhas de Suzana Dias, casou-se com Geraldo Betting, modificado ao português posteriormente para Betim, do Ducado de Gueldres, Wuttemberg na Alemanha, trouxe ele, a fase mineralógica de estímulo à exploração de ouro na região, conhecido como primeiro período de Santana do Parnaíba (1591-1602). Nestor Goulart Reis, afirma que: [hoje] “Santana do Parnaíba é provavelmente o mais importante documento que nos resta sobre as formas de urbanização do planalto do século XVII, nas proximidades das áreas de mineração” (2013, p.172). Geraldo Betting é citado novamente por Almeida (2002) no processo de industrialização da Fazenda Ipanema.

Ficou ao encargo de André Fernandes a chefia do povo Parnaibano, após a morte de seu pai. O povoado de Santana do Parnaíba então prosperou. Trigo, milho, algodão, feijão branco, cana de açúcar, uvas e muitos outros alimentos entre legumes, frutas, raízes e até castanhas eram parte da cultura local. Relata-nos Camargo (1971 p. 37), que cada família possuía teares, manuseado pelas matronas. Isso atraía amigos e familiares dos Fernandes, que enquanto sesmeiros povoadores, doavam terras para a fixação dessas pessoas.

No dia 2 de setembro de 1634, faleceu Suzana Dias, que em testamento determinou, aos testamentários André e Baltazar Fernandes, declarar os seus bens.

No testamento de Suzana Dias, disponível no Museu Histórico de Santana do Parnaíba, o Museu do Anhanguera, pode-se compreender os bens herdados pelos seus filhos povoadores, sobretudo a parte que coube a Baltazar Fernandes.

Antes de sua morte, no ano de 1628, por ocasião de uma enfermidade, Suzana Dias e seus filhos chamaram escrivão, para dar redação ao documento que serviria por seu testamento. Curiosamente já na primeira página, descreve Suzana Dias que, de seus 17 filhos com seu primeiro marido, Manuel Fernandes Ramos, 15 ficariam com dividendos de sua herança. Isto salvo Baltazar Fernandes e André Fernandes, aos quais não tinham recebido as “legítimas” que lhes pertenciam. Deveriam assim, a eles se destinar toda a sua fazenda. Podemos compreender aqui a fazenda, como sendo as grandes sesmarias de sua posse no Termo de Santana do Parnaíba, que ficariam sob responsabilidade de André Fernandes e Baltazar Fernandes. Adiante no documento, Suzana Dias dizia:

Deixo por meus testamenteyros a meus filhos André Frz<sup>s</sup> e BalthezarFrz<sup>s</sup> que descarregarão minha consciencia [...] e para fazerembem a minha alma, e o remanesente de minha tersa deyxo a meu filho BalthezarFrz<sup>s</sup> pera ajuda de amparar suas filhas e por aquy e com estas declarações atrazey este meu testam.<sup>to</sup> por serrado e peso as Just.<sup>as</sup> de Sua Mag.<sup>de</sup> lhe deminteyrocomprim.<sup>to</sup> por ser esta minha ultima vontade [...] (INVENTÁRIO E TESTAMENTO DE SUZANA DIAS, 1648, p. 15).

Assim, pode-se perceber acima que os testamenteiros responsáveis pela declaração dos seus bens seriam André e Baltazar Fernandes. Sendo que ao último, se destinaria a terça parte dos bens de Suzana Dias, para amparo de suas filhas e justo de sua vontade. Pediu por fim ao padre vigário João Pimentel, que assinasse por ela testadora, por não saber escrever. Estavam presentes como testemunha: Gaspar de Brito, Tomé Martins, João Fernandes, Pedro Alvarenga Moreira, Gabriel de Lara e João Guedes. Conta-nos Camargo (1971, p.41), que após o enterro de Suzana Dias, para o cumprimento de seu testamento, aos 30 dias do mês de julho de 1635, os três herdeiros, assinaram o “Termo de composição e partilha entre os herdeyros a saber o Capitão André Frz<sup>s</sup> e D.<sup>as</sup>Frz<sup>s</sup> e BalthezarFrz<sup>s</sup>” perante o juiz ordinário João Missel Gigante. Por ele ficava registrado que os três “como herdeyros e irmãos fizeram entre si irmãmente suas partilhas de que ficaram contentes” (INVENTÁRIO E TESTAMENTO DE SUZANA DIAS, 1928 – 1648, p. 18, 19). Sendo assim, foram partilhadas a partir deste documento, as terras herdadas entre os irmãos.

Segundo Paulo Camargo (1971), André Fernandes foi o Capitão responsável pela promoção do povoamento da vila de Santana de Parnaíba e em 14 de novembro de 1625, “mandou-se levantar o então aprovado pelourinho e efetuar as demais cerimônias de vila em Parnaíba”, que consistia ainda na delimitação do Rocio e do termo (CAMARGO, 1971, p.73).

Camargo (1971) ressalta o papel de André Fernandes, que doou o Patrimônio religioso – 200 braças em quadra (365,76m) – para a formação da capela e segundo Reis (2013, p.172), em 1º de agosto de 1624 elevou-a diretamente à condição de vila sem passar por freguesia, pela provisão de 14 de novembro de 1625 – como também consta no IGC<sup>19</sup> - instalando o pelourinho:

[...] nasceu em São Paulo. Este notável sertanista veio residir com sua família em Parnaíba. Visto como seu domínio continuou sempre nessa região e fosse ele com sua mãe, Suzana dias, os fundadores da capela de Santana, muitos autores dão-lhe o título de fundador de Parnaíba. Assim na escritura de doação: Fundador, padroeiro e instituidor da capela, novamente feita a Santana, no lugar chamado Parnaíba (1º de agosto de 1624). Doava um sítio, casa e mais pertences, duzentas braças de terras [...] ao sertão, meia légua, casas indígenas para o serviço da capela. Administrador posteriormente seria o seu filho Francisco Fernandes (Camargo, 1971, p.47).

André Fernandes foi responsável, após grande discórdia com a ordem dos jesuítas – pelo devassamento de tribos indígenas, advindo da dominação, escravização e dizimação de tribos locais – por trazer a ordem dos Beneditinos à Santana do Parnaíba. André Fernandes faleceu depois do ano de 1657.

Por sua vez, seu irmão, o capitão Domingos Fernandes, também nascido em São Paulo, foi o responsável pela fundação de uma capela no Utú-Guassú, posteriormente vila de Itu, tendo doado o terreno para a formação do Patrimônio religioso para a capela de Nossa Senhora da Candelária, em 1610, futura Matriz de Itu. Domingos Fernandes faleceu em 1653 e segundo seu testamento, deixou a terça parte dos seus bens para esta paróquia:

Declaro que eu alcancei dos prelados passados Mateus Aborim, Lourenço de Mendonça e do Senhor Administrador que hoje é Antônio de Martins, licença para fundar uma capela e nela ter Capelão Curado neste Ituguaçu.’ A capela fora construída pelo testador, mas Cristóvão Diniz, no campo de Pirapitingui à honra e invocação de Nossa Senhora da Candelária, a qual capela faço e constituo por herdeira do remanescente de minha terça de tudo que se achar por minha morte assim de imóveis como de raíz. (Camargo, 1971, p.49).

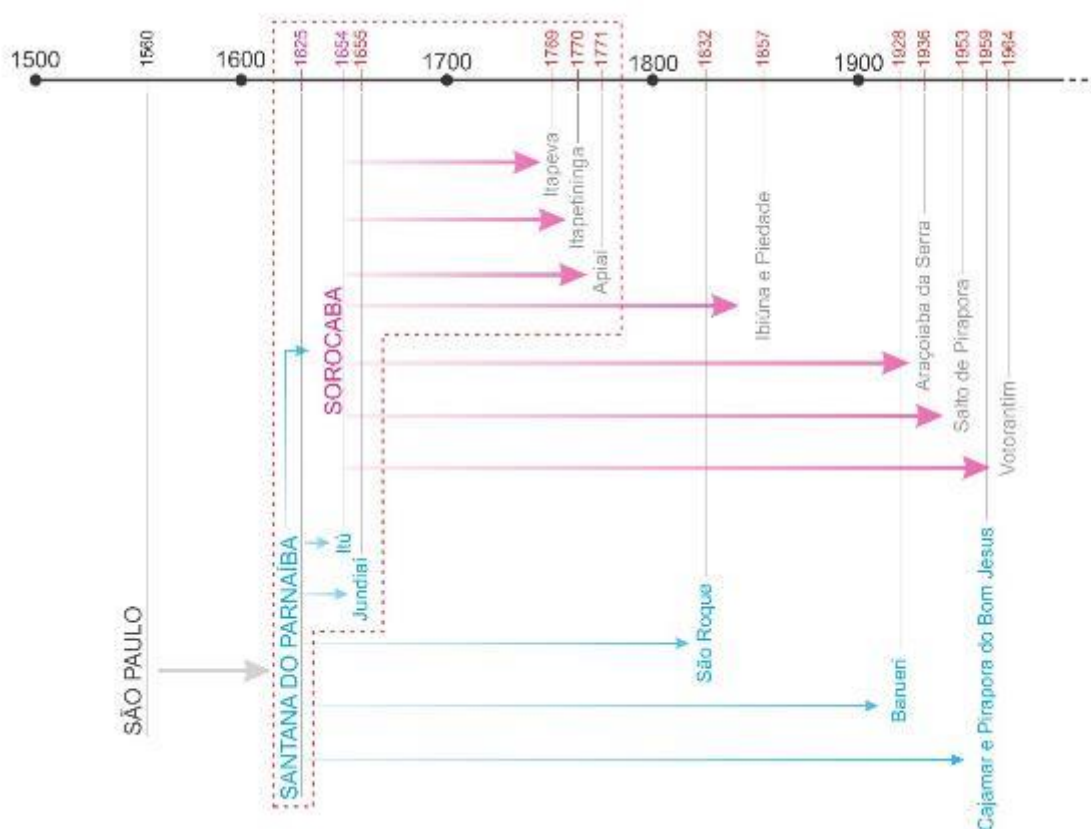
---

<sup>19</sup> Municípios e Distritos do Estado de São Paulo, IGC, 2011.

Seria assim, Baltazar Fernandes, o terceiro filho de Suzana Dias a dar continuidade à tradição fundadora da família Fernandes. Graças as suas porções de terra, dirigiu-se a Sorocaba e lá se fixou. Ele deu então início à história clássica que, também consolidada no século XX, firma-o como o grande herói da cidade de Sorocaba. Segundo Reis: “a vila facilitou o acesso às regiões do sul, inclusive às cabeceiras do Ribeira de Iguape (já em terras do atual estado do Paraná) e aos campos onde se fundou Curitiba”(2013, p.179).

Segundo o Jornal Diário de Sorocaba<sup>20</sup>, por volta de 1648, Baltazar Fernandes já teria aberto seus primeiros currais de gado nas sesmarias herdadas de sua mãe, relativas às terras de Sorocaba. Eram assim as terras onde futuramente ele fundaria a vila, um território já conhecido e de uso justificado pelo seu possesiro.

Figura 10: Linha do tempo dos desmembramentos de São Paulo a Sorocaba:



FONTE: Elaboração do autor a partir das fontes estudadas.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.diariodesorocaba.com.br/noticia/219646>> acessado em 05 de outubro de 2017, às 21h 22.

Na Figura 10, pode-se observar através de um organograma com linha do tempo, quais foram as primeiras vilas desmembradas do território de Santana do Parnaíba, das sesmarias de Suzana Dias, compreendendo o período de fundação de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba até os dias atuais. Bem como o período e estudos de caso de circunscrição da presente pesquisa (dentro do tracejado vermelho).

## 2.2 Monte Serrat e São Felipe, os embriões de Sorocaba

Para a descrição da fundação da cidade de Sorocaba, é necessária uma revisão bibliográfica e de fontes, com atenção a diversos autores e arquivos. Para tal, utilizou-se das obras de Paulo Florêncio da Silveira Camargo (1971), Aluísio de Almeida (2002), Cássia Maria Baddini (2002) e documentos datilografados do memorialista local Adolfo Frioli (1997), bem como o histórico do município disponível no site do IBGE<sup>21</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o que consta nos arquivos da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo. Também é necessário compreender três períodos distintos, no processo de fundação da vila de Nossa Senhora da Ponte culminado em 1661. O primeiro processo ocorre na virada do século XVI para o XVII, o segundo na primeira década do século XVII e o terceiro e último, com a efetiva fundação da vila de Sorocaba, na metade do século XVII.

O que está no Livro de Paróquias da cúria metropolitana faz breve histórico da cidade de Sorocaba:

---

<sup>21</sup> No portal das cidades do IBGE, encontra-se publicado um breve histórico da cidade de Sorocaba, apontando – como da mesma forma se faz desde a obra de Aluísio de Almeida – a criação da vila de Sorocaba. Consta no site da seguinte forma: em fins do século XVI, os Afonso Sardinha (pai e filho), estiveram no morro do Araçoiaba à procura de ouro. Ao invés do esperado, atestaram e relataram ao então governador Dom Francisco de Souza a presença do metal de ferro. A partir disso, D. Francisco enviou mineiros para iniciar a exploração na região. Relata-se que nada foi encontrado e com um salto cronológico, segue declarado de que o governador transferiu a vila para Itavuvú – em 1611 – ficando sob invocação de São Felipe, em homenagem ao Rei da Espanha. Após mais um salto cronológico, conta-se sobre a construção da igreja de Nossa Senhora da Ponte por Baltasar Fernandes, em 1654, juntamente com a sua casa no bairro do Lajeado. Para promover o povoamento, doou à igreja grande gleba de terras aos Beneditinos de Parnaíba, com a condição de construírem o convento e manterem uma escola. Por fim, ligado à fundação de Sorocaba, o site informa que alguns anos depois, o pelourinho de Itavuvú foi transferido para Sorocaba. Percebem-se nesse breve histórico grandes lacunas e certa brevidade e rigidez, no relato da história colonial da fundação de Sorocaba (Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/sorocaba/historico>> acessado em 18 de novembro de 2016, às 18h 20).

Em 1600, o governador Geral D. Francisco de Souza estabeleceu no lugar conhecido desde então por *Byraçoyaba* uma povoação que chamava-se *Itapebossú*; mas tendo falecido em 18 de [...] de 1611 não progredindo a referida povoação em Villa, antes decaiu rapidamente até extinguir-se a todo. Em 1654 o paulista Baltasar Fernandes e seus genros André e Bartholomeu de Zunega estabeleceram-se na distância de três legoas da primitiva povoação (extinta), fundaram uma capela com título de Nossa Senhora da Ponte e logo depois trataram de mudar para aí o pelourinho da extinta vila e obter este predicamento para a nova povoação por eles fundada (Livro nº 1 – Registro de Paróquias 1880 a 1905, p.142. Disponível em Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo).

Segundo esta descrição, em 1600, o governador Geral D. Francisco de Souza estabeleceu no lugar conhecido por *Byraçoyaba* uma povoação com o nome de *Itapebossú*<sup>22</sup>. Com seu falecimento em 1611, há o registro de que a vila não progrediu, o que indica que esta povoação havia sido fundada como vila. Em 1654, o paulista Baltasar Fernandes e seus genros André e Bartholomeu de Zunega estabeleceram-se a três léguas da primitiva povoação (*Itapebossú*) e fundaram uma capela com título de Nossa Senhora da Ponte, para a qual doaram o Patrimônio religioso. Logo depois trataram de mudar para aí o pelourinho da extinta vila de *Itapebossú* e obter este predicamento para a nova povoação por eles fundada.

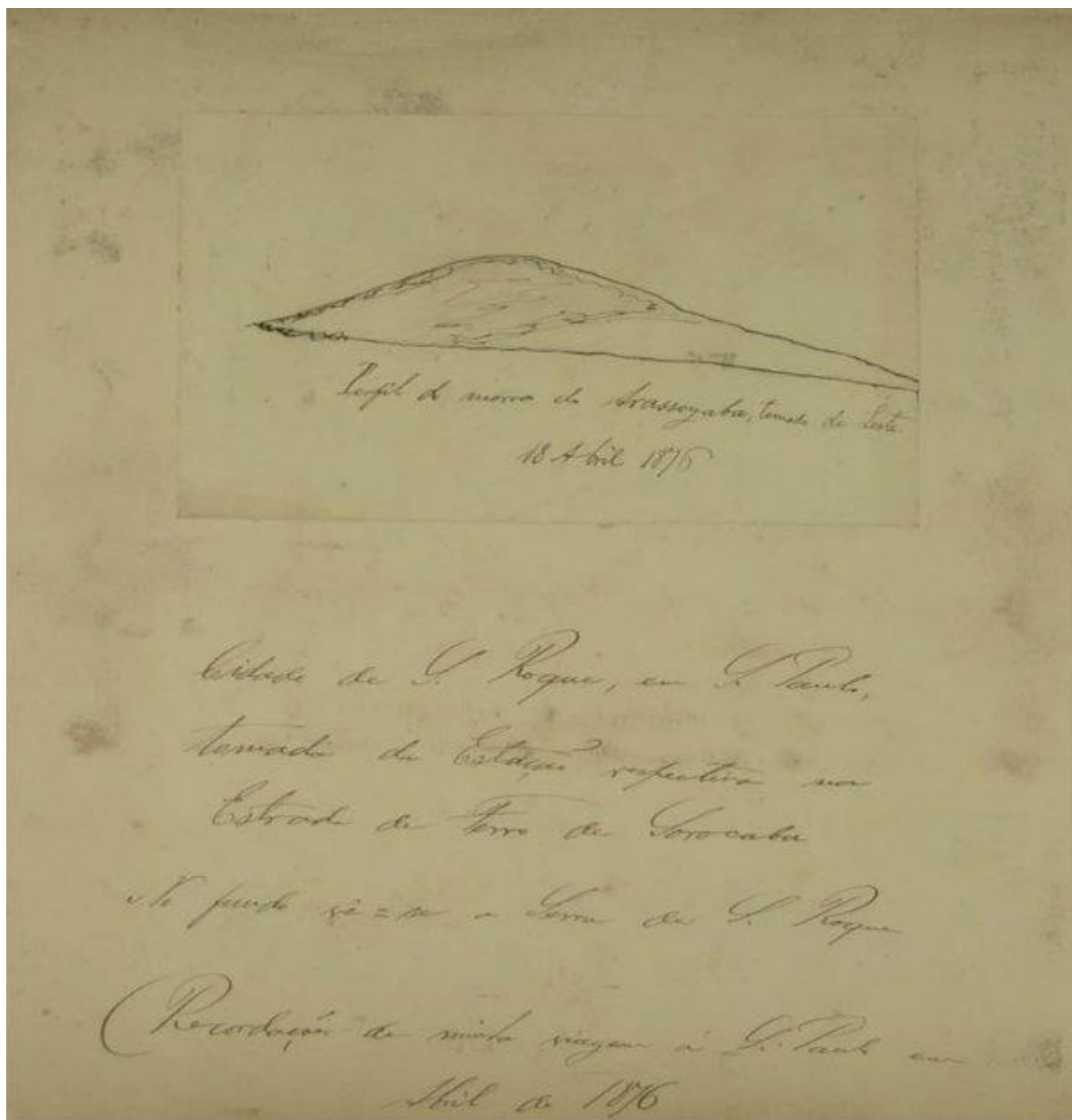
Segue no cabeçalho da página o seguinte registro: “Villa em 1600 a 1610 pelo Governador D. Francisco de Souza. Foi extinta logo depois sendo restaurada pelo Governador Salvador Correa de Sá e Benevides, que por provisão de 3 de março de 1661, nomeou juizes e vereadores para a mesma vila. Cidade pela lei provincial nº 5 de 5 de fevereiro de 1842” (LIVRO Nº 1 – REGISTRO DE PARÓQUIAS 1880 A 1905, P.142.). Ou seja, em 3 de março de 1661, é formada a Câmara da vila de Sorocaba.

Na Figura 11 encontra-se um dos registros remanescentes que retratam o perfil do morro do Arassoyaba, antes *Byraçoyaba* e hoje *Araçoiaba*, situado na Floresta Nacional de Ipanema – FLONA. Ele foi registrado em desenho pelo Barão Homem de Mello, em sua viagem à São Paulo e suas províncias, no ano de 1876.

---

<sup>22</sup> *Itapebossú* se refere a *Itavuvú* e *Byraçoyaba* se refere a *Arassoyaba*, traduzido nos dias atuais para *Araçoiaba*.

Figura 11: Perfil do Morro de Arassoyaba, tomado de Leste, 18 de abril de 1876.



FONTE: Barão Homem de Melo, recordações de minha viagem a São Paulo, abril de 1876. Documento online disponível em : < <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos&pagfis=476>> acessado em 02 de novembro de 2017, às 17h 23.

No Morro do Araçoiaba, a Noroeste da vila de Sorocaba – onde hoje se encontra a FLONA – existiu um povoado que, antes de descer para a região do Itavuvú, era conhecido como vila de Nossa Senhora do Monte Serrat. Este morro já era explorado desde 1589, como consta no jornal Diário de Sorocaba:

Assim [os Sardinha] por volta de 1589, deixaram São Paulo, atravessaram Sorocaba (construindo até uma primitiva ponte sobre o rio Sorocaba, nas imediações da atual rua XV de Novembro) e, em seguida, alcançaram o

Araçoyaba. Logo que chegaram às imediações do Morro do Araçoyaba, os três batearam algum ouro que até o século passado ainda era encontrado, embora em pequena quantidade, em muitos rios e riachos secundários da região. Viram também um mineiro que, em reflexo metálico, parecia-se mais com a prata e, enfim, "fazendo roçar uma clareira em meio ao ribeirão das Furnas, subiram até as fontes e Afonso Sardinha deu a primeira martelada em minério de ferro no Brasil (DIÁRIO DE SOROCABA, 05 de outubro de 2017)

O povoado de Monte Serrat é citado por Baddini (2002, p.44) onde, o então governador das capitanias do Sul, Dom Francisco de Souza, esteve no morro do Araçoiaba em 1599. Ele foi instigado por Afonso Sardinha e seu filho de mesmo nome, a instalar equipamentos para fundição de ferro, devido encontrar ferro na região, ao contrário do ouro, como esperava. Isto confirma a tese de Nestor Goulart Reis (2013), onde o mesmo afirma que o desejo e empenho em se encontrar minas de ouro na região sudeste da colônia, nas capitanias do Sul, ensejou um ciclo de exploração aurífera que precedeu o das Minas Gerais.

Afonso Sardinha, citado também pelo memorialista local da cidade de Sorocaba, Adolfo Frioli, "em busca do famoso El dourado" (1997, p.01) esperava que os ditos metais vermelhos pudessem ser indício de ouro. A crença no "El dourado", lugar utópico riquíssimo de ouro, relatado pelas crônicas do século dezesseis, está citado também em obra de Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo (1971, p.11), quando do desbravamento do Rio Anhemby a dentro, nas Comitivas de Martin Afonso de Souza em 1532. Também cita Almeida (2002, p.16) que, segundo inventários, testamentos e atas da Câmara de São Paulo, no ano de 1597, Afonso Sardinha e seu homônimo filho estiveram no Ipanema, atestando a presença de metais aflorando no morro do Araçoiaba. Tomaram então as medidas necessárias para legalizar tal bem, que era senão, Real. Para isso continua o autor dizendo que Diogo Gonçalves Laço foi nomeado por D. Francisco como administrador das minas e em 1598, chegou a São Paulo trazendo consigo os mineiros Gaspar Gomes Moalho e Miguel Pinheiro Zurara e os fundidores Geraldo Betim (ao que tudo indica, o mesmo que se casou com a filha de Suzana Dias, irmã de Baltazar Fernandes) e Jaques Unhalte (ALMEIDA, 2002, p.17). Acrescenta Camargo (1971, p.20) que Afonso Sardinha, o filho, fez a doação de dois fornos catalães a Dom Francisco de Souza, para o preparo



do ferro e início das atividades da Real Fábrica de Ferro de Ipanema<sup>23</sup>, que deveria ser fundada e iniciar seus trabalhos quando de sua ida para o morro do Araçoiaba.

Sobre a vinda de Dom Francisco em 1599, consta no Jornal Diário de Sorocaba<sup>24</sup> que veio, por sua vez, acompanhado de grande comitiva, entre soldados portugueses, índios cristãos, curiosos e mineradores, ansiosos por enriquecerem com as novas descobertas, demonstrando coro de pessoas para comporem a vila.

Monte Serrat não prosperou, entrando em declínio devido a saques indígenas entre outros fatores, após a ida de D. Francisco para a Europa em 1605, fazendo com que seus habitantes descessem do morro para a região do Itavuvú, margem do Rio Sorocaba.

Assim, a vila que Almeida nos pontua como o segundo local do pelourinho, é a que desce de Monte Serrat para Itavuvú. O povoado de São Felipe, com nome dedicado ao período da União Ibérica – ora visto como o segundo ponto, parte do processo para construção da história nova acerca da fundação da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba – foi, segundo Almeida (2002, p.19), marcado pelo estaqueamento do pelourinho no ano de 1611. Isto concedido por Dom Francisco de Souza, ainda governador das Capitanias do Sul, quando voltou de sua viagem à Europa. Esse mesmo pelourinho, nos descreve Almeida (2002, p.19), era “de cabreúva ou uriunduva”. Mas curiosamente o mesmo autor diz: “Aquela vila sem vereadores e freguesia sem vigário” (2002, p.19). Sugere-nos então que, por capricho da nomeação por D. Francisco, a vila de São Felipe foi erigida senão, por sua exclusiva vontade, sem as devidas garantias de vitalidade e rituais formais de ereção.

Almeida (2002, p.20) afirma que D. Francisco de Souza aprovou a mudança do pelourinho ou da vila, para Itavuvú, apontando para tão somente ser, um fato de reconstituição histórica. Isto porque o único registro comprobatório ao qual se teve

---

<sup>23</sup> Encontra-se também relatado por Adolfo Frioli (1997, p.02), memorialista local, que a fundação da Fábrica de Fundição de Ipanema pelos Sardinha, no morro do Araçoiaba, originou um povoado, a vila de Monte Serrat, que entrou em declínio após a ida de D. Francisco para a Europa – 1605 como apontado por Almeida (2002, p.19), quando soube da existência somente de minério de ferro no morro. Isto obrigou o povo, de Monte Serrat – insipiente e reduzido como consta na bibliografia – a dissolver-se, migrando para as margens do Rio Sorocaba, “no local chamado Itapebossú, hoje Itavuvú” (Frioli, 1997, p.02). Quando D. Francisco retornou da Espanha, elevou este novo local com o nome de vila de São Filipe, em 21 de abril de 1611 (Frioli, 1997, p.03), em referência provável à administração hispano-portuguesa dos Reis Filipes, no período da União Ibérica das coroas.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.diario.desorocaba.com.br/noticia/219646>> acessado em: 05 de outubro de 2017, às 21h 22.

acesso até os dias de hoje da referida vila de São Filipe, foi um mapa anônimo seiscentista em que o povoado aparecia perto do morro do Araçoiaba, com a inscrição da data “1611” e o nome de D. Francisco de Souza (ALMEIDA, 2002, p.20).

Consta em artigo do jornal Diário de Sorocaba<sup>25</sup>, a confirmação de que o pelourinho de Monte Serrat foi transferido para a região do Itavuvu e utilizado na elevação da vila de São Felipe em 1611, sendo a elevação desse povoado à condição de vila, enquanto resposta ao requerimento de seus moradores. Dessa forma, a hipótese que aqui se coloca é de que, a população que desceu do morro do Araçoiaba se instalou mais abaixo, às margens do Rio Sorocaba por conta da possibilidade da agricultura de subsistência. Tanto no caso da vila acima do morro, quanto no caso da vila às margens do Rio, os ataques indígenas eram frequentes, devido ao alto tráfego de povoados nômades indígenas, que se locomoviam pela região, sobretudo pelo caminho do Peabirú.

Sobre Monte Serrat situada no morro do Araçoiaba é certo que, o período de vida da então vila se inicia nos anos de 1599, quando da vinda de D. Francisco de Souza para atestar a presença de metais ferrosos e instalar o pelourinho. Reconhece Almeida (2002,p.18) que esse foi o primeiro sinal de vida independente do povoado Sorocabano. Voltou D. Francisco a São Paulo em 1600 retornando a Monte Serrat de 1601 a 1602, com mais pessoas para povoar a vila. Em 1605 D. Francisco fez viagem à Europa, quando efetivamente, já em declínio, a povoação do cume do morro desce às margens do Itavuvú, solicitando trazer consigo o seu pelourinho, autorizado em 1611. Observa-se no caso de Monte Serrat a intenção pragmática de controle da Coroa, ainda que insipiente, sobre as tomada e avanço aos sertões. No momento em que o sertão se torna território e que, o mínimo sinal de lucro e riqueza é vislumbrado, o único destino final possível sobre toda extração e produção das riquezas naturais deveria ser para a Coroa. Por esse estrito motivo interpreta-se que os processos histórico-sociais motivaram Dom Francisco a elevar em vila o povoado de Monte Serrat.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.diario desorocaba.com.br/noticia/219646>> acessado em: 05 de outubro de 2017, às 21h 22.

### 2.2.1 São João de Ipanema

Com a mudança do povoado para às regiões do Itavuvú, remanesce no local da primeira povoação, Monte Serrat, os dois fornos catalães para fundição de ferro, herdada dos Sardinha e provavelmente, construções utilizadas para abrigar a comitiva vinda com Dom Francisco, com algumas casas e estruturas de insipiente agricultura de subsistência. A atenção a essa importante estrutura e fonte de minério, somente ganharia força no século XVIII, quando no Governo de Morgado de Mateus, as intenções de se ampliar o poder da Coroa enxergam em Ipanema, uma possibilidade para fabricação de ferro.

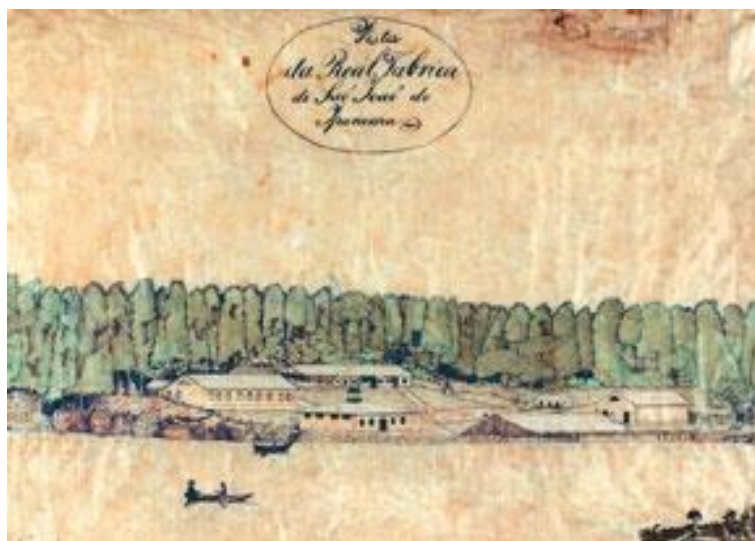
Conta-nos Lobo (2012), que, sob o Governo de Morgado de Mateus e de acordo com as políticas de revitalização da economia, estabelecidas pelo Marquês de Pombal, as condições naturais do local favoreceriam a instalação e produção de ferro, em meio a mata, que serviria também de combustível com o carvão. Assim, no ano de 1765, Domingos Ferreira Pereira, recebeu a autorização oficial para instalação da fábrica do metal ferroso, abundante na região. Quanto à localização da Fábrica de Ipanema, aonde haviam sido construídos os fornos catalães, pertencia ao termo da vila de Sorocaba. Este território recebia atenção da Coroa, tanto por pretender implantar a Fábrica de Ipanema, como por ser um local de passagem de tropas vindas do Sul, desde o século XVII e feira de Muares, que ganhou força com o estabelecimento do registro de animais em 1750. Assim, a passagem dos muares com destino a outras vilas em diversas regiões da colônia, oferecia possibilidades de mercado, reafirmando a estratégia geográfica para instalação da fábrica de ferro.

Ainda, segundo Lobo, a fábrica continuou ao longo dos anos com certas dificuldades de teor prático e financeiro, mesmo após a saída de Morgado de Mateus em 1775 e do próprio Marquês de Pombal, em 1777. Sendo que somente através da promulgação do alvará de 5 de janeiro de 1785, se proibiu o estabelecimento de manufaturas na colônia (LOBO, 2012).

Segundo Haag, desde 1799, através do alvará da metrópole, tentava-se implantar uma fundição de ferro em terreno supostamente rico de minério (HAAG, 2012, p.78). Após a chegada da família Real em 1808, três empreendimentos visando a produção do ferro em larga escala davam “passos largos” na economia das terras

Portuguesas ainda coloniais (HAAG, 2012: p.75). Esclarece Lobo, que com a vinda da família real, o alvará de 1785 foi revogado, permitindo assim, a retomada da produção. Neste mesmo período, outras duas fábricas Mineiras mereciam atenção no território colonial, a Fábrica do Pilar, no morro do Pilar próximo ao Tejuco e a Fábrica Patriótica, em Congonhas do Campo. Essas, juntamente com a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, foram pioneiras na fundição de ferro com a utilização de fornos Suecos (LOBO, 2012).

Figura 12: Aquarela da Real Fábrica de São João de Ipanema



FONTE: Haag, 2012: p.78. Aquarela pintada em 1814 pelo sueco Dankwarts, a pedido de Hedberg, mostrando a majestosa empresa.

“A Fábrica Real de Ferro Ipanema recebeu o maior investimento industrial feito por Portugal no Brasil. Era um complexo siderúrgico sofisticado e atraiu a atenção internacional em seu tempo, embora não tenha atingido as metas previstas” diz Haag (HAAG, 2012: p.76, apud. Landgraf). Dessa forma, continua o autor, inaugura-se um grande projeto modernizador iniciado por Dom João VI para sua colônia, executado inicialmente na Fábrica São João de Ipanema, por metalúrgicos Suecos, chefiados por Carl Hedberg. Através de um contrato que previa, além da construção de estrutura e edifícios necessários, a passagem do conhecimento para trabalhadores luso-brasileiros. Tinham os Suecos a obrigação de trazer uma biblioteca, com os melhores títulos de tecnologia siderúrgica para o Brasil. Continua o autor:

Além disso, a Ipanema está ligada a um texto que inaugura, no país, a metodologia científica na análise da tecnologia: o *Memória econômica e metalúrgica sobre a Fábrica de Ferro de Ypanema*, de 1820, um relatório feito por José Bonifácio, logo que voltou ao Brasil, com críticas embasadas no saber científico à arquitetura dos altos-fornos de Ipanema, que ele inspecionou ao lado do irmão, Martim Francisco (HAAG, 2012 p.76-77, apud Landgraf).

Figura 13: Aquarela de São João de Ipanema - Debret 1821.



FONTE: MARCOLIN, 2010. Real Fábrica de Ferro retratada em aquarela por Debret, em 1821.

Assim, com experiência em fornos em Portugal, foi enviado à Ipanema o prussiano Frederico Varnhagen, para ajudar o trabalho de Martim Francisco. Após a retomada, os fornos de redução direta em que se iniciaram a produção, deveriam ser suficientes para a construção de fornos altos, para produção em larga escala. Necessário seria mão de obra qualificada, requerida por Varnhagen ao Reino. No entanto, através da derrota da Prússia para Napoleão em 1806, em ação velada contra os Portugueses, inviabilizariam o requerimento de técnicos alemães. Dessa forma, Lisboa volta-se à Suécia, em que Bonifácio em 1809 fecha acordo com o empresário Sueco Carl Hedberg, em acordo da Coroa com a iniciativa privada, visando o investimento para crescimento da fábrica. Sobre isso nos diz Lobo:

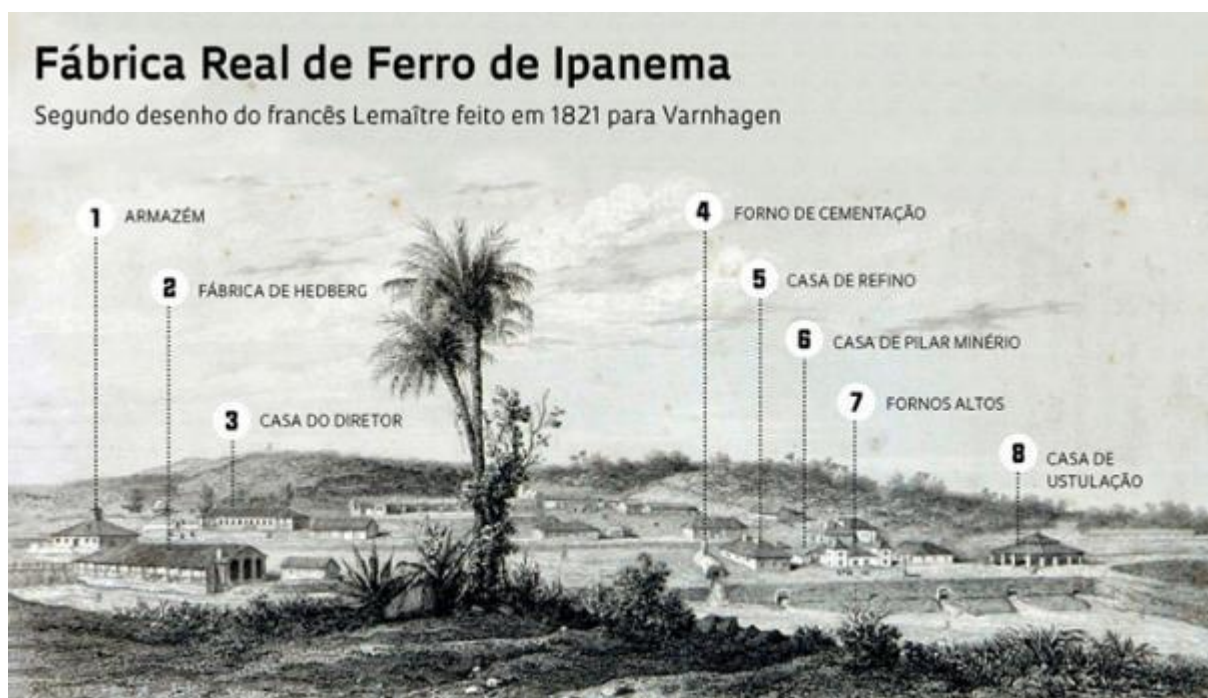
Posteriormente, a carta régia de 28 de agosto de 1811 aprovou algumas iniciativas e deu recomendações adicionais ao governador da capitania de São Paulo, marquês de Alegrete, sobre a administração da fábrica. É interessante ressaltar que, além das decisões de cunho administrativo e econômico, a carta incluía sugestões que procuravam conferir alguns

privilégios aos mineiros suecos. Entre as medidas consentidas e sugeridas estava a concessão de datas de terras aos suecos, assim como de escravos para serviços domésticos, a manutenção dos dias santos para aumentar a produtividade, a liberdade de culto, conforme acordado antes de sua vinda, e o estabelecimento de um cemitério para os ingleses e suecos (LOBO, 2012).

Com o tardar ao início de suas atividades, as intenções de sua regência foram maiores do que as suas ações. Haag cita que, Carl Hedberg, demorou 14 meses para o início de suas atividades e Lobo que, seus trabalhos não atingiram os resultados esperados. Ambos autores afirmam insucesso em sua administração passando por inquérito, através de carta régia de 1812 e o fim do contrato com a fábrica em 1814 (LOBO, 2012; HAAG, 2012: p. 78).

Por sua vez, foi Varnhagen quem substituiu Hedberg, consolidando os esperados altos fornos de 1815 a 1818. Porém, sua produção também não atingiu, já nos anos de 1820, o esperado. No ano seguinte, o alemão Varnhagen demite-se de Ipanema e recorda-nos Lobo, “um recenseamento feito em 1819 mostrou que o estabelecimento ainda se mantinha, fundamentalmente, com recursos provenientes da Real Fazenda, a acionista majoritária do empreendimento” (LOBO, 2012 apud DANIELI NETO, 2006).

Figura 14: São João de Ipanema 1821.

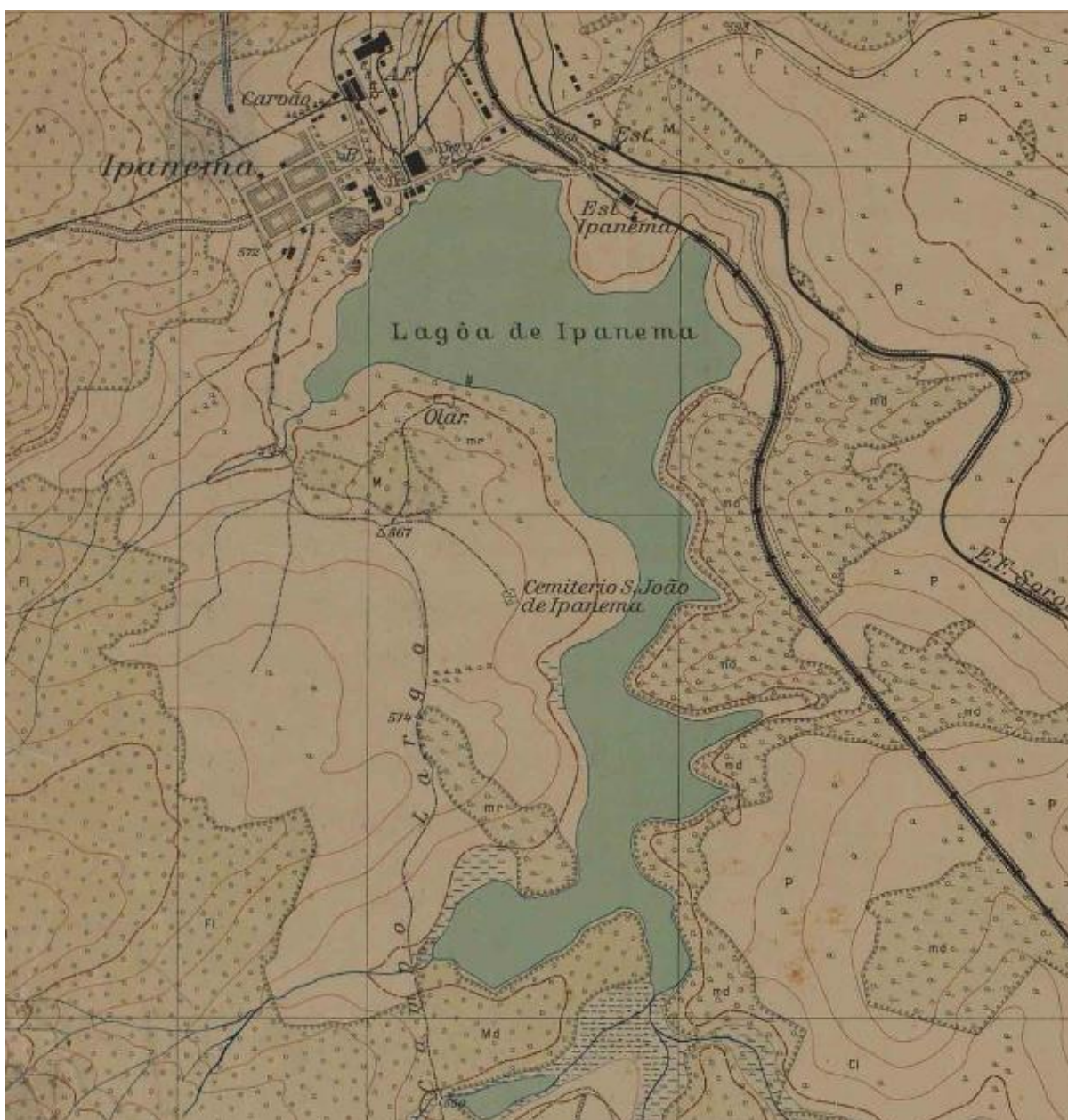


FONTE: Haag, 2012: p.76, apud Paulo Araújo – Gravura de Lemaître, 1821.

Por fim, o sucesso coube às fábricas mineiras nos anos que seguiram, findando Ipanema como a introdutora do movimento científico em nível Europeu, no que dizia respeito à técnica siderúrgica mundial e mingando pouco depois. Somente é retomada a importância de Ipanema com a criação, no governo de Getúlio Vargas com o Estado Novo, da Companhia Siderúrgica Nacional. Nos relata Haag:

Ipanema foi uma tentativa efetiva de introdução da moderna siderurgia na América portuguesa. Foi um grande e sofisticado complexo metalúrgico, altamente verticalizado. Por necessidade concentrou num mesmo local a diversidade de saberes e competências politécnicas que na metalurgia europeia estavam dispersos em múltiplas unidades de produção fabril (HAAG, 2012: p.79, apud Araújo).

Figura 15: Cartografia da Fábrica de fundição São João de Ipanema, de 1928. Com intervenção do autor e aproximação da estrutura e vila.





FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

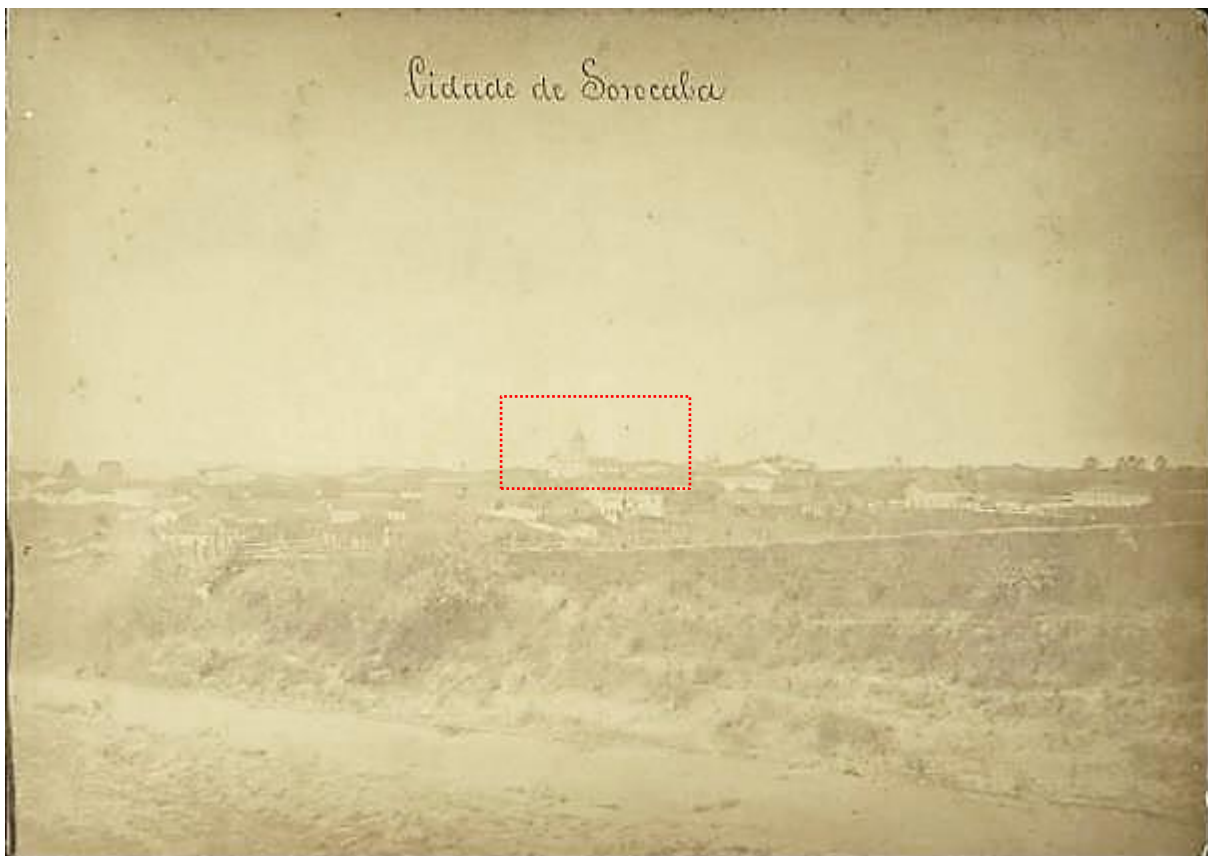
Através da Figura 15, cartografia histórica de 1928, percebe-se parte do morro do Araçoiaba, onde se fundaram os primeiros fornos para fundição de ferro pelos Sardinha, no final do século XVI. Seu conjunto de casas de operários do século XIX e a grande fábrica, com casa de Armas, casa que serviu de hospedagem ao próprio Rei de frente para a lagoa de Ipanema, usina de energia, fornos altos e estrada de ferro somam um Patrimônio de valor inenarrável ao povo Sorocabano, que se encontra na contemporaneidade em completo abandono. Inclusive existe no local o primeiro cemitério para protestantes e índios da região de Sorocaba.

O seu conjunto é a composição de uma das maiores riquezas patrimoniais ainda existente na região, onde pode-se observar os vestígios, hoje escassos, do primeiro núcleo fundacional da vila de Sorocaba. Por esse fator, o breve estudo desse elemento não poderia faltar na presente pesquisa.



### 2.3 Formação do urbano na vila de Nossa Senhora da Ponte e sua composição

Figura 16: Cidade de Sorocaba, 1870.



FONTE: Barão Homem de Melo, recordações de minha viagem a São Paulo, 1870. Documento online disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=fotos& pagfis=476>> acessado em 02 de novembro de 2017, às 17h 23.

A Figura 16 acima, retirada de acervo online, resgata a lembrança que permeou o imaginário do que teria sido a Sorocaba nos tempos da colônia. Parte das recordações da viagem do Barão Homem de Melo<sup>26</sup> pelo interior de São Paulo, guarda a configuração urbana exata do que, até o final do século XIX, seria uma cidade tipicamente colonial. Isto pela implantação da matriz em acrópole (assinalada em vermelho), como aparece sua torre sineira na fotografia logo abaixo do mosteiro, esse não aparece na imagem. Essa foi a configuração que permitiu a Renato Sêneca de

---

<sup>26</sup> Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo foi político, escritor, professor atuante em diversas áreas do conhecimento como a cartografia. Nasceu em Pindamonhangaba em 1º de maio de 1837 e faleceu em Campo Belo - MG, aos 4 de janeiro de 1918.

Sá Fleury, em 1967, esboçar uma ideia do que teria sido a vila de Sorocaba nos tempos coloniais (Figura 23).

Os estudos sobre a vila de Nossa Senhora da Ponte, assim nomeada esta vila *a priori*, mostram que seu processo de fundação se inicia no final do século XVI, como demonstrado anteriormente. Isto porque, compreende-se como embrião da vila de Sorocaba a fundação da vila de Monte Serrat na região que posteriormente, faria parte da sesmaria herdada por Baltazar Fernandes. Esse, entre os anos de 1599 a 1605, teria sido o primeiro núcleo de povoamento. Como já abordado, entre os anos de 1605 a 1611, encontramos a povoação estabelecida às margens do Rio Sorocaba no Itapebossú, formando a vila de São Felipe, que teria descido do Monte Serrat e se estabelecido nas margens do rio até 1611, quando foi erigida a vila. Entre 1611 até o ano em que é fundada a vila de Nossa Senhora da Ponte, São Felipe entra também em declínio.

Figura 17: As três fundações de Sorocaba – vila de Nossa Senhora do Monte Serrat (1599), vila de São Felipe(1610) e vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661)com o Rio Sorocaba (Azul) e ponte para transposição do Rio no final da primeira Rua da vila, a Rua São Bento.



FONTE: Elaboração do autor sobre imagem do GoogleMaps®.

A partir do ano de 1649 começaram a chegar muitos habitantes das terras da Família Fernandes, inclusive da vila predecessora, para a região central de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Ainda na figura 17, percebem-se seus três núcleos

de povoação, juntamente com um tracejado vermelho demonstrando a mancha urbana atual da cidade. O rio Sorocaba também é destacado em azul, cortando-a e demonstrando sua importância em que, no contexto colonial, configurou-se como um limite a ser transposto e uma importante fonte de abastecimento. Também está demarcado o centro atual da cidade, onde através da implantação do mosteiro Beneditino e da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ponte, pôde-se expandir o núcleo da vila até as margens do rio, com a única ponte que transpunha esse limite no final da Rua da Ponte, em amarelo, hoje Rua São Bento e Rua XV de Novembro. Toda essa paisagem tem ao fundo o Morro do Araçoiaba, onde o Sol se põe. Ressalta-se o local dessa ponte foi, durante muito tempo, caminho de passagem indígena participante do Peabirú, tendo sua primeira ponte construída em 1589 pelos Sardinha.

Depois da Morte de Suzana Dias, seu filho André Fernandes, levou a diante a missão de povoar as terras herdadas através do testamento de sua mãe, fazendo prosperar Santana do Parnaíba. No que se refere à porção de terras herdadas por seu irmão, Baltazar Fernandes, que chega ao território do que hoje se conhece por Sorocaba já septuagenário (ALMEIDA, p.24), levaram-se dez anos, desde a construção da capela de Nossa Senhora da Ponte em 1654, para que seu intuito de povoar e firmar vila nas terras de Sorocaba alcançasse valor de registro.

Segundo Camargo (1971, p.53), Baltazar Fernandes possuía grande riqueza que reúne em seu inventário, onde estão mencionadas doze sesmarias de uma légua cada. Seriam elas da vila de Santana do Parnaíba, herdada de sua mãe. Baltazar foi casado duas vezes, a primeira com Maria de Zunega, ou Maria Bartolomeu de Torales e Violante de Zunega, segundo nome de família, natural de vila Rica do Paraguai. Com ela teve sua primeira filha, Maria Torales. Casou-se então pela segunda vez com Isabel de Proença, tendo mais nove filhas: Benta Dias, Maria de Proença, Cecília de Abreu, Custódia Dias, Mariana de Proença e Verônica de Proença; mais três filhos: Manuel Fernandes de Abreu, Luís Fernandes de Abreu e Antônio Fernandes de Abreu. Em 1646, Baltazar foi à região de Sorocaba juntamente com seus genros, sendo a terceira e promissora tentativa de povoamento. A partir de 1648 então, é que seus currais de gado estenderam-se por essas terras.

Sobre as primeiras investidas de Baltazar e sua família, até a fixação na futura vila de Sorocaba, nos afirma Cássia Maria Baddini:

Os cursos d'água da região determinaram a escolha do lugar para a fundação do núcleo de povoamento por Baltazar Fernandes, na primeira metade do século XVII. Ele se estabeleceu, com sua família e escravos índios, na beira do córrego do Lageado, em sua foz no rio Sorocaba, edificou casa e dependências para os escravos, plantou trigo e uva, construiu um moinho – razão pela qual o córrego passou a ser conhecido como Ribeirão do Moinho – fez roças de mandioca. Mandou ainda construir uma capela no alto da colina na margem esquerda do Rio Sorocaba, consagrada à Nossa Senhora da Ponte. Planejando fundar um povoado, doou-a a os monges beneditinos em abril de 1661, logo após a transferência do pelourinho da decadente São Felipe e fundação da vila em 3 de março. No final desse mesmo século os religiosos fizeram construir o mosteiro, contíguo à época (BADDINI, 2002, p.99).

Na citação acima podemos perceber a interpretação da autora sobre a escolha do local a se fixar a família de Baltazar. Segundo ela, os cursos d'água, importantes canais de acesso aos sertões, foram fundamentais na escolha do local. O córrego do Lageado, hoje canalizado, foi onde até o século XX se encontravam as ruínas da casa de Baltazar. Segundo Almeida (2002, p.25, 26), através de uma publicação de Camargo César, pode-se ter uma leitura sobre a atribuição da edificação que ficava no Lageado, a Baltazar Fernandes. Construção nos moldes coloniais, a casa de taipa de terra e pedregulho com quatro águas, continha ao que parecia ser duas cozinhas, um pátio pequeno, sala de jantar e grandes quartos dando para sala, ou varanda que se podia perceber. Ficava fechada entre muros, que somente se abstinha na lateral lindeira ao rio. Continua Baddini a descrever que anexo à propriedade, faziam-se pastos para suprimentos, entre uva, trigo e mandioca, com também um moinho. Importante se faz observar que a implantação escolhida para a capela, seria ao alto de uma colina, obedecendo aos padrões normativos do Arcebispado da Bahia.

Segundo Almeida (2002, p.27, 28), Baltazar Fernandes principia a construção da capela em 1654. Em 1660, estava pronta a capela de Nossa Senhora da Ponte. No entanto afirma Camargo (1971, p.54) que o mosteiro de São Bento somente começou a ser construído depois da escritura de doação de Baltazar Fernandes, lavrada pelo escrivão Antônio Rodrigues de Matos em 21 de abril de 1660, seis anos após o início da construção da capela.

Esclarece-nos Almeida (2002, p.27) que, por razão da preexistência da vila de São Felipe, no ano de 1661, quando Baltazar Fernandes teve o ímpeto de fundar vila em Sorocaba, foi necessário se fazer pedido ao ouvidor herdeiro de Martim Afonso, capitão donatário da Capitania de São Vicente. Uma vez que, na época, os poderes dos donatários e seus sucessores estendiam-se a criar vilas, nomear juízes e fazer

correições aos ouvidores. Sendo assim, estava Baltazar na Capitania de São Vicente, sob a administração dos herdeiros de Martim Afonso, que eram residentes em Itanhaém.

O governador Salvador Correia de Sá e Benevides, da Capitania do Rio de Janeiro e das duas de São Vicente, a de Pero Lopes e a dos herdeiros de Martim Afonso, escreveu ao Capitão e ouvidor Antônio Lopes de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente:

Diz o capitão Baltazar Fernandes, morador na nova povoação de Sorocaba, vila de Nossa Senhora da Ponte, que ele como povoador em nome dos mais moradores trata de levantar pelourinho, na mesma vila, que será meia légua do lugar que levantou o Sr. Dom Francisco de Souza que Deus tem, Governador deste Estado, como também necessitam de justiça para se poderem governar, como leais vassallos de S. Majestade que outra coisa não podem obrar nem conseguir sem expressa ordem de Vossa Senhoria, para o qual Pede a Vossa Senhoria lhe faça mercê de conceder o deduzido em sua petição, visto redundar tudo em aumento desta Repartição, a serviço de S. Majestade, e aumento de seus moradores. Provém V. Senhoria, Receberá Mercê (ALMEIDA, 2002, p.33).

Portanto, o governador Salvador Correia de Sá e Benevides comenta neste documento que o povoador Baltazar já era residente em Sorocaba e que em nome dos moradores da povoação, requeria levantamento de pelourinho na mesma vila, distando meia légua do lugar em que Dom Francisco de Souza fundou a vila de São Filipe. Também requer a necessidade de justiça para poder governar, significando a necessidade de formar a câmara de vereadores. Sua justificativa leva em consideração o aumento da povoação e o crescimento da “Repartição”, ao que nos esclareceu Reis (2013), compreendido como os territórios da Repartição Sul do Brasil. Ao final do documento, justo acrescenta o próprio governador Salvador Correia: “O Ouvidor desta Capitania faça averiguação do conteúdo na petição, e da quantidade dos moradores casados que há nesta povoação, e de tudo me informe, para poder deferir o foral (ALMEIDA, 2002, p.33)”.

Após o pedido supracitado de Salvador Correia, de averiguação por parte do ouvidor para que o governador autorizasse a elevação da povoação em vila, o ouvidor Antônio Lopes de Medeiros, passou assim em março de 1661 inquirindo testemunhas residentes em Sorocaba. Atestou, portanto, a existência de trinta fogos<sup>27</sup> na povoação e o fato de estar ela, ao menos quatro léguas de distância de outras vilas,

---

<sup>27</sup> Núcleos familiares, residências.

considerando suficientes os requisitos para tal ereção. Assim, mandou o governador passar a provisão:

“Visto a justificação feita [...] a bem do dito foral e haver meu antecessor Dom Francisco de Souza levantado pelourinho no dito distrito, e no presente o querem mudar dentro do mesmo termo, mando que se passe provisão [...] Porquanto o capitão Baltazar Fernandes [...] tratava de levantar pelourinho no termo da dita vila que era meia légua do lugar que levantou meu antecessor Dom Francisco de Souza [...] assim mais, em nome de S. Majestade lhe concedo licença para que possam fazer oficiais da câmara por ter a dita povoação moradores bastantes. Nesta vila de São Paulo, aos 3 de Março de 1661 (ALMEIDA, 2002, p.34).

Acima consta que, o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, por provisão do dia 3 de março de 1661, dava a autorização para se fazer elegerem vereadores para a nova vila de Sorocaba. Isto se torna fato corroborativo ao modo português de fundação de cidades, uma vez que a eleição dos vereadores configura a independência administrativa e jurídica, para a povoação de Sorocaba passar a ter status de vila. Foram então nomeados os primeiros vereadores da vila de Sorocaba: André de Zúnega (genro de Baltazar) e Cláudio Furquim (Paulistano que chegou antes de 1660). Para procurador, foi nomeado Domingos Garcia e para Escrivão, Francisco Sanches, que já residiam na nova vila (ALMEIDA, 2002, p.35).

Sobre a vinda do pelourinho à vila de Sorocaba afirma Almeida:

Não se sabe o dia de 1661 em que se ergueu o pelourinho novo ou acaso se foi buscar o antigo, a légua e meia de estrada pelo campo. À ação segundo o costume posterior tinha de estar presente aquele ouvidor Medeiros com o juiz-presidente da Câmara donde se desmembrava a vila, mas é certo que o presidente Baltazar não faltou. O costume mandava que os oficiais da Câmara se empossassem no mesmo dia, podendo servir de paço do Conselho qualquer casa particular (ALMEIDA, 2002, p.38).

No documento acima, fica claro que foi no ano de 1661 que foi erguido o pelourinho de Sorocaba, sendo ele trazido de São Filipe, ação esta parte do ritual de fundação da vila. Estava presente o ouvidor Antônio Lopes de Medeiros, juntamente com o próprio Baltazar Fernandes, que foi designado como juiz-presidente da câmara. Relata Almeida neste mesmo trecho, que o costume pedia o apossamento dos componentes da câmara no mesmo dia, o que é fato que confirma novamente o modo português de fundação de cidades. Na vila de Sorocaba, portanto, talvez o ritual não tenha acontecido em praça pública, com os moradores da vila em testemunho do evento, mas sim em alguma casa de um dos “homens bons”, a regime fechado e em ato confidencial do ritual mais importante da colônia, a fundação de uma nova vila.

Porém cumpriu a rigor, somente com alguns dos costumes coloniais que transpassariam os séculos, a dedicação da capela a um orago, com construção do mosteiro para uma Ordem Religiosa e a eleição da câmara de vereadores.

Três anos depois, no dia 23 de fevereiro de 1664, a já conhecida carta de doação do Patrimônio religioso à ordem Beneditina é publicada:

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e sessenta e quatro aos vinte e três dias do mês de fevereiro do dito eram nesta vila de São Paulo capitania de São Vicente partes do Brasil e neste mosteiro do Patriarca São Bento desta vila de São Paulo onde esse público tabelião adiante nomeado foi sendo chamado e sendo ali logo apareceram partes a saber de uma parte o Capitão Baltazar Fernandes e da outra o Padre Frei Anselmo da Anunciação procurador do mosteiro de São Bento da vila de Santana da vila de Parnaíba, e em nome de todos os mais religiosos do dito convento e pelo dito Capitão Baltazar Fernandes me foi dito a mim tabelião perante as testemunhas que presentes se achavam adiante nomeadas e assinadas que ele ora em virtude deste público instrumento dava e doava deste dia para todo o sempre aos nomeados Padres do Patriarca São Bento do mosteiro de Parnaíba a igreja de Nossa Senhora da Ponte com toda a sua fábrica sita na paragem chamada Sorocaba com obrigação dele dito Capitão Baltazar Fernandes lhe fabricar um dormitório com quatro celas sua despensa cozinha e refeitório e assim mais lhe dava e doava toda a sua terça<sup>28</sup> que diretamente lhe couber por sua morte assim de bens móveis como de raiz peças do gentio da terra como de Guiné e outrossim disse ele dito Capitão Baltazar Fernandes que para fabricar a dita igreja dava logo em sua vida como de fato logo deu doze serviços de peças do gentio da terra e assim lhe dava logo um moço também do gentio da terra para serviço da sacristia e assim mais uma moça cozinheira para serviço dos ditos Padres e outrossim lhe dava doze vacas e um touro, mais um moinho uma vinha a qual vinha e moinho sucede e logra ele obrigante digo moinho e vinha sucederá e logrará ele obrigante em sua vida e depois de falecido tomarão posse da dita vinha e moinho os ditos religiosos e assim mais lhe dava logo como de fato deu aos ditos Padres para fazerem suas lavouras uma légua de terras que começará de uma roça que é plantada de mandioca para sustento dos ditos Padres até sair aos campos onde está Bráz Esteves e de largura desde o rio de Sorocaba até onde está dom Diogo do Rego Mendonça genro do dito obrigante as quais coisas atrás nomeadas disse dava e doava ele dito obrigante em sua vida aos ditos religiosos desde hoje para todo o sempre e por sua morte lhe dava toda a sua terça como dito e com a obrigação de que os ditos Reverendos Padres do mosteiro de São Bento de Parnaíba lhe dirão doze missas cada ano na dita igreja e uma mais no dia da festividade de Nossa Senhora da Ponte as quais sobreditas missas serão obrigados os ditos Reverendos Padres a lhe dizer deste dia para todo o sempre com a declaração que as sobreditas coisas que ele em sua vida dava e doava como tudo o que lhe pertencia de sua terça serão anexos sempre à dita igreja e dela não poderão tirar nem alheiar coisa alguma e outrossim declarou ele dito Capitão Baltazar Fernandes que as ditas missas seriam ditas por eles e por seus herdeiros ascendentes e descendentes e os que após dele vierem as quais sobreditas coisas prometeu ele obrigante cumprir tão inteiramente como nestas se contém prometendo não ser nunca por si nem por seus

---

<sup>28</sup>A referência aqui é feita a terça parte de uma herança, da qual o testador poderia dispor livremente.

herdeiros contra o teor desta escritura mas antes em tudo e por tudo dar e fazer dar inteiro cumprimento dando-se por opoente a toda dúvida e embargo que a elas seja posto sob obrigação de sua pessoa e bens móveis e de raíz que a esta obrigam e da mesma maneira se obrigavam por si e por seus sucessores dar inteiro cumprimento à obrigação nesta declarada e aceito sim disseram e uns e outros e se nesta escritura faltassem algumas cláusulas ou solenidades em direito requeridas ou alegadas haviam aqui por postas e declaradas como se de cada uma delas fizera declarada e distinta menção o que em ser testemunho da verdade assim o obrigaram mandaram ser feita esta nesta nota donde mandaram dar os instados<sup>29</sup> necessários que cumprissem sendo presentes por testemunhas Antônio Leite Ferreira, Isidório Pinto e João Ribeiro pessoas de mim tabelião reconhecidas que assinaram como o dito obrigante e como o Reverendo Padre Frei Anselmo procurador do dito mosteiro eu André de Barros Miranda Tabelião do Público Judicial e Notas desta vila de São Paulo e seu termo o escrevi com declaração de que foi feita esta escritura na era de mil seiscentos e sessenta e quatro anos // Baltazar Fernandes // Procurador Frei Anselmo da Anunciação // Antônio Leite Ferreira // João Ribeiro da Silva // Isidório Pinto (fim do documento)// eu Pedro Matia Sigar Tabelião do Público Judicial e Notas nesta cidade de São Paulo este instrumento do Livro de Notas a que me reporto em que o escreveu o dito tabelião André de Barros de Miranda a que tresladei e assinei em público e raso<sup>30</sup> nesta sobredita cidade de São Paulo em os quatorze dias do mês de fevereiro de mil setecentos e trinta e declaro que o dito livro é pertencente ao Cartório do Tabelião Elzeário Dias de Matos que ao presente serve. Em testamento da verdade: Pedro Matias Sigar. (Disponível em: Arquivo Histórico de Santana do Parnaíba – Casa do Anhanguera).

O documento acima citado na íntegra tem poder jurídico, pois é registrado como escritura de doação da igreja de Nossa Senhora da Ponte com toda a sua Fábrica (sendo que nesta data, 1664, a vila já havia sido fundada, no ano de 1661) à ordem Beneditina. O escrivão que o redigiu foi André de Barros Miranda e pertencia ao “Público Judicial e Notas da vila de São Paulo”. No dia 23 de fevereiro de 1664, estavam reunidos no mosteiro de São Bento, da vila de São Paulo, o padre Frei Anselmo da anunciação, procurador do mosteiro de São Bento da vila de Santana do Parnaíba – representando a parte cessionária com os padres que tomariam posse da nova igreja de Sorocaba – e o Capitão Baltazar Fernandes – representando a parte cedente das novas terras desmembradas de Santana do Parnaíba e provedor do necessário à instalação do mosteiro na nova vila. Algumas testemunhas presenciavam tal ritual e assinaram ao final do documento, são elas: Antônio Leite Ferreira, João Ribeiro da Silva e Isidório Pinto. Fica claro que a partir deste documento, o Capitão Baltazar dava e doava deste dia para todo o sempre, aos Padres do mosteiro de São Bento de Santana do Parnaíba – representados por Frei Anselmo da Anunciação – a igreja de Nossa Senhora da Ponte, que já tinha tímida capela edificada, situada em Sorocaba, com toda a sua fábrica. A *fábrica* a que aqui

---

<sup>29</sup>Sig: rogos, pedidos.

<sup>30</sup>Sig: por extenso.



se refere é a instituição responsável por gerenciar a própria igreja, suas terras e pertences, onde a figura do *Fabriqueiro* deveria ser o responsável. A obrigação para tal doação era de que Baltazar Fernandes financiasse a construção de um dormitório, com quatro celas, despensa, cozinha e refeitórios. Junto com a doação, é citada a “terça”. Ela é a terça parte das terras herdadas por Baltazar Fernandes, dizendo respeito assim, à porção de terra que passaria a ser do mosteiro a partir da morte do então possessor Baltazar Fernandes, jamais podendo alienar-se, como também todos os bens doados por Baltazar em seguida descritos no documento, como os escravos de Guiné que seriam mencionados. Segue a declaração da doação: bens móveis e de raiz (escravos) – tratados como peças do gentio da terra – doze para a construção da igreja Nossa Senhora da Ponte, um moço para serviços da sacristia e também uma moça para cozinhar e servir aos padres da dita igreja. Na mesma categoria dos escravos eram doadas doze vacas e um touro, mais um moinho, uma vinha. Para que os padres fizessem suas lavouras, também foi doado a eles, uma légua de terras (4.828 km). O comprimento dessa légua iria desde as terras para plantação de mandioca que deveria ser próximo ao mosteiro, para os padres, até sair aos campos onde estava Bráz Esteves<sup>31</sup>. A sua largura seria desde o Rio Sorocaba até as terras de Diogo do Rego Mendonça, genro de Baltazar. Tudo o que foi declarado acima deveria ser doado por ato desta escritura, em vida de Baltazar, até depois de sua morte, para todo o sempre aos Beneditinos que viriam a instalar-se em Sorocaba.

A contrapartida para receber as terras era de que, os padres Beneditinos realizassem uma missa por mês, mais uma no dia de aniversário de Nossa Senhora da Ponte, todos os anos. Também deveriam os Padres, após a morte de Baltazar, garantir o sustento espiritual para ele e todos os seus herdeiros, através de missas em seus nomes. Esses mesmos herdeiros jamais poderiam, por declaração nesta mesma escritura, reaver os bens ora doados, tão quanto ir contra ao que se estipulou no documento. Cabendo assim tão somente, cumprirem com as obrigações descritas. O documento é finalizado com a declaração de que, todos os presentes, bem como as testemunhas, valoravam e atestavam em verdade tudo o que nela continha, dizendo “sim” e assinando ao final, com a responsabilidade de se fazer cumprir tal escritura. Seguem então as assinaturas abaixo da folha de Baltazar Fernandes, o

---

<sup>31</sup> Braz Esteves Leme, o segundo de seu nome, foi o fundador da fazenda Itapeva antes de 1660.

procurador Frei Anselmo da Anunciação, Antônio Leite Ferreira, João Ribeiro da Silva e Isidório Pinto.

Esse documento foi transcrito e graças a isso, salvaguardado, no dia 14 de fevereiro de 1730 por Pedro Matia Sigar, pois o livro em que ele estava presente passou a partir dessa data, a pertencer ao Cartório do Tabelião Elzeário Dias de Matos na cidade de São Paulo.

Figura 18: Planta da cidade de Sorocaba em 1893.



FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No ano de 1893, foi produzido um mapa da então cidade de Sorocaba. A Figura 18, demonstra a planta de Sorocaba, com o traçado e arruamento, toponímia e principais edifícios existentes, que pouco se alteraram do período colonial. Sua expansão estava contida nas ruas perpendiculares ao eixo do Largo de São Bento até a ponte. Pode-se perceber que o tecido novo segue a ordenação do antigo. Quando se comparam as Figuras 18 e 19, pode-se perceber um zoom no centro fundacional da cidade, sendo retratado na Figura 19 os principais edifícios eclesiásticos e civis

que se localizam na rua São Bento. O arruamento e o traçado são exatamente os mesmos que remanesceram do núcleo original. O tracejado vermelho com o polígono 1 na Figura 19 representa a primeira casa de câmara e cadeia, com seus paços do conselho.

Figura 19: Demarcação do mosteiro de São Bento (em laranja), Matriz de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (em azul) em frente ao largo (em amarelo), praça onde possivelmente esteve o pelourinho (em verde com o ponto vermelho) e primeira e segunda casa de câmara e cadeia (em vermelho, 1 e 2), ao longo da Rua São Bento (linha laranja).



FONTE: Imagem atual do GoogleMaps® com intervenção do Autor.

A partir da vila fundada em 1661, e vereadores eleitos, um fato importante deve ser destacado. Aluísio de Almeida nos descreve sobre a circunscrição da Terça, Rocio e Patrimônio da vila de Sorocaba:

Os padres [Benedictinos] recebiam como herança, após a morte do doador [Baltazar Fernandes] toda a sua terça, em bens móveis e imóveis, que era a que podia testar, pela lei, ficando o resto para os herdeiros descendentes. Como já estava inventariada a herança da mulher, Baltazar teria a metade da sesmaria, que não sabemos quanto era, mas podemos supor uma légua em quadra, no máximo légua e meia, a metade de três léguas, o que era comum, Do começo do campo do Itapeva, em frente ao salto do Votorantim, embocadura do riacho Itapeva, rio abaixo até a embocadura do Supiriri, 'onde está Diogo do rego Mendonça', seria a testada. Pelo costume, o fundo ou 'sertão' da sesmaria se obtinha retangulejando as duas ou três léguas, e nesse caso seria uma sesmaria de uma légua de testada e duas ou três de sertão. 'Grosso modo', meia légua de largura ou sertão ficaria sendo a terça doada, e satisfaz essa interpretação, pois a divisão subia o vale do Supiriri,

atravessava o Cerrado e a Bossoroca, alcançava o riacho nas cabeceiras, e foi isso que ficou para os Padres, que por composição cederam os terrenos, em linguagem moderna abaixo da rua da Penha e da Santa Cruz e vila Amélia ao Rocio, isto é, perímetro a ser arruado e aforado pela Câmara (ALMEIDA, 2002, p.29,30).

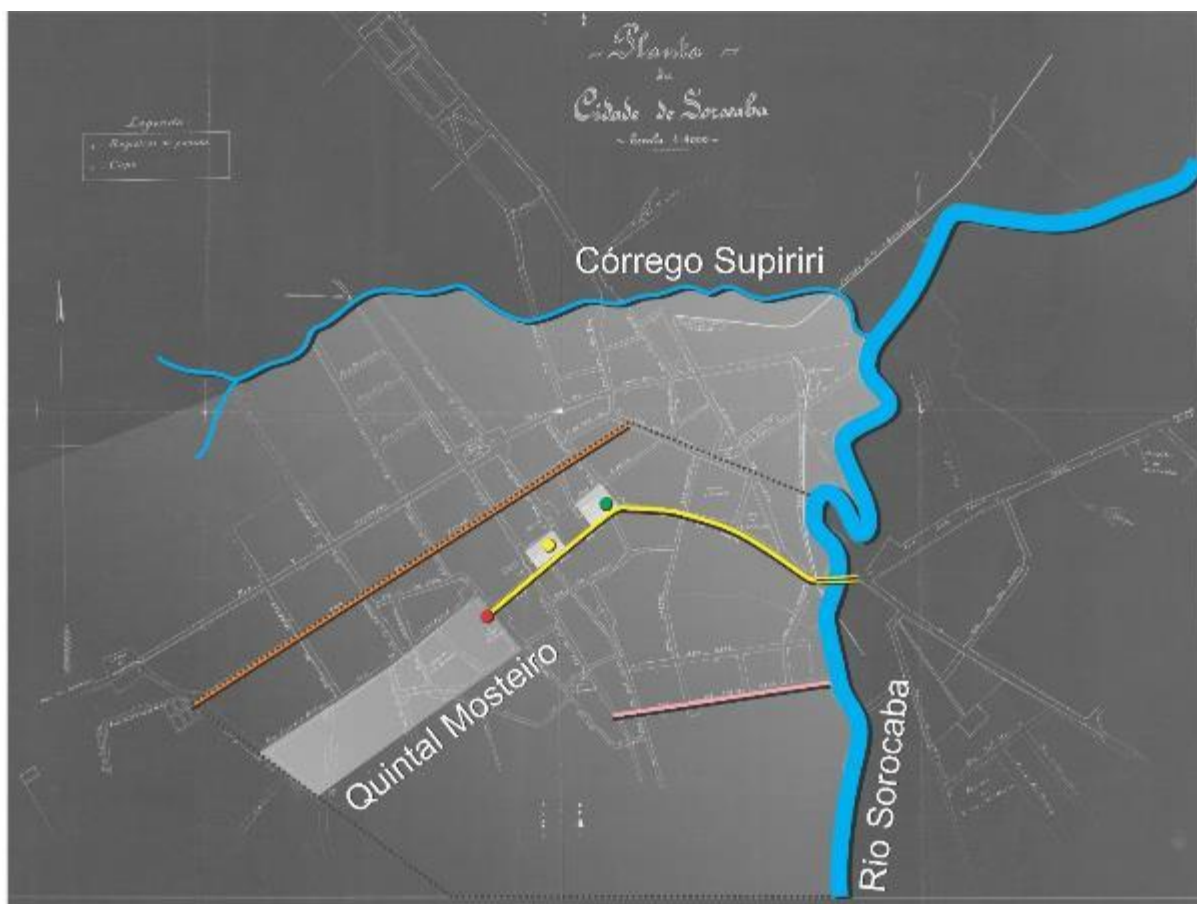
E continua o autor:

Antes de sua morte, porém, Baltazar já doava uma parte da terra referida e que começava e acabava nos mesmos limites, evidentemente deixando no meio a casa, a vinha e o moinho. A conclusão se impõe. Uma vez que os Padres não receberam mais terras, o resto da terça, se houve, foi em escravos de Guiné e peças de gentio da terra e em gado. Com efeito, já em 1660 recebiam 14 peças de índios e o gado. Somos obrigados a juntar coisas bem diferentes, mas... tanto o gado como o gentio se multiplicaram. Pelo tempo adiante aparecem referências a índios e escravos. Em 1693 os Padres obtiveram a sesmaria além do Sarapuí, também de criação de gado, e para lá tiveram de mandar alguns peões (ALMEIDA, 2002, p. 30).

A demarcação do Rocio – terras de posse da câmara para aforamento – e do Patrimônio – terras pertencentes à Igreja – são interpretados por Almeida, quando diz que, a medida da Sesmaria de Baltazar, relativa às terras de Sorocaba após o inventário de sua esposa, era de duas a três léguas de comprimento (9,656Km – 14,484Km) por uma légua de “testada” (4,828Km). Reafirma o autor que o Rocio tinha dimensão desde o córrego do Supiriri, até o antigo bairro do Lajeado (ALMEIDA, 2002, p.49). Dessa medida, de uma a uma légua e meia de comprimento, por meia légua de largura, seria a terça parte doada aos monges Beneditinos (ALMEIDA, 2002, p.29, 30) – Patrimônio religioso. Por sua vez coube destinada ao Rocio, a área em que hoje se encontra entre as ruas da Penha e da Santa Cruz, destacadas na Figura 20.

Continuando a análise da bibliografia, o primeiro edifício construído para abrigar a câmara foi obra do próprio Baltazar. Ficava ela na esquina das atuais ruas Barão do Rio Branco e São Bento (ponto verde na Figura 20). Em 1667, o Manuel Fernandes de Abreu (filho e herdeiro de Baltazar), requereu Data de terra, de medida a ser metade do atual quarteirão em que ficava a câmara, para se anexar a ela (tracejado vermelho na Figura 21). Consta, ainda segundo o mesmo autor, que a abertura do arruamento dentro do Rocio era de responsabilidade da câmara. Porém, a manutenção nada onerava a ela, pois era de responsabilidade dos habitantes conservar a testada e promover consertos e limpeza nos caminhos já abertos (ALMEIDA, 2002, p.40).

Figura 20: Intervenção na planta da cidade de Sorocaba 1893: tentativa do autor de reconstituição das áreas de Patrimônio e Rocio sobre a sesmaria de Baltazar Fernandes segundo descrição de Aluício de Almeida (tracejado preto e rio Sorocaba como limites). Rua São Bento (linha amarela) com ponte sobre o Rio Sorocaba, Rua da Penha (linha laranja), Rua Santa Cruz (linha rosa), primeira casa de câmara e cadeia (ponto verde), Igreja Matriz (ponto amarelo) e mosteiro de São Bento (ponto vermelho).



FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo, com intervenção do autor.

A Igreja matriz da vila já se encontrava construída, mesmo que timidamente no ano de 1667 (ALMEIDA, 2002, p.35), ano em que faleceu Baltazar Fernandes. Assim seu orago pôde-se transferir do mosteiro para ela. Ficando a capela do mosteiro de São Bento após isso, com devoção à Santa Ana. Ressalta-se que Baltazar foi o agente responsável por articular o contexto social, político e econômico para a fundação e elevação de Sorocaba à condição de vila, utilizando por vezes da postura escravagista e dizimador de tribos indígenas.

Na Figura 21 tenta-se reconstituir em imagem de satélite atual, a mesma interpretação da figura 20, sobre a delimitação do Rocio descrito por Almeida (2002).

Figura 21: Tentativa do autor de reconstituição do Rocio de Sorocaba em imagem atual de satélite (área avermelhada na figura e delimitada com pontilhado vermelho), com o mosteiro de São Bento (em laranja), a Matriz (em azul) com seu largo (em amarelo) e a primeira casa de câmara e cadeia (em vermelho). Demarcação em tracejado vermelho do possível Rocio, circunscrito entre as ruas da Penha (em amarelo) e Santa Cruz (em laranja).



FONTE: Imagem atual do GoogleMaps® com intervenção do Autor.

Figura 22: Imagem atual do mosteiro de São Bento, em restauração.



Fonte: Acervo particular do autor, 2016.

Pode-se perceber na Figura 22 a situação atual do mosteiro de São Bento, com a primeira capela da vila, dedicada inicialmente a Nossa Senhora da Ponte, à direita ao lado da torre sineira. Após a construção da Matriz em 1667, a capela do mosteiro que foi dedicada a Sant'Ana, permanece até hoje com a estrutura de suas paredes original de taipa de pilão e interior com ornamentação barroca.

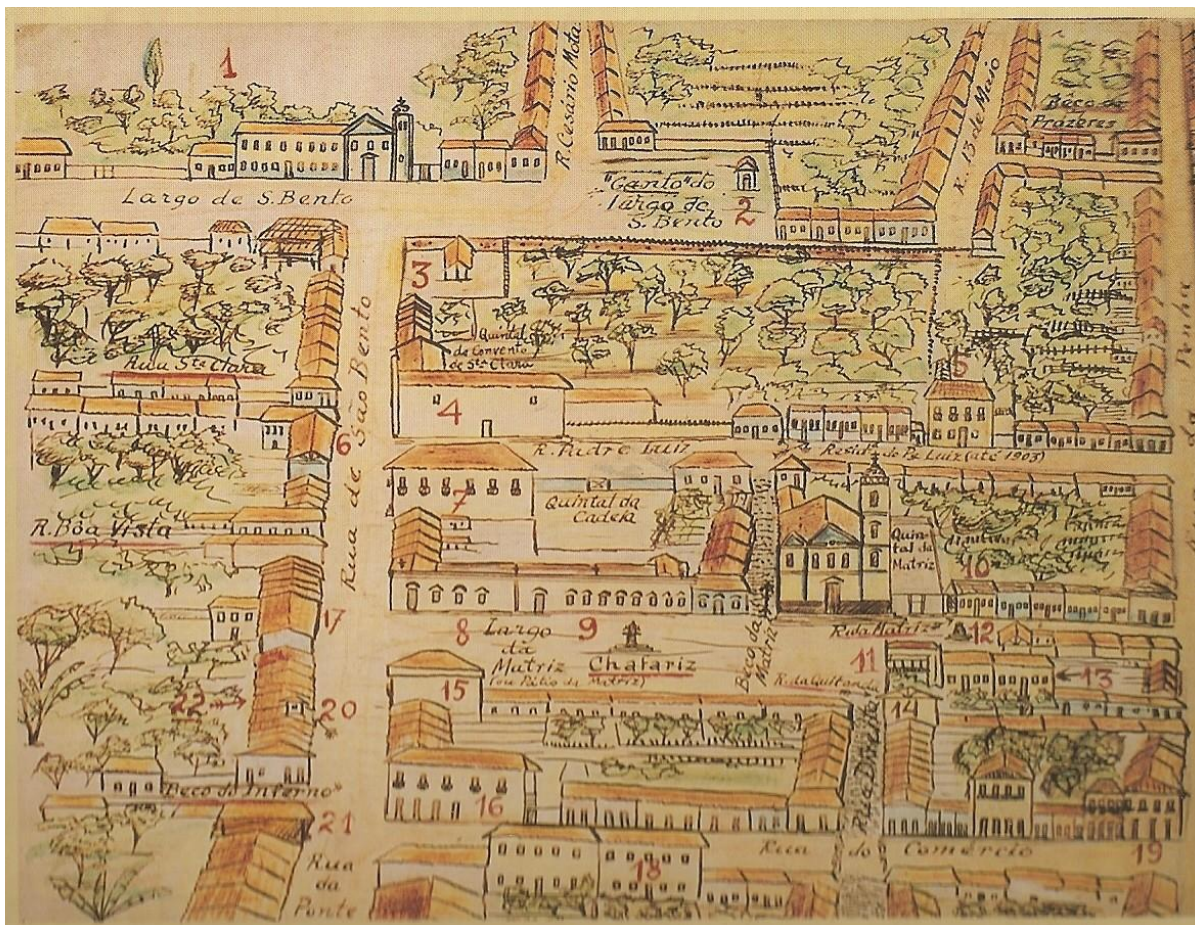
Aluísio de Almeida (2002) classifica a fundação da vila de Sorocaba como fruto de um episódio do ciclo do bandeirismo paulista. Sobre isso relata:

A fundação de Sorocaba, iniciada em 1597 e completada em 1661, é um episódio do ciclo do bandeirismo paulista. Desde que os povoadores largaram São Paulo, Parnaíba, Itu, Santo Amaro, Mogi das Cruzes e alguns até de mais longe, fizeram ato de bandeirantes, avançando sempre adiante, no sertão, e firmando base para entradas mais ao longe [...]. Cerca de 1680 acabou a vinda em massa, como fariam mais tarde os mineiros procurando terras em São Paulo e Paraná. Sorocaba deixava de ser sertão. Voltar para Sorocaba era voltar para "povoado", o oposto de sertão (ALMEIDA, 2002, p.45).

A menção ao ciclo bandeirista é encerrada com o que se aproxima em muito da definição adotada no presente trabalho, para definir Sertão e Território. Voltar para Sorocaba, era voltar para uma terra apropriada cultural, econômica e socialmente. Garantindo uso da terra para trabalhá-la e nela produzir. Isto configura a noção de Território.

O retrato imaginário do que foi o núcleo fundacional da cidade de Sorocaba, presente no trabalho de Lucinda Ferreira Prestes (1999), elaborado por Renato Sêneca de Sá Fleury em 1967, muito se alinhando com a política urbanizadora portuguesa e o histórico apresentado pela revisão bibliográfica.

Figura 23: Reconstituição do núcleo fundacional da cidade de Sorocaba:



**1- mosteiro de São Bento;**

- 2- Canto do largo de São bento e Capelinha;
- 3- Cocheira;
- 4- Convento e Igreja de Santa Clara;
- 5- Residência do Coronel Sá Fleury e Família;
- 6- Sobrado do Clube dos Atiradores;
- 7- Câmara, Intendência, Fórum e Cadeia;**
- 8- Gabinete de Leitura no largo da matriz;
- 9- Clube Aymorés no Largo da Matriz em frente do qual ficava o chafariz;
- 10- Residência e escola pública do professor Izidoro Marins;
- 11- Palacete de Antônio Xavier de Araújo visinho da Matriz;

- 12- Relógio de Sol (canto do largo da Matriz);

- 13- Residência do coronel Manoel Nogueira Padilha;

- 14- Armazém de Hércules Tavares de Campos;

- 15- Sobrado e armazém do Chico Loureiro;

**16- Sobrado pertencente à loja Maçônica Perseverança III (antiga Cadeia);**

- 17- Sobrado e Fábrica de Calçados de Chico Grandino;

- 18- Parte posterior do sobrado e loja do Juca Loureiro;

- 19- Sobrado Farmácia de Alfredo Vasconcelos e Anibal Dias;

- 20- Cartório do João José da Silva;

- 21- Chalé da felicidade, Abílio Soares;

- 22- Farmácia do Sampaio

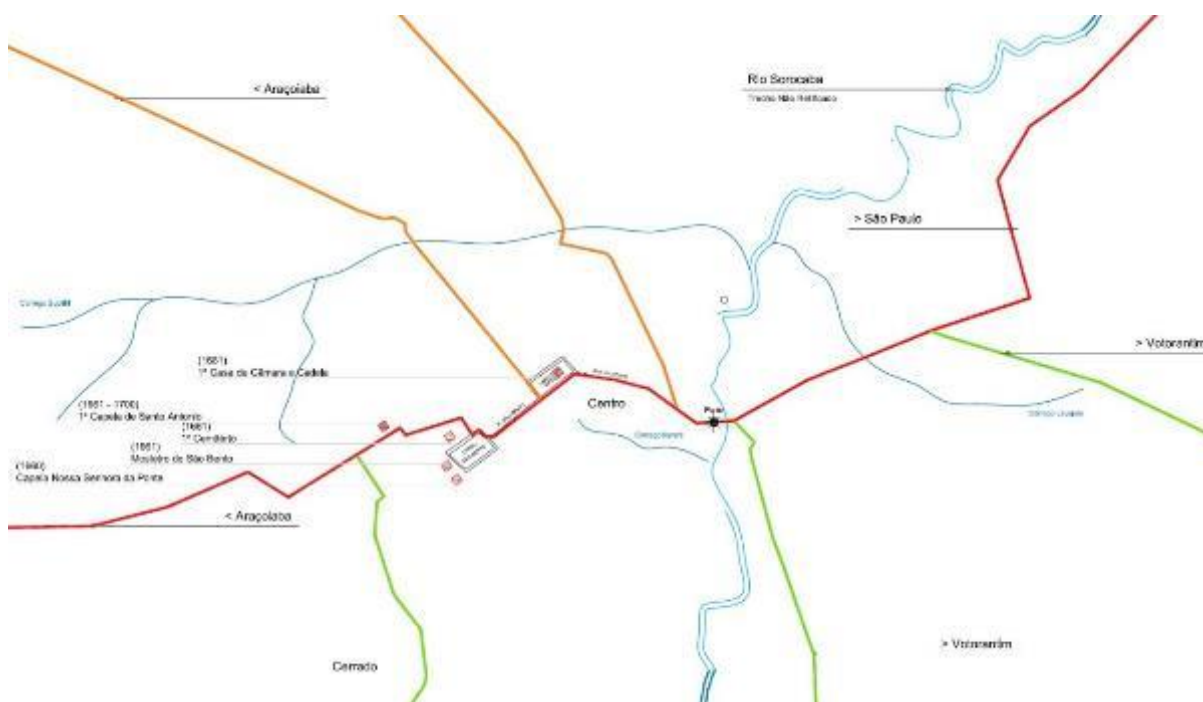
FONTE: Desenho de memória por Renato Sêneca de Sá Fleury (1967). Museu Histórico Sorocabano

Andressa Celli, pesquisadora da área da geografia, em seu trabalho: *Evolução Urbana de Sorocaba* (2012) elaborou algumas representações sobre os primeiros



séculos de vida da cidade. A incorporação de seus estudos no presente trabalho é de fundamental importância, sobretudo para a compreensão da vila em dois momentos: os primeiros anos de vida da cidade, com o recorte de 1661 (Figura 24) e a já cidade do Império em 1839 (Figura 25).

Figura 24: Recomposição de Sorocaba em 1661, segundo Celli (2012).



FONTE: Celli, 2012, anexos - croqui 16.

A partir dos anos de 1661, a vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba compreendia dois grandes largos (como se pode perceber na Figura 24) ligados por uma principal estrada, a Rua São Bento, que a partir da deflexão à direita, tornava-se Rua da Ponte (atual Rua XV de Novembro) e se findava na ponte do Rio Sorocaba. Nesses dois largos, o do mosteiro de São Bento no topo da colina e o largo da Matriz, um pouco mais abaixo, estavam afixados dois cruzeiros. O pelourinho segundo Aluísio de Almeida, provavelmente se localizava na junção das Ruas São Bento com a Rua da Cadeia, “frente a esta, numa pracinha que tinha o nome de Pedro II” (ALMEIDA, 2002, p.38). A Rua da Cadeia por sua vez, firmou-se a partir de 1661, quando estava pronta a Casa de Câmara e Cadeia e hoje corresponde a Rua Barão do Rio Branco.

Vários eram os caminhos que saíam da vila às outras partes do sertão. Hoje, desses caminhos formaram-se importantes ruas e avenidas da malha urbana da cidade de Sorocaba. A própria Rua São Bento, ao Norte levava à cidade de São Paulo, e a Sul ao caminho que chegava à Rota do Viamão, de acesso às Regiões do Sul –

passando por Itapetininga, Itapeva e Apiahy, para chegar à Curitiba. O Caminho que saía do largo da Matriz, por sua vez, levava até o Morro do Araçoiaba. O mesmo em que se fundou na virada do século XVI para o XVII, a Fábrica de São João de Ipanema e foi o embrião de Sorocaba, a vila de Nossa Senhora do Monte Serrat. Esse caminho hoje é o que conduz até a Zona Norte da cidade de Sorocaba e chega aos bairros mais periféricos, através da Avenida Ipanema.

Afirma Aluísio de Almeida que em 1667, estavam consolidadas as esquinas das atuais ruas Barão do Rio Branco e Rua 15 “e com a construção da Matriz, abaixo de sua cruz, surgiu a Rua Direita da Matriz. Aliás a outra era a direita de São Bento” (ALMEIDA, 2002 p.54, 55). A Rua Direita da Matriz hoje é a Rua Dr. Braguinha e a Direita do mosteiro é a atual Rua Cesário Mota. Segundo Camargo, o largo da matriz tinha a Igreja de Nossa Senhora da Ponte ao centro, junto com sua cruz e era muito maior do que hoje. Tinha ele comprimento e largura da atual rua da penha até o antigo Convento de Santa Clara, na esquina da Rua São Bento com o caminho que ia para o Ipanema. Afirma também o autor que em 1695 abriu-se a Rua Nova de Diogo Domingues de Faria, atual Rua da Penha. Segundo Almeida, os primeiros assentamentos da vila foram feitos em 1679 (ALMEIDA, 2002 p.35).

Figura 25: Recomposição de Sorocaba em 1839 segundo Celli (2012).



FONTE: Celli, 2012, anexos – croqui 20.

Pode-se compreender o processo de crescimento urbano da cidade de Sorocaba analisando comparativamente as figuras elaboradas por Andressa Celli e o mapa de 1893, encontrado no Arquivo Público do Estado (Figura 18). Pouco se acrescentou aos traços da vila colonial de Nossa Senhora da Ponte, mas claramente, os caminhos e estradas tornaram-se vias urbanas e ao longo dos séculos, novos equipamentos e edifícios foram aparecendo.

Quando se analisam as instituições religiosas em Sorocaba, uma série de novas igrejas foi surgindo no espaço da vila. A própria Matriz tomou a forma que se conhece hoje – no que diz respeito à implantação e proporção – somente em 1783. Ao que tudo indica ela apenas se ampliou, mantendo sua localização. A matriz colonial nos descreve Almeida (2002, p.74), tinha duas naves, arco do cruzeiro, coro sobre a porta principal, púlpito, bancos afixados ao chão e altares laterais de São Miguel e do Rosário. Somente a capela-mor era forrada com sacristia na parte posterior. Já após a reforma de 1783, a sua fachada permaneceu até 1958, menos a torre, não tendo forro na nave principal até 1839. A Igreja de Santo Antônio foi, ao que tudo indica, a terceira invocação a se construir capela, depois da Matriz e de Santa Ana. Ela foi fundada em cerca de 1690, por Antônio Ribeiro Garcia. Com apenas uma nave, altar-mor e sacristia na parte posterior, foi aprovada pelo bispo D. Frei Guadalupe, do Rio de Janeiro. Sua primeira localização foi nos altos da Rua da Penha, próximo à Rua de São Benedito, nomenclatura do mapa de 1893. Em 8 de junho de 1752, D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão assinou provisão de ereção da nova capela de Santo Antônio, que ficava na atual praça Comendador Nicolau Scarpa, demolida em 1950 (ALMEIDA, 2002, p.76).

A partir do século XVIII, muitas outras novas igrejas foram surgindo no espaço urbano. capela de Nossa Senhora da Conceição (1747), capela da Conceição do Rio Abaixo (1721), a própria segunda capela de Santo Antônio (1752), capela de Aparecida (1785), capela da Penha (1724), a Igreja e Convento de Santa Clara, formada pela capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1770) e recolhimento anexo (1810). Igreja do Rosário (1812 – Anexa a atual Escola Santa Escolástica).

Afirma Almeida que no ano de 1728, pela “Composição entre a Câmara e o mosteiro de São Bento” – marco do final do conflito de terras entre a câmara e a

Ordem – o perímetro urbano aumentou até a atual Rua Miranda Azevedo, que no mapa de 1893 aparece como Rua dos Prazeres. Neste ano já haviam ainda segundo o autor, duas ótimas casas na Rua da Ponte.

A instalação do registro, cogitado desde meados dos anos 20 do século XVIII na vila de Sorocaba, culminou somente em 1750, quase 100 anos após a fundação da vila, na criação de um posto fiscal como forma de controle e arrecadação de impostos sobre a vinda das mulas do Sul e seu consecutivo comércio e distribuição. Essa foi uma forma de instalação de organismos arrecadadores próprios da Coroa, na vila de Sorocaba no período tropeirista, garantindo a total destinação das arrecadações para a Coroa (BADDINI, 2002, p.51). Sorocaba ficou conhecida como a principal paragem de muares e referência que se tem em seu tempo, com a Feira de Muares. Sobre a feira de Muares, encontra-se relatado por Rogich Vieira:

As Feiras de Muares de Sorocaba se tornaram famosas no Brasil todo, sendo comentadas por quantos intelectuais, quer nacionais, quer estrangeiros, passaram por nossa cidade. Dos primeiros, podemos citar Paulo Eiró, o poeta [...] e merece destaque o francês Saint-Hilarie. [...] Os tropeiros partiam das campanhas gaúchas tão logo terminasse o inverno, quando os pastos, ressequidos pelas geadas, rebrotavam. Viajavam lentamente, parando mais nos locais em que as pastagens fossem melhores, como no sopé da Serra de Santa Catarina, menos onde houvesse escassez de capim. Isso fazia com que a mulada chegasse aqui em boas condições, o que propiciaria melhores preços. Normalmente, em fins de março, as tropas já se encontravam nos campos que iam desde **Sorocaba até Itapetininga**, fechadas em um encosto. Encosto era o nome que se dava a um lugar apertado entre dois rios, entre rios e montanhas, barrancos ou matas cerradas, deixando apenas o lado da entrada para que os peões procedessem à ronda contínua, a fim de evitar o extravio dos animais ou que se entretexassem com as tropas alheias (in – BOANDIO, 1984).

No final do século XIX, vindo de Winnogóra, Polônia, Julio Wieczerski Durski residiu no Paraná, mudando-se em 1875 com seus pais para a ainda vila de Sorocaba. A partir de então, com um estúdio de fotografia estabelecido na vila, inicia seus trabalhos em parceria com o sócio Leuthold, tendo Sorocaba como tema para seus retratos. Além do valor memorial para a cidade de Sorocaba, seus registros garantem a compreensão morfológica da urbanidade da vila, com suas casas, edifícios principais e localidades fundamentais para vislumbrar uma configuração claramente herdada do período colonial. Julio Durski se configura como um dos mais importantes fotógrafos brasileiros do século XIX.

Figura 26: Igreja Matriz Nossa Senhora da Ponte, com a cadeia ao fundo – 1876.



FONTE: Museu Histórico Sorocabano, Julio Durski – 1876.

Figura 27: Rua São Bento e Gabinete de Leitura Sorocabano – 1876.



FONTE: Museu Histórico Sorocabano, Julio Durski – 1876.

Figura 28: Rua Direita da Matriz – foto retirada da torre sineira da Igreja de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.



FONTE: Museu Histórico Sorocabano, Julio Durski – 1876.

Figura 29: Segunda casa de câmara e cadeia de Sorocaba – ao lado do Convento de Santa Clara e mosteiro de São Bento ao fundo.



FONTE: Museu Histórico Sorocabano, autor desconhecido - 1903.

### 2.3.1 O Conflito entre a Câmara e a Ordem:

“O costume mandava que os oficiais da Câmara se empossassem no mesmo dia, podendo servir de paço do Conselho qualquer casa particular” (ALMEIDA, 2002, p.38). É sob essa perspectiva, citação retirada da obra de Aluísio de Almeida, que podemos perceber que o ritual português de fundação é fato conhecido também na bibliografia clássica. O ritual já abordado de eleição – ou, escolha dos homens bons – para os vereadores da câmara, vem a corroborar com a ideia de cidade portuguesa a que se debruça a presente pesquisa. Em um dia inteiro, dedicado às formalidades de elevação à vila, elegiam-se os vereadores – oficiais da câmara – e o próprio Capitão, que no caso de Sorocaba, foi Baltazar Fernandes também primeiro juiz e presidente da câmara.

As questões da posse da terra, derivadas da *práxis* da administração colonial no momento de elevação à vila, seguiram em Sorocaba os mesmos padrões observados no século seguinte, o XVIII, em várias regiões do território. Isto com base nas análises bibliográficas já apresentadas e em autores da história social da atualidade. Porém, foram estas mesmas questões de posse, que levantaram uma peculiaridade na história da vila de Sorocaba – a exceção que confirma a regra. Segundo Cássia Maria Baddini: “em Sorocaba, o Termo foi estipulado em quatro léguas em quadra<sup>32</sup> a partir do centro da vila, segundo a provisão de 3 de março de 1661. O Rocio originalmente compreendia meia légua em quadra<sup>33</sup> a partir do centro da vila, mas em função da doação da Terça aos frades de São Bento pelo fundador, em abril de 1661, passou a corresponder a um quarto de légua em quadra. Foi demarcado tardiamente por causa da disputa entre Câmara e mosteiro pelas terras da terça, resolvidas somente em 1728” (BADDINI, 2002, p.110).

Sobre o caso do conflito entre a Câmara da vila e o mosteiro de São Bento, Sérgio Coelho escreveu um artigo que foi publicado em 16 de agosto de 1970, no jornal “O Estado de São Paulo”. Afirma o autor que os monges Beneditinos fixaram-se em Sorocaba no ano de 1660, seis anos após a fundação do povoado. Assim,

---

<sup>32</sup> Aproximadamente uma quadra de 19 quilômetros de lado, visto que 4 léguas corresponde a 19,312 quilômetros. Portanto, aqui a autora se refere ao *termo* da vila, área de jurisdição de seu Conselho, que compreende tanto o “Rocio”, área urbana da vila, como o seu território rural.

<sup>33</sup> Aproximadamente uma quadra de 2,414 quilômetros de lado.

uniram-se aos moradores, contribuindo com a tarefa de colonização da região. Conta-nos o autor que o recenseamento feito pela capitania no ano de 1798, assinalou a existência da fazenda dos Beneditinos, com 150 cabeças de gado, 19 cavalos, 4 escravos e 2 casas. Junto a esse trabalho, prestavam, desde o início do povoamento – assim também cumprindo com o que foi acordado na carta de doação – a assistência espiritual; ainda, haviam fundado em 1667, a primeira escola de Sorocaba no mosteiro de São Bento. Ensinava-se canto e gramática latina, que incluía a língua portuguesa. Continua o autor dizendo que, abrindo mão de terras que lhes pertenciam por direito de doação, os monges contribuíram fisicamente e inclusive, colocando recursos financeiros do mosteiro, com o crescimento e desenvolvimento de Sorocaba: “três das principais praças, hoje existentes na cidade, São Bento, ‘Carlos de Campos e Frei Baraúna, foram doadas pelo mosteiro” e ajardinadas por ele (COELHO, 1970, p.50). Assim, nos dois primeiros séculos da vila esses agentes, os monges, exerceram papel fundamental na formação da vila.

No fim do século XVII, algumas décadas após a fundação da vila apenas, ocorreu segundo Coelho (1970, p.50), a primeira crise da história Sorocabana com os monges de São Bento, sendo conhecida na história clássica, posteriormente, como termo de “Composição”. Sobre isso relata o autor:

Logo após a morte de Baltazar Fernandes, seu filho Manoel Fernandes de Abreu, iniciou a espoliação dos bens que seu pai doara á Ordem, requerendo á Câmara, e sendo atendido, a ocupação de uma data de terra na vila, para a construção da sua casa. Os beneditinos protestaram em vão (COELHO: 1970, p.50).

E continua:

Descontentes com esse fato, os padres, autorizados pelo padre visitador que passava pela região em 1695, inventariaram todos os bens do mosteiro e se preparavam para deixar a cidade. Quando o povo soube do caso, chefiado por um capitão de cavalaria, uma escolta de soldados armados e a toque de caixa, se dirigiu á portaria do convento, alertando os monges de que não sairiam vivos. A situação foi temporizada, mas não resolvida (COELHO: 1970, p.50).

Percebe-se, portanto, que o início do conflito se deu quando o filho do fundador, Manoel Fernandes de Abreu, requereu à câmara terras nos domínios do mosteiro, ou seja, dentro do que os Beneditinos compreendiam por seu Patrimônio. Seu pai, Baltazar Fernandes, foi o capitão mor e primeiro juiz da câmara de Sorocaba. Na carta de doação do Patrimônio que Baltazar Fernandes fizera aos beneditinos, ele havia estipulado que algumas de suas terras pertenceriam aos Beneditinos somente após a



sua morte. Então, Manoel Fernandes por meio de espoliação<sup>34</sup> para com a Ordem de São Bento, requereu terras para a construção de sua casa na vila. Após a morte de Baltazar, o juiz da câmara seguinte foi seu filho, o próprio Manoel Fernandes de Abreu. Compreende-se que, seus interesses estavam completamente coligados com os interesses da câmara. Portanto, por meio de um esfacelamento dos limites entre as terras do Patrimônio e as terras do Rocio, Manoel Fernandes consegue a posse da referida data de terra.

Em 1693, segundo Coelho, foi o ano em que o mosteiro ganhou autonomia; confirmada no acordo de bula papal “*intergravissimas*” de 1º de julho de 1827. Mas, dois anos depois de sua autonomia, os Monges, descontentes com o conflito com a câmara e com as perdas de terras, decidiram sair da vila, em 1695, com a autorização do padre visitador e conseqüente inventário dos bens do mosteiro. Porém um conflito armado deflagrou-se, impedindo os mesmos padres de deixar o mosteiro. Afirma Coelho que em 1709, frei Antonio de Santa Maria, requereu a posse daquelas terras ao ouvidor João Saraiva, obtendo ganho de causa e a devolução aos beneditinos das terras tomadas por Manoel Fernandes, mas por pouco tempo, continuando as espoliações. O final do conflito somente se daria quase um século depois, no século XVIII, quando a câmara e o mosteiro chegaram a um acordo, assinando um “termo de composição”, em 1774, que delimitava as posses dos beneditinos na vila (COELHO: 1970, p.50).

Esse episódio ganhou um símbolo, a Santa Cruz da Composição, existente até os dias de hoje na rua Nogueira Martins.

Após a análise do artigo de Sérgio Coelho, voltando para a bibliografia analisada, consta que, no ano de 1665, os vereadores de Sorocaba enviaram às câmaras de Itu, Parnaíba e São Paulo, uma petição para que as pessoas que possuíssem Datas de terra na vila de Sorocaba, viessem tomar posse da mesma, cultiva-la e confirmar a sua posse, dentro do prazo de seis meses. Pois, as terras que estivessem desocupadas seriam aforadas a outrem (BADDINI, 2002, p.110, 111). Já em 1667, Manoel Fernandes de Abreu, como já citado através de Almeida (2002, p.40), requereu terras através de uma “carta de data” (BADDINI, 2002, p110), com

---

<sup>34</sup> *Jur.* ato de privar alguém de algo que lhe pertence ou a que tem direito por meio de fraude ou violência; esbulho.

intenção de aumentar a casa de câmara e cadeia e estendê-la à metade do quarteirão. Essa porção de terra requerida pelo filho do fundador, ao que tudo indica, quando se compara a explanação de ambos autores – Alúcio de Almeida e Cássia Maria Baddini – era de posse do mosteiro de São Bento, não podendo ser aforada para a câmara. Era de interesse da câmara explorar as terras no núcleo central da vila uma vez que, a administração das mesmas sob a responsabilidade dos Beneditinos, estava um tanto quanto frágil e insipiente. Assim, afirma a mesma autora e consta no artigo supracitado, que os monges tentaram retirar-se da vila, por conta das disputas de terra com a câmara, mas foram impedidos pelo poder civil, através dos oficiais, sob ameaça de armas (BADDINI, 2002, p.111).

Em 1706, nos descreve Cezar (1981, p.52), a câmara demarcou o Rocio, acusando falta de compromisso dos religiosos na instrução dos moradores e cita o que consta no documento:

Os moradores quequizerem viver no districto do Rocio, venhão arrendar a Camara, como é velho, e costume em toda a parte, e os que tiverem situados no dito Rocio, e districto fossem notificados para que apresentem sias petições para lhes arrendar; e somente para a dita Religião se lhe poderá conceder Rocio, terra quanto basta para ser cercado, não faltando a obrigação que devem de sua dacta, de ensinarem os filhos dos moradores (CEZAR, 1981, p.52,53).

Conta-nos Cezar ainda que, em 1728, os monges de São Bento reclamaram para a câmara, que ela ainda aforava terras de posse do mosteiro, principalmente aquelas “da ponte correndo rio-acima, sem terem jurisdição nelas, e estão nelas moradores e que é um prejuízo de terceiro e de fraude da Religião, portanto” (CEZAR, 1981, p.60). Concluía os requerentes que os indevidos moradores fossem notificados para que dentro de um mês, deixassem as casas e terras ocupadas ou devolvessem ao mosteiro, pois estavam todos “no districto das terras da Religião” (CEZAR, 1981, p.61).

Certo é que, as terras do mosteiro estavam desde o século XVII, sendo aforadas indevidamente pela câmara. A hipótese que aqui se coloca é de que, em ato de doação, os limites entre o Rocio – terras de posse da câmara a serem aforadas por ela – e o Patrimônio – terra do mosteiro para seu sustento – não estavam claros. A suposição da autora Baddini é a de que a orientação para ocupação da vila estava direcionada, até meados do século XVIII, pelas margens do Rio Sorocaba e o Ribeirão

do Moinho<sup>35</sup>, nas proximidades de onde se localizava a casa de Baltazar Fernandes. Isso se modificou quando Sorocaba entra no período conhecido e tão estudado, do Tropeirismo e feira de muares, principalmente após a instalação do Registro, em 1750 – na única ponte que transpunha o Rio Sorocaba, no final da Rua da Ponte, atual Rua XV de Novembro – em que a área de disputa entre a câmara e o mosteiro, deixa de ser alvo principal da especulação imobiliária<sup>36</sup>. Passou então a partir deste momento, a estenderem-se ocupações em direção às margens do Córrego Supiriri e para o Sul, por onde seguiam as tropas (BADDINI, 2002, p.113).

Em conclusão à disputa de terras, em 1774, mais de cem anos após o início do conflito de terras, se pôde vislumbrar um fim às disputas. Através do documento transcrito por Almeida, que é o “termo de composição” (2002, p.100 - 102), pode-se entender os limites do que se compreende por Patrimônio:

O primeiro marco foi posto no lugar donde se acha a Capelinha de Santa Cruz e daquele lugar serve de divisa das terras demarcadas a estrada que vai para Itapeva, até chegar ao Ribeiro que se acha entre as chácaras de Miguel de Lima, e de Antônio Martins; e da Barra do dito Ribeiro para adiante, a divisa é o Rio Sorocaba até sair ao Campo; em cuja saída se faz segundo marco junto à estrada. Neste lugar segue o mais, acompanhando o Campo, o Campo, pela parte Oesnoroste a distância de quase meia légua, d’onde faz canto, na verdade, digo na vertente de um córrego, donde se faz o terceiro marco; e d’ali dobra o Campo para a parte do Ivossoroca à distância também de quase meia-légua, donde o mato se une ao geral; e por esse serve de divisa, a Estrada que atravessa de um Campo ao outro, e na estrada se pôs o quarto marco e na saída o quinto, ficando assim aquela Estrada por divisa, entre as terras do mosteiro e de Caetano Prestes, que hoje pertencem a seus herdeiros. O sexto marco foi posto na estrada do Mato, vindo do Campo de Ivossoroca para esta vila por se unir ali o Mato do mosteiro, com o da chacara, que era, naquele tempo de Salvador de Oliveira, e agora do Capitão Américo, servindo a estrada de divisa, de divisa, até esta vila, para cujo conhecimento se pôs no sim do Muro do mosteiro, o último marco (ALMEIDA, 2002, p.101, 102).

Estavam, portanto, segundo o documento supracitado, demarcados os sete pontos no território relativos às terras do mosteiro, findando o conflito.

Com a pesquisa feita em fontes primárias, encontrou-se um documento de “Declaração de Patrimônio à igreja do mosteiro de São Bento da vila de Sorocaba” de

---

<sup>35</sup> Ribeirão do Moinho foi o nome dado ao Ribeirão do Lajeado, onde localizava-se a casa de Baltazar Fernandes, que era ligada ao centro da vila através da Rua Boa Vista, atual Nogueira Martins.

<sup>36</sup> Note-se aqui o termo utilizado pela autora – especulação imobiliária – para descrever contemporaneamente, um fato de valorização da terra ocorrido no século XVII, que originalmente não era empregado ou existente. A noção de especulação imobiliária só é possível a partir da metade do século XIX, após a lei de terras, quando da mudança paradigmática na dinâmica social da relação com a propriedade privada, portanto, propriedade da terra e bem imobiliário.

20 de outubro de 1766, por Diogo do Desterro, padre residente no mosteiro de São Bento da vila de Sorocaba. Ele inclui desde o que se refere às terras do Patrimônio, que declara serem as mesmas desde a doação feitas por Baltazar, até os objetos de posse do mosteiro:

A igreja deste Mosteyro de S. Bento da Villa de Sorocaba não tem Fábrica não tem Irmand<sup>o</sup> não tem Companhia nem tem Patrimonio distinto do que possua de seu principio, por doasam que lhe fez o primeyro povoador Baltasar Frz. No anno de 1667 para sua fundasam com Indicasam de trese Missas Annuays. Annos adiante o Real Beneplacito da Magestade de El Rey Nosso Senhor o Senhor D. Pedro de Gloriosa Memoria como parece de huma Carta ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro firmada pelo Seu Real Punho em 22 de maio de 1702 que se acha copiada no [???] deste Mosteyro, aonde foi vista pelo Tabalhiam desta Villa de que adiante da fé, assim como de tudo o mays nesta explanado. **O Patrimonio Comprehende huã legoa de terra em meya de largura** com pouca dessa de mays, ou menos, e alguns q já não exyste destas terras e Matos se colhe os frutos que o Senhor he Servido dar-nos, medeante o trabalho de três escravos velhos em que entra applicado por Monge particular hum que não he nosso. Recebe de alguns Foreiros sittuados nas extremidades dos Referidos Matos hums anos mais outros menos segundo o mayor ou menor hum destes. Ao presente = 11\$720. Recebe juros de 300\$000 que herdou de hu Monge 15\$000 que junto ao Rendimt<sup>o</sup> dos Foros faz a quantia de 26\$720. **Tem mais em dist.<sup>a</sup> de seis legoas em comu senti [sic] huã e quadra que se pedio e concedeo por sesmaria anno de 1694 em cujos campos se contam hoje de sincoenta the sessenta cabeças de gado vacum**, entre grandes e pequenos. Tem mais huaEgoa com Cria. **Deve duzentos e tantos milreis.**<sup>37</sup> (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Declaração de Patrimônio à igreja do mosteiro de São Bento da vila de Sorocaba”, 20 de outubro de 1766).

Fica claro com a transcrição do documento acima, que Diogo do Desterro está descontente com a situação de miséria em que se encontra o mosteiro. Sua primeira menção é de que o mosteiro não possui Fábrica<sup>38</sup>, tão quanto irmandade, companhia ou Patrimônio a mais do que o herdado, pela doação feita por Baltazar Fernandes. Este Patrimônio referente às terras da igreja ainda mediam uma légua de comprimento por meia de largura, que são trabalhadas por três escravos velhos. Seguem declarados também, os poucos rendimentos que recebiam dos foreiros dentro dos limites do Patrimônio, salientando que deve o mosteiro “*duzentos e tantos mil reis*”. Isto mostra que o recebimento do foro não era suficiente para manter a estrutura. Em 1694 o mosteiro pediu uma sesmaria para a criação de gado, distante seis léguas do centro da vila, que continham de cinquenta a sessenta cabeças de gado e mais uma

<sup>37</sup> O documento inventaria ainda, outras posses do mosteiro como: cálices, vestimentas, toalhas, móveis, etc.

<sup>38</sup> A “Fábrica” era a instituição gerenciadora das terras da igreja, onde o “Fabriqueiro” administrava seus bens, terras e foros a ser cobrados para manutenção da mesma.

égua. Segue por fim o Presidente Diogo do Desterro, declarado todos os bens móveis de que dispunha o mosteiro, entre míseros cálices e vestimentas para seu uso.

Assim, a instituição do mosteiro estava com dificuldades desde a sua fundação, sendo que, os limites do Patrimônio para seu sustento não se ampliaram, mas mantiveram-se conforme a doação do fundador. Isto pela pouca definição que se tinha entre os limites das terras pertencentes à câmara e as terras do mosteiro.

O que se conclui, portanto, sobre o conflito entre a câmara e o mosteiro de São Bento é que, o procedimento para elevação a vila no século XVII, no caso de Nossa Senhora da Ponte, foi peculiar no sentido de não cumprir, pragmaticamente, com as regras, ao mesmo tempo em que as utiliza arbitrariamente pela figura de seu fundador e seu filho posteriormente. Conhecia-se o modo de fazer vila, herdado dos Portugueses, porém, constata-se pelo apresentado, que os limites entre as terras doadas aos Beneditinos e o Rocio não foram delimitados por Baltazar Fernandes. Pois ele, enquanto capitão mor e juiz da câmara é quem doa as terras para os monges – segundo a carta de 23 de fevereiro de 1664, já apresentada – mas em momento algum menciona a delimitação das terras da Ordem e das terras da Câmara, o Rocio. Fazendo por vezes coincidir ou até, sobreporem-se, as terras dos Beneditinos e do Rocio. Porém, a câmara já havia sido elegida e formada três anos antes da publicação do instrumento de doação aos Beneditos, em 1661, com a provisão do Governador Salvador Correa de Sá e Benevides.

Considerando-se que Baltazar Fernandes foi o fundador da vila, ou seja, cedeu terras de sua sesmaria para a formação do Patrimônio Religioso da capela – quando da fundação da freguesia, em 1654 – e que, posteriormente, quando da constituição da vila em 1661, era presidente da Câmara, não houve uma delimitação clara entre as terras do Rocio e as terras doadas aos Beneditinos. Em um momento em que todas as terras e posses foram consideradas por Baltazar Fernandes como terras sob a sua jurisdição – na condição de doador e fundador, bem como de Juiz da câmara que havia sido formada três anos antes da doação formal aos monges – o conflito de terras pode ser entendido. Ainda, dando mais complexidade a esta questão, estabeleceu Baltazar Fernandes que, somente caberia, após a sua morte, algumas terras a mais para a Ordem – segundo a carta de 1664. O que começou a ser questionado, por seu filho Manoel Fernandes de Abreu com o pai já falecido, não foi simplesmente o

requerimento e a posse de terras em conflito. Mas sim, em uma análise mais ampla que se estende para uma dimensão maior, interpreta-se um momento de questionamento do não cumprimento da metodologia de fundação de uma vila e a quebra parcial no rigor formal da tradição portuguesa, isto é, do modo Português de elevação de vilas. Principiou-se um conflito complicado de se resolver, que duraria quase um século. As tensões entre as partes que ficariam com mais ou menos terras, a câmara ou a ordem, representam mais ou menos poder, mais ou menos cumprimento do *modus operandi* português. Mas a dinâmica do processo de ocupação da vila, ao longo das décadas, culminou em uma mudança do eixo de interesse sobre as terras, como supracitado, em um novo processo econômico para a sociedade Sorocabana dos setecentos, o Tropeirismo e o Registro, um dos focos da obra de Baddini (2002).

### 3 CONFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO

#### Desmembramentos de Itapeva, Apiahy e Itapetininga no século XVIII

As cidades de Itapeva, Apiahy e Itapetininga são citadas no livro de Paróquias da Arquidiocese de São Paulo, livro nº 1, com registros de 1880 a 1905, onde todas as cidades do Estado são organizadas em um índice. Para cada cidade há um breve histórico, construído em 1905, principalmente no que dizia respeito às paróquias criadas nesse recorte temporário.

No livro nº 1 de Paróquias da Arquidiocese de São Paulo, a cidade de Apiahy é descrita em 1905, da seguinte maneira:

Em 1735 esta povoação já se denominava “freguesia de Santo Antonio das Minas”, como consta do 1º assentamento de batismo. Uma portaria de 13 de outubro de 1871 designou a capela do Rosário para servir de matriz, enquanto não ficava construída a outra igreja para este fim. Esta capela teve provisão de ereção em 21 de janeiro de 1863. Elevada à **Villa em 23 de março de 1771 por ato do Governador Luiz Antonio de Souza Botelho**. (Livro nº 1 – Registro de Paróquias 1880 a 1905, p.04. Disponível em Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, grifo nosso).

Já nos registros da cidade de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, encontram-se os seguintes ditos:

A povoação foi juntada em 1766, mas só foi provida de Parochia em fins de 1771, visto como o 1º assunto de batismo nos livros da parochia é de 20 de janeiro de 1772, pelo seu 1º vigário o Padre Ignácio Teixeira. **Villa em 5 de novembro de 1770, por ordem do G. D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão**. Cidade pela lei provincial nº 5 de 13 de março de 1855 (Livro nº 1 – Registro de Paróquias 1880 a 1905, p.61. Disponível em Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, grifo nosso).

Por fim, a cidade de Itapeva da Faxina, com a dedicação ao orago Sant’Ana de Itapeva da Faxina, lê-se:

Teve princípio num ajuntamento de índios na aldeia chamada Faxina, cujo nome conserva até hoje à esta povoação. **Villa em 26 de setembro de 1769 com o título de Itapeva pelo Gov. Antonio de Souza Botelho Mourão**. Cidade pela lei provincial nº 13 de 20 de julho de 1861 (Livro nº 1 – Registro de Paróquias 1880 a 1905, p.50. Disponível em Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, grifo nosso).

Seguirá neste capítulo o estudo feito sobre período de 1765 a 1775, em que as Capitania de São Paulo e do Sul se encontravam sob a administração de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. As correspondências trocadas entre o governador e outros agentes, durante seu governo, podem demonstrar suas intensas estratégias de ocupação do território, em conjunto com um

corpo administrativo complexo. Suas estratégias se pautavam na reestruturação da administração do território e sertões paulistas, com foco na defesa contra invasões espanholas. Também foi atento o seu governo à produção do ouro e bens que aconteciam nessas extensas localidades, com foco em garantir a destinação do lucro para a Coroa e a soberania do poder do Clero e do Estado. Neste corpo administrativo estavam envolvidos todos os juízes ordinários, capitães, procuradores e corregedores gerais do governo e das vilas, escrivães, ouvidores de justiça, vereadores e demais povoadores. Sobretudo da vila de Sorocaba, da qual se desmembraram três vilas entre 1769 e 1771. São as vilas de Santo Antonio das Minas de Apiahy, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga e a vila de Itapeva da Faxina apresentadas no presente capítulo enquanto estudos de caso, em ordem cronológica de elevação, que fundamentam para a presente pesquisa, um *modus operandi*. Uma formatação metodológica que somente se consolidou no governo de Morgado, de como se fundar vilas, sob esse contexto de sua administração nas Capitânicas de São Paulo e do Sul.

### **3.1 Morgado de Mateus e as estratégias de dominação do território**

O poder do Clero ainda dirigia os territórios da colônia sob certos aspectos, porém, as estratégias da Coroa para a dominação do território na segunda metade do século XVIII intencionam racionalidades político-administrativas amplamente utilizadas no que diz respeito a uma estruturação do território. Principalmente no quesito militar e de proteção do que já havia sido conquistado por Portugal. Isso compreende a fundação de vilas enquanto estratégia de ocupação do território que, no período em estudo, corresponde à elevação das vilas de Itapeva da Faxina, Nossa Senhora das Minas de Apiahy e Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga. A Idade Moderna estava a partir do século XVIII, sendo refletida também nas Colônias, através da formatação de uma nova gestão que, pautada em princípios iluministas decorrentes de novas necessidades, tentavam equalizar as tensões que encobriam o território através de novas “políticas de urbanização” (BELLOTTO, 2007). Ganha força nas Capitânicas de São Paulo e do Sul essa nova lógica, a partir da gestão do Morgado de Mateus, enviado por Marquês de Pombal.



Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, de formação aristocrática e vasto conhecimento em Engenharia Militar e de Fortificação, foi o Governador Geral e Capitão dos territórios de São Paulo por dez anos, de 1765 a 1775. Neste período, destaca-se o grande impulso à urbanização e à regularidade do traçado urbano, como descreve Maria Fernanda Derntl: “a ação extensa dos engenheiros militares e o estabelecimento de determinações formais em cartas régias, são consideradas fundamentais na imposição dessa política” (2010, p.9).

Permeando as ações e incumbências do Governo de Morgado de Mateus, o alinhamento com a política Pombalina se estendeu à Capitania de São Paulo através de duas Cartas régias de 26 de janeiro de 1765 (DERNTL, 2010, p.58, 59), em que se explicitava a necessidade do combate aos espanhóis, fortificação nas fronteiras, negociação com os jesuítas segundo o tratado de Madri (1750) – que culminaria na retirada da Ordem de Jesus – incorporação e exploração do trabalho, conhecimento e força indígena, também com a conversão de aldeamentos em vilas, reativação da economia e fortalecimento do poder central.

As necessidades de fortificações pareciam, ao governador, muito grandes, ante a já vasta política de proteção contra iminentes invasões espanholas. A política de proteção do território estabelecida por este governador era amparada e garantida através da elevação e fundação de povoações (freguesias e vilas).

### 3.1.1 As cartas do Governador

Os documentos interessantes para a história e costumes do Estado de São Paulo, assim batizado por Antonio de Toledo Pizza, começaram a ser transcritos por ele e sua equipe de paleógrafos a partir de 1894<sup>39</sup>. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo. A partir de então, todos os documentos remanescentes do período colonial brasileiro, entre outros, começaram a ser transcritos. Noventa e cinco volumes foram produzidos e entre eles encontram-se textos relativos à administração de Morgado de Mateus (1765-1775).

---

<sup>39</sup> Disponíveis em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>> acessado em 1 de maio de 2017, às 18h 10.

As correspondências trocadas entre o então governador Morgado de Mateus, foram o alvo de pesquisa, através de uma busca metodológica por palavras chave tendo como foco a elevação das cidades de Itapeva da Faxina, Santo Antônio das Minas de Apiahy e Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga.

No volume 92 dos documentos interessantes, também encontrado no Arquivo público do Estado, encontrou-se através das palavras-chave, material relativo às vilas de Itapeva da Faxina e Nossa Senhora dos prazeres de Itapetininga. Destes, o primeiro a ser analisado foi uma carta de Morgado de Mateus à José de Almeida Leme, então Capitão Mor da vila de Sorocaba, datada de 8 de agosto de 1769. Pedia ele a José Leme, o favor de executar todas as ordens passadas, previamente, em favor das povoações de Faxina e Itapetininga, uma vez que o governador estava engajado em aumentar as povoações, encontrando uma em muito adiantamento no Rio “*Pirasicaba*” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 74).

Na sequência dos documentos, no dia 11 de agosto de 1769, Morgado escreve à Barboza Franco, diretor da povoação de Itapetininga, que concederia a licença requerida a ele anteriormente – provavelmente relativa à necessidade de alguma viagem – revelando na sequência, que as obras da igreja e da nova povoação de Itapetininga deveriam continuar “*com o mesmo calor e actividade*” que ele havia recomendado, concluindo: “*p.<sup>a</sup> que não haja falta em se acabar de concluir tudo com a brevidade que desejo*”. Essa carta revela que a elevação da povoação de Itapetininga deveria, seguindo seus desejos, cumprir com as estratégias urbanizadoras de seu governo. Não há dúvidas de que o contexto do excerto é senão, a suposição de uma carta anterior, onde supostamente Barboza Franco faz um requerimento à D. Luis Antonio para ausentar-se (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 76).

Antes que ele conceda tal licença, deveria Barbosa Franco encontrar-se com o capitão mor de Sorocaba e tomar “*as providências necessárias*” para terminar as obras de Itapetininga. Mas é de fácil compreensão que o elemento da igreja que aparece no texto, possivelmente é relativo à igreja matriz, para cumprir com os procedimentos de elevação à vila à que Itapetininga passaria em 1771 (ARQUIVO

PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 77). Isto porque em outra carta, de mesma data, ao capitão mor de Sorocaba, Morgado revela que Barboza Franco pediu licença para algo que, na transcrição do documento se tornou ilegível, mas recomenda que os dois se encontrem e providenciem o necessário para cumprir com a finalização das obras da igreja de Itapetininga e a consolidação da nova povoação antes do final de seu governo, que seria em 1775. Assim, declara ao finalizar: “e se Vm.<sup>ce</sup> achar que durante a sua ausência [a de Barboza Franco] não haverá falta nas ditas Obras, o deixe Vm.<sup>ce</sup> ir, na forma q. elle pede” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 67-70).

No mesmo volume 92, uma carta de significativa importância foi enviada ao então ouvidor geral e corregedor da comarca, Salvador Pereira da Silva, datada de 28 de setembro de 1769, demonstrando a preocupação de Morgado de Mateus com alguma moléstia que teve o ouvidor mas, sobretudo, seguindo com o seguinte agradecimento:

[...] aprovo m.<sup>to</sup> a resolução que Vm.<sup>ce</sup> tomou de mandar o Juiz ordin.<sup>o</sup> para erigir em V.<sup>a</sup> Povoação da Faxina, segundo a ordem q. a Vm.<sup>ce</sup> expedi, porq. inda que não esteja totalm.<sup>te</sup> edificada com mais facilidade.<sup>e</sup> conseguirá o seu augmento depois de lhe porem as Justiças, e ter governo próprio. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 80).

É mais uma vez explícita com intenção de pressa, a necessidade que Morgado de Mateus tinha de elevar a vila de Itapeva, com a intenção de que, apesar da pouca população, a povoação viesse a crescer depois de estabelecidos os sistemas de governo e justiça<sup>40</sup> - eleição da câmara.

Em seguida, outra carta sobre Faxina é apresentada, também direcionada para o ouvidor geral, escrita no dia 19 de outubro de 1769, de seguinte teor:

Remeto a Vm.<sup>ce</sup> a lista das pessoas, q. hão de servir este presente anno de 1770 de juizes e vereadores na nova V.<sup>a</sup> da Faxina, aos quaes nomeey attendidas as circunstancias da pessoa, e mais votos, q. nelles concorrerão e deixey de nomear todos os outros mais capazes, q. assistem retirados, p.<sup>a</sup> determina não seijão admitidos nas pautas p.<sup>a</sup> Vereadores aquelles q não tiverem cazas próprias nas mesmas V.<sup>as</sup>, aos queases logo q. as fizerem se

---

<sup>40</sup> Observa-se que a compreensão da autonomia de governo e da justiça, enquanto vila, não se exprime através das palavras do governador em detrimento da construção da casa de câmara e cadeia e sim, da constituição do sistema regulador da vila, os vereadores.

poderá attender. Deosg.<sup>de</sup> a Vm.<sup>ce</sup>. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 85).

Assim, os ditos “homens bons” por Max (1991, p.55) que deveriam compor as câmaras são senão, agentes de posse. No trecho acima para a vila de Itapeva da Faxina, os vereadores a quem o próprio Governador nomeou, são senão os mais ilustres agentes que deveriam ser votados, com casas próprias na vila. Seguiu assim uma lista de *“juizes e Oficiaes da Cam.<sup>a</sup>q. hão de servir na nova V.<sup>a</sup>da faxina este anno q. entra de 1770”*: Para juizes, o capitão Antonio Furquim Pedroso, o próprio povoador da vila e Antonio José, com 12 votos; Para vereadores, Barnabé Glz, com 14 votos, Antonio de Oliveira Barros, com 12 votos e Ignacio Roiz de S. Payo com 10 votos; Para procurador foi eleito Thimoteo da Silva Moraes, com 9 votos.

No mesmo 19 de outubro, Morgado endereça outra carta ao mesmo ouvidor, Salvador Pereira da Silva, dando bons votos de recuperação e deixa entender que concorda com a aprovação de uma resolução onde no lugar dele, se destinaria o juiz da vila de Sorocaba para erigir pelourinho em Itapeva da Faxina, devido à sua doença. E segue:

Vi o L.<sup>o</sup> e achey todos os Tr.<sup>o</sup> s com m.<sup>ta</sup> boa digestão, e clarezas, e a demarcação do Destt.<sup>o</sup> com a aprovação da Camr.<sup>a</sup> de Sorocaba, p.<sup>a</sup> q. não pudesse ter com ella a mínima duvida p.<sup>o</sup> futuro. Elegi as pessoas q. trazião mais votos, e erão moradores na própria Terra, p.<sup>a</sup>q. com mais vont.<sup>e</sup> cuidem no aumento della, e se movão os vizinhos com este exemplo a mudar a Sua habitação p.<sup>a</sup> serem admitidos às pautas confr.<sup>e</sup> a ordem q. passey de 27 de Junho deste prez.<sup>te</sup> anno, a este resp.<sup>to</sup>. O mais que faltar e Vm.<sup>ce</sup> vir q. He necessar.<sup>o</sup> p.<sup>o</sup> gov.<sup>o</sup> della, como são L.<sup>os</sup>, Cazas da Camr.<sup>a</sup>, Cadea, e o mais q for precizo, Vm.<sup>ce</sup> deixará Ordens necessr.<sup>as</sup> p.<sup>a</sup> q se fação pouco a pouco, confe.<sup>e</sup> a possibilid.<sup>e</sup> q. tiverem. Como Vm.<sup>ce</sup> passa a S. João de Atibaya pessoalm.<sup>te</sup>, erigirá esta V.<sup>a</sup> com todo o acerto, e me proporá na mesma forma as pessoas mais capazes p.<sup>a</sup> administrarem as Justiças, e servirem os Off.<sup>es</sup> públicos. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 85-86).<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Interpretação legível: Vi o lido e achei todos os trabalhos com muita boa digestão e clarezas. A demarcação do distrito com a aprovação da câmara de Sorocaba, para que não pudesse ter com ela a mínima dúvida para o futuro. Elegi as pessoas que traziam mais votos e eram moradores na própria terra, para que com mais vontade cuidem do aumento dela e se movam os vizinhos com este exemplo a mudar sua habitação, para serem admitidos às pautas em conformidade a ordem que passei em 27 de junho deste presente ano, a respeito disso. O mais que faltar e vossa mercê vir que é necessário para o governo dela, como são lidos: casas da câmara, cadeia e o mais que for preciso, vossa mercê deixará ordens necessárias para que se façam pouco a pouco, confere a possibilidade que tiverem. Como vossa mercê passa a São João de Atibaia pessoalmente, erigirá esta vila com todo o acerto e me proporá, na mesma forma, as pessoas mais capazes para administrarem as justiças e servirem os oficiais públicos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 85-86).

Os extratos das cartas acima revelam todo o procedimento necessário, no caso das vilas fundadas sob o governo de Morgado, em estado prévio e preparatório, para a sua fundação. O fato de os agentes que iriam compor a câmara deverem ter moradia na mesma cidade, explica Morgado, é para que tenham o engajamento necessário para a promoção do aumento e crescimento da vila, através da migração de pessoas de cidades vizinhas. Solicita também o governador que o mesmo processo seja seguido para a vila de Atibaya, onde o ouvidor e corregedor da comarca deveria erigi-la e eleger os homens bons para vereadores.

No volume 92, um último documento relativo à Itapetininga foi encontrado. Uma carta de Thomaz Pinto da Silva para o corregedor Salvador Pereira da Silva, de 28 de janeiro de 1771, menciona uma relação anexa das pessoas que deveriam servir na câmara da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, com o conselho de que ele “*logo os faça servir*” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para a história e costumes do estado de São Paulo. Volume 92, pg. 146).

Todos esses documentos introduzem a percepção da necessidade que se estava criando, de uma formatação do *modus operandi* para se elevar povoações em vila. Assim, seguem os estudos de caso.

### **3.2 Apiahy, Itapetininga e Itapeva no século XVIII**

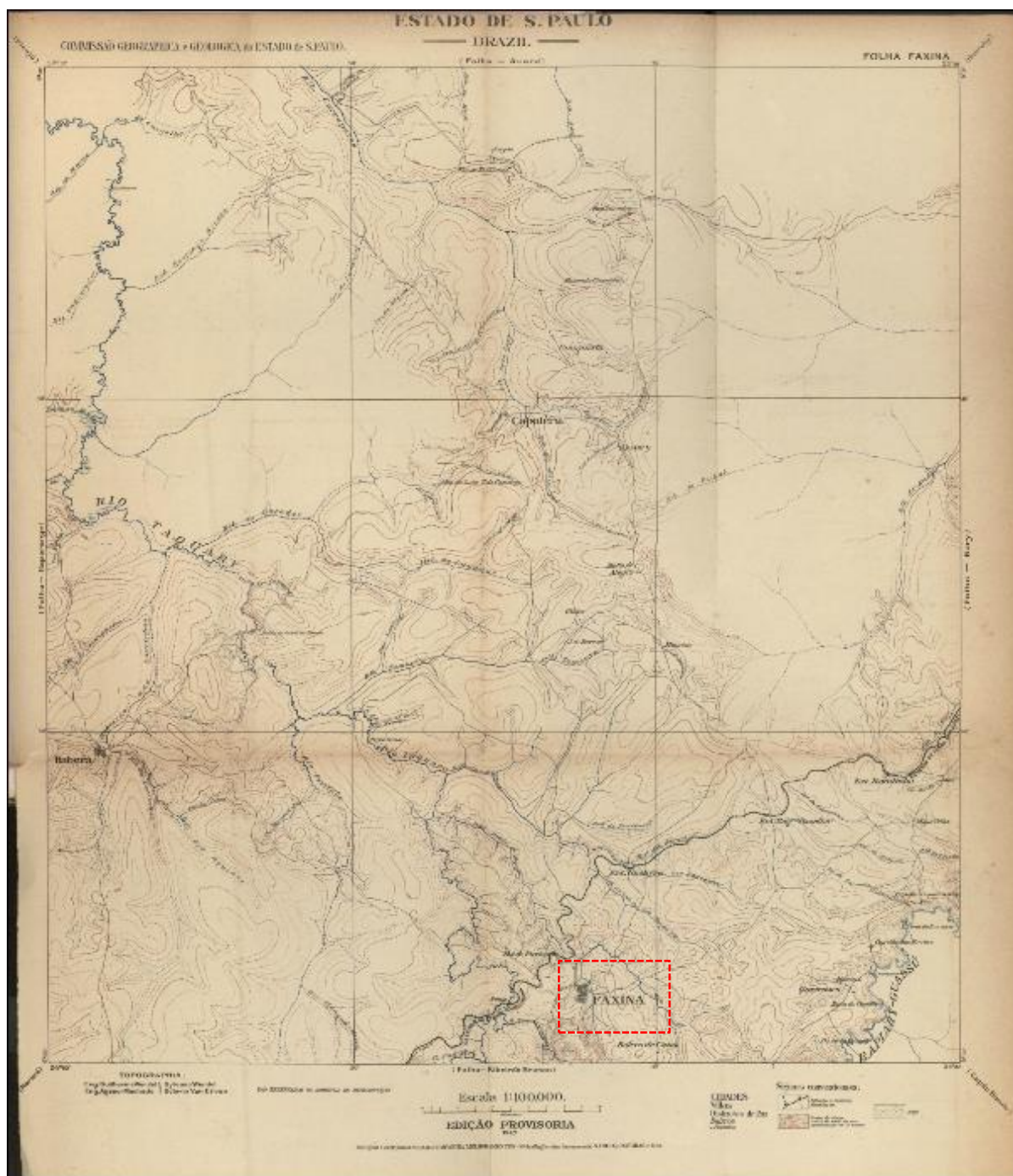
A seguir apresentam-se as vilas de Itapeva da Faxina (1769), Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga (1770) e Santo Antônio das Minas de Apiahy (1771), fundadas sob o governo de Morgado de Mateus dentro de sua lógica administrativa e do modo português de fundação de cidades. Percebe-se além da documentação primária analisada – que justifica o *modus operandi* português na fundação de vilas na colônia – a sua aplicação no território e mais precisamente, no tecido urbano das vilas analisadas.

### 3.2.1 A vila de Itapeva da Faxina:

Em 1927, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo faz uma descrição da cidade de Faxina, assim chamada a atual cidade de Itapeva. Sua representação cartográfica pela Comissão, encontra-se na folha de Faxina, em um contexto regional como pode-se perceber na Figura 30. Faxina já em 1927 tinha a sua importância na região, sendo uma das mais antigas cidades do estado, onde seus povoadores se fixaram no século XVIII. Ela havia sido fundada como vila da Faxina em 20 de setembro de 1769. A implantação da cidade de Faxina está em terreno de topografia regular, em meio a uma pequena elevação e rodeada de outras delas. Com boa alocação, tem um arruamento regular e ortogonal segundo a descrição. Sua população em tempos do levantamento pela comissão era de 16.336 habitantes em um território de 1.695 quilômetros quadrados. As rédeas do progresso Paulista estendiam-se até Faxina. A estrada de ferro, com sua estação de singular construção, era marco da cidade e foi conduto de grandes porções de produtos variados da região, para a capital São Paulo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.9, 10).

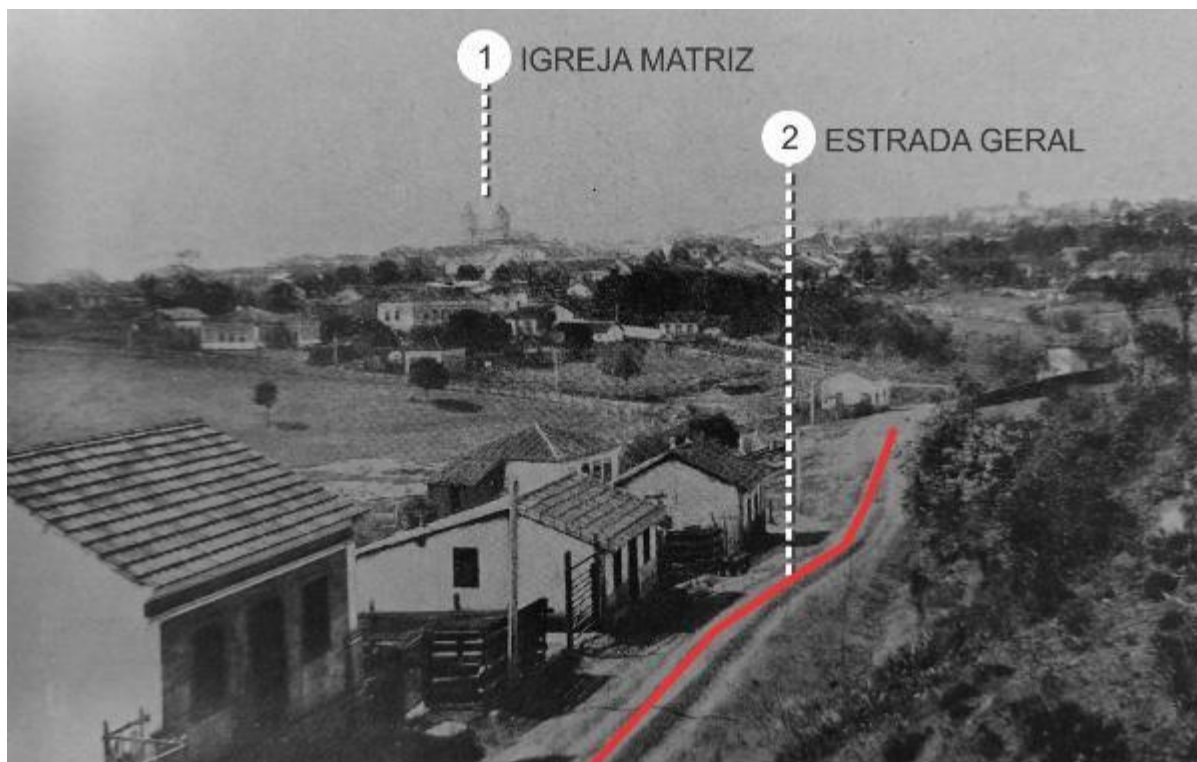
A freguesia de Faxina ficava a Sudoeste de Sorocaba, no eixo do caminho do Viamão entre Itapetininga e Apiahy, na rota que subia de Curitiba, participando do mesmo contexto mercantil e social do sul da capitania, como as duas vilas previamente analisadas. Segundo Araújo (2006), seu desenvolvimento foi impulsionado pela administração estratégica de Morgado de Mateus, que no ano de 1766, convoca interessados em povoar o pouso de Itapeva. Em documento de 1767, publicado no site do município, Antonio Furquim Pedroso reclama ao Governador, sobre a difícil tarefa de gerenciar a povoação em crescimento. Assim, Morgado de Mateus, através do ouvidor geral e corregedor da comarca de São Paulo, incumbe a Cláudio de Madureira Calheiros, Juiz ordinário da vila de Sorocaba, o estabelecimento de pelourinho para desmembramento e elevação à vila de Itapeva da Faxina, que se efetiva no ano de 1769.

Figura 30: Mapa Regional de Faxina, 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Folha de Faxina, 1927.

Figura 31: Cidade de Faxina com igreja matriz ao fundo, casas e arruamentos – 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Pela Figura 31, percebem-se as torres da igreja matriz ao fundo, em um terreno pouco íngreme, mas, mantendo-a como ponto focal principal e mais alto na vila. Assim como na vila de Sorocaba a implantação em acrópole, tipologia urbana que os Portugueses já executavam desde o período medieval, encontra a possibilidade de se aplicar na colônia. Porém, com o diferencial da ortogonalidade, que, desde sua fundação, percebe-se em seu traçado. A praça da matriz (Figura 32), com o edifício religioso mais importante da vila, cumpria seu papel de estruturação da malha urbana como nos aponta a bibliografia clássica. Esse é outro fator da recorrência de um modo português na fundação de vilas na colônia.



Figura 32: Praça da Matriz de Faxina – 1927.



Praça Coronel E. Ramos — Faxina

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

A vila de Faxina, de todas as vilas analisadas no presente trabalho neste mesmo contexto da administração de Morgado de Mateus sobre a capitania de São Paulo, foi a primeira a ganhar autonomia e se desmembrar da vila de Sorocaba. No ano desde o ano de 1766, já se encontram documentos sobre a necessidade de se elevar Faxina por conta do impulso de agentes que compunham a sociedade da vila. Em 1767 encontrou-se uma carta de Antonio Furquim Pedroso ao governador Morgado de Mateus, sobre as obras da Igreja de Faxina e as providencias que já estavam sendo tomadas para sua fundação. Diz Pedroso desculpar-se pelas inúmeras cartas dirigidas a V. Ex.<sup>a</sup> e a insistência em tomar sua atenção, mas dizia ele ter *“acabado de pilhar a igreja e agora entramos a cubrir de telha, e forrar a capela”*. Isto seria uma demonstração dos avanços na obra da matriz. Continua ele dizendo *“Estamos fazendo cazas na Rua do Triunfo com muito gasto nosso pella execução que vimos dando a nova V.<sup>a</sup>”*. Conclui ele que o Governador deveria reconhecer os esforços e dar a ela o título de vila. Aja visto que Pedroso havia nomeado Antonio de

Borba Gato e Antonio de Oliveira Barros, para trabalhar com zelo para aumento da povoação e que mandaram estes, conduzir pessoas das minas de Apiaí para este continente<sup>42</sup> (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Carta de Antonio Furquim Pedroso ao Governador Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes às obras de fundação da nova vila da Faxina”, 19 de agosto de 1767).

Figura 33: Igreja Matriz de Faxina – 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

A Igreja matriz de Itapeva, Catedral de Sant’Ana é uma edificação colonial, portanto composta pela técnica construtiva da taipa de pilão e passou por 3 grandes reformas até chegar os dias atuais. A Figura 33 retrata a matriz no ano de 1927, quando do levantamento da CGG. Ela ainda continha elementos anteriores a última reforma. Consta no site do município<sup>43</sup> que, em 1785, o Sargento Mor Felipe de Campos Bicudo, incumbido de cuidar da nova povoação, cuidou da execução da igreja. O que resta da construção colonial é a nave central, que era construída e decorada no estilo barroco colonial. A partir de 1844, a igreja foi ampliada pelos

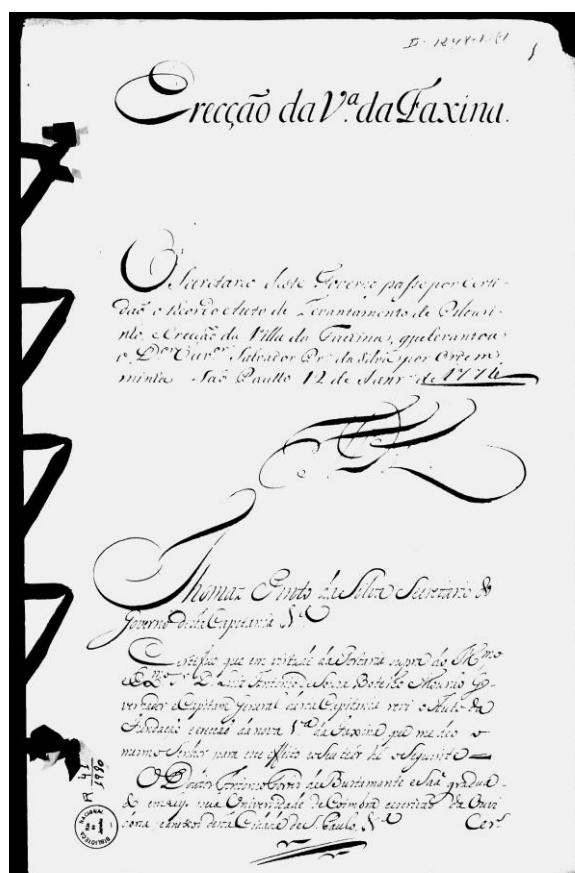
<sup>42</sup> Sig. “para este novo território”.

<sup>43</sup> Disponível em: < <http://www.itapeva.sp.gov.br/noticia/prefeitura/catedral-sant%C2%B4ana-eleita-cartao-postal-itapeva-1103/>> acessado em 12 de dezembro de 2016, às 19h.

Capuchinhos, ainda de taipa e com linhas gerais do barroco, ganhando corredores no alto para os balcões e capelas laterais. As duas torres somente foram incorporadas no final do século XIX, concluindo a primeira em 1881, já com o relógio.

Em 20 de setembro de 1769, Salvador Pereira da Silva que estava na vila de Sorocaba, impossibilitado por moléstia, envia carta ao governador dizendo não poder ir à Faxina para as elevações, também por conta da distância. Mas relata que já haviam 20 casas erguidas “em boa ordem” e a igreja já se ia fazendo, e continua “bem poderá ser que depois de lhe dar nome de Villa, cuydem os moradores no seu augmento”. Conclui que mandou executar a portaria conforme as ordens do governador Morgado de Mateus (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Carta de salvador Pereira da Silva ao Governador Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, comunicando providencias tomadas para fundação da nova vila de Faxina”, 20 de setembro de 1769).

Figura 34: Auto de Ereção da V.<sup>a</sup> de Faxina.



Fonte: Biblioteca digital Luso – Brasileira, disponível em: < <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273400> > acessado em 02 de novembro de 2016 às 16h.

No dia 26 de setembro de 1769, o escrivão e Juiz João de Madureira Calheiros escreve o Auto de ereção de Faxina:

Em virtude da Portaria supra do Ilustríssimo e Excelentíssimo D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão Governador e Capitam Geral desta Capitania reviu o Auto da Fundação e ereção da nova V.<sup>a</sup> da Faxina que me deo o mesmo Senhor para este officio e seu teor he o seguinte: Auto de fundação e estabelecimento da nova V.<sup>a</sup> denominada = Faxina = que erigio o Juiz Ordinário da V.<sup>a</sup> de Sorocaba Claudio de Madureira Calheiros pela Ordem do D. Salv.<sup>or</sup> Per.<sup>a</sup> da S.<sup>a</sup> Ouv. Geral e Correg.<sup>or</sup> desta Comarca de S. Paulo - Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e nove anos aos vinte e seis dias do mez de setembro nesta nova Povoação da Faxina aonde estava Claudio de Madureira Calheiros Juiz Ordinário da Villa de Sorocaba comigo escrivão adiante nomeado que foi eleito e juramentado para esta deligencia do estabelecimento e fundação da nova Villa, e sendo presentes no dito lugar da Faxina os Povoadores, que nella se achavão logo pelo dito Juiz Ordinário **foi dito, que ele trazia ordem e liminar do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de S. Paulo Salvador Pereira da Silva para efeito de erigir e fundar nova Villa neste mesmo Lugar aonde por impossibilidade de moléstia não podia vir a esta deligencia** o mesmo Ministro e juntamente em se achar ocupado no Real Serviço em Correiam aberta na Villa de Sorocaba motivos estes porque havia incumbido a ele Juiz esta deligencia por ter mesmo Ministro Portaria do Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Luiz Antonio de Souza Governador e Capitam General desta Capitania de S. Paulo para a fundação da nova Villa, cuja Portaria se havia copiada na mesma Ordem, que a elle juiz dera o dito Ministro para esta deligencia como contava da mesma ordem adiante neste autocopia copiada, e traslada e ela examinada que fiz por me dito Juiz Ordinario e mais pessoas que se achavão presentes neste lugar para a fundação da nova V.<sup>a</sup>, mandou apregoar em altas vozes pelo Porteiro chamado Antonio Caetano, **que declarasse se fundar a V.<sup>a</sup> neste Lugar e se erigir Pelourinho, em signal de jurisdicção para V.<sup>a</sup>** a todos constam a dita fundação e a qual se faria para augmento, e perpetuidade daquele lugar e terem as pessoas que nella já se achavão e os que adiante vierem viver no dito Lugar quem lhes administrasse justiça por ficarem muitos distantes da V.<sup>a</sup> de Sorocaba donde he agora este lugar em termo da dita V.<sup>a</sup> pela muita distancia se não podia administrar justiça, mayormente por se achar já dado principio á Igreja para a nova freguesia que indicava o mesmo lugar ter duração a sua Povoação e ficar junto da Estrada Geral que vem do Rio Grande de São Pedro do Sul por onde passão todos os negociantes que vão e vem da quelle Continente e de como **o dito Juiz Fundou a dita nova V.<sup>a</sup> denominada = Faxina = mandava fazer este Auto de ereção e fundação em que assignavam com todas as pessoas Povoadores que se achavão presentes** e o Porteiro Antonio Caetano que publicou a dita fundação eu escrivão João de Madureira Calheiros que escrevi – seguem as assinaturas (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Auto de fundação e estabelecimento da nova V.<sup>a</sup> denominada = Faxina = que erigio o Juiz Ordinário da V.<sup>a</sup> de Sorocaba Claudio de Madureira Calheiros pela Ordem do D. Salv.<sup>or</sup> Per.<sup>a</sup> da S.<sup>a</sup> Ouv. Geral e Correg.<sup>or</sup> desta Comarca de S. Paulo”, grifos nossos).

Como detalhado pelo escrivão, D. Luis Antonio de Souza, o Morgado de Mateus, ordenou a fundação da vila de Faxina. Por ordem do Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Salvador Pereira da Silva, que estava impossibilitado de se fazer presente, João de Madureira Calheiros incumbido de autoridade junto ao juiz

ordinário de Sorocaba Claudio de Madureira Calheiros e mais pessoas na vila – demonstrando ato público – o fez. Assim apregoou em altas vozes o Porteiro Antonio Caetano que declarasse se fundar vila e erigir pelourinho, em sinal de jurisdição e para aumento e perpetuidade da povoação. Também o fazia, para ter a povoação quem administrasse justiça que pela distância, Sorocaba já não o podia fazer. Isto por serem avançadas as obras da igreja já enquanto freguesia, indicando a pertinência e duração previa que tinha a sua povoação. A vila ficaria próxima a Estrada Geral que vem do Rio Grande de São Pedro do Sul, por onde passam os negociantes que de lá vem. Portanto, estava fundada a partir desta data, a nova vila de Faxina, assim chamada primeiramente. Seguiu o rigor da lei e os próximos passos deveriam ser dados. Observa-se que na continuação do documento, encontra-se um dia antes do auto de fundação, aos 25 de setembro de 1769, o *“Termo de ereção e fundação do Pelourinho desta nova Villa denominada Faxina”*:

Aos vinte e cinco dias do mez de setembro de mil setecentos e sessenta e nove anos nesta Povoação da Faxina onde se achava o Juiz Ordinário Claudio de Madureira Calheiros com Ordem para fundar nova V.<sup>a</sup> e sendo ahy presentes os Povoadores do dito Lugar se **escolheu a melhor situação e terreno para fundar e levantar Pelourinho em signal de jurisdição** e logo o dito Pelourinho se levantou fazendo-se de **hum pao de ley chamado = caborehuba quadrado de quatro quinas com seus braços de pao com sua Catana em cima em signaes e insígnias** para [...] que era Pelourinho apregoado pelo dito Porteiro nomeado no auto de ereção em altas vozes = Pelourinho que levanta para signal da Fundação desta nova V.<sup>a</sup> da Faxina, e para que fosse público a todas as pessoas, mandou o dito Juiz fazer este termo de fundação e levantamento de Pelourinho, que assignavam os Povoadores que presentes se achavão, Porteiro eu João de Madureira Calheiros – seguem as assinaturas (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Termo de ereção e fundação do Pelourinho desta nova Villa denominada = Faxina”, grifos nossos).

Observa-se no documento acima, que o mesmo juiz ordinário, Claudio de Madureira Calheiros junto aos povoadores, em um dia, se escolheu a melhor situação e terreno para fundar e levantar pelourinho, em sinal de jurisdição da vila. E assim se fez. Com um pau de lei de Cabreúva, quadrado com quatro quinas e braços também de pau, aparece pela primeira vez nos documentos analisados com a figura da Catana presente em cima, com sinais e insígnias da coroa. Ficava desta forma publicamente declarado a todos que a vila ganhou autonomia. No mesmo dia se fez o termo da Casa de Câmara e Cadeia:

Aos vinte e cinco dias do mez de setembro de mil setecentos e sessenta e nove anos nesta nova Villa da Faxina onde se achava o Juiz da vila de Sorocaba Claudio de Madureira Calheiros comigo escrivão de seu Cargo adiante nomeado e sendo ahy presentes os mais Povoadores por este dito

Jiz fiz examinado como fez **o lugar mais próprio para se fundar Caza para Passos de Conselho e juntamente para Cadea e logo escolherão Rua da Candonga ser mais conveniente e acomodada na dita Rua que fica fronteando a porta da igreja** e dava os fundos para a estrada da V.<sup>a</sup> Grande de São Pedro do Sul para se conhecer que naqueles mesmos lugares havião de ser fundadas e estabelecidas as ditas Cazas para o ministerio acima declarado e de como se escolherão os ditos lugares e determinarão para este ministério mandou o dito Juiz lavrar este termo em que assignavão com os ditos Povoadores, e eu João de Madureira Calheiros (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Termo de como se escolheo lugar mais próprio e acomodado para se fundar a Caza de Camara, juntamente lugar para se fundar a Caza da Cadea”, grifos nossos).

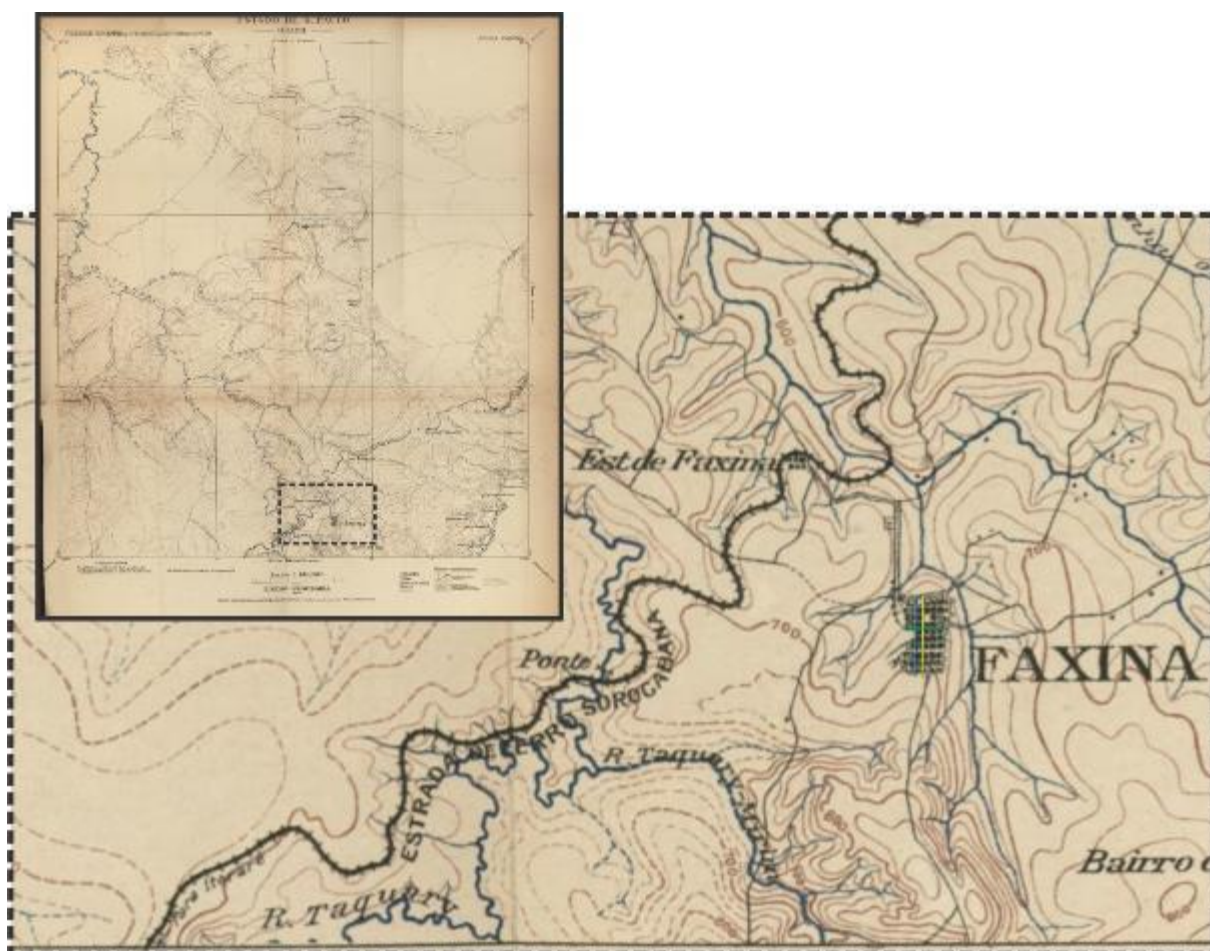
Com os mesmos agentes presentes e diante dos demais povoadores, se examinou o lugar mais apropriado para se fundar a Casa para Passos do Conselho e juntamente para Cadeia. Assim se fez na Rua da Candonga, fronteando a porta da igreja matriz e de fundos para a estrada da vila Grande de São Pedro do Sul. Assim, continuando com a tradição, se fez o termo de divisão de demarcação do território da vila:

E logo no mesmo dia mez e annoatras declarado nesta nova V.<sup>a</sup> da Faxina onde se achava presente o Juiz Ordinário da V.<sup>a</sup> de Sorocaba Claurio de Madureira Calheiros comigo escrivão de seu Cargo adiante nomeado e sendo ahy presentes os Povoadores que ahy se achavão por este dito Juiz fez dito aos mesmo Povoadores **que o termo, que havia ter esta nova V.<sup>a</sup> de Parnapitanga até o Rio de Itararé**, confessou se tinha determinado pelos Officiaes da Camara da V.<sup>a</sup> de Sorocaba como combraria da Cópia adiante do termo extraído ao livro das Ordenanças da dita V.<sup>a</sup> de Sorocaba nesta Forma compreenderia a fundição desta V.<sup>a</sup> a todas as pessoas que se achassem dentro desta divisa em limite por assim ser igualado pelos Officiaes da Camara da dita V.<sup>a</sup> de Sorocaba **em Razão desta nova V.<sup>a</sup> e nova Povoação estar até agora sujeita a jurisdição da dita Villa de Sorocaba** para que enquanto não houvessem justiças estabelecidas nesta nova V.<sup>a</sup> sempre **as pessoas comprehendidas neste novo Limite ficarão sujeitas as justiças da dita V. de Sorocaba e somente se isentaria da jurisdição da V.<sup>a</sup> de Sorocaba depois de haver nesta nova V.<sup>a</sup> governação de justiças** enquanto S. Magestade não determinasse [...] e de como o dito Juiz fez esta declaração de divisão de demarcação de termo e jurisdição, que havia de ter esta nova V.<sup>a</sup>, mandou Lavrar este termo, que assignava com os Povoadores, eu João de Madureira Calheiros escrivão que o escrevi – seguem as assinaturas (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: “Termo de divisão e demarcação do T. da V.<sup>a</sup>”, grifos nossos).

De Parnapitanga até o Rio de Itararé dever-se-iam estender os limites da nova vila de Faxina, também em acordo com a Câmara de Sorocaba, representada por seus oficiais. Estava assim a vila de Faxina, não mais sujeita à jurisdição de Sorocaba e sim, com governação de justiças próprias para todas as pessoas que se encontrassem dentro desse novo limite, congregando todos os povoados, arraiais, capelas e freguesias que antes, pertenciam a Sorocaba. Lavrou-se o termo e estava, portanto, fundada a nova vila de Faxina.

Pode-se perceber na análise morfológica proposta (Figuras 35 e 36), o traçado original da vila de Itapeva, interpretado por fontes historiográficas. O seu centro histórico atual é analisado através da imagem de satélite do GoogleMaps® de 2017. Podemos identificar a sua formação tipicamente portuguesa e própria das vilas coloniais do período, como referência para a tradição do modo de ocupação territorial, evidenciado também nas demais cidades estudadas.

Figura 35: Interpretação da morfologia urbana de Itapeva no século XVIII, sobre Mapa de 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Folha de Itapetininga, 1927.

Esforça-se na presente pesquisa para encontrar no território os elementos consolidados da formação do urbano, direcionados pelo ato fundacional já apresentado. Percebe-se que o ato fundacional, enquanto instrumento legal da consolidação da vila, impacta diretamente no traçado urbano. Isto porque no caso de Faxina, pudemos encontrar explicitamente a descrição de qual rua seria a “mais

*acomodada*” para se fundar os passos do conselho, ou seja, a casa de câmara e cadeia colonial.

A Figura 36 mostra um mapa com a inserção da cidade em um contexto regional. Ela evidencia: a praça central (polígono verde), junto à Igreja Matriz (cruz vermelha) que foi dedicada à Sant’Ana, ficando lindeira à atual rua Cel. Levino Ribeiro, evidenciada na Linha de cor verde. Também as ruas perpendiculares Dr. Pinheiro e Mario Prandini, respectivamente em Amarelo e Azul, permitem observar o paralelismo na conformação da malha urbana. Seu centro histórico caracteriza-se como principal núcleo de atividade econômica e centro administrativo até hoje, com os principais equipamentos públicos como prédios da prefeitura municipal, ministério e secretaria da fazenda, entre outros. Esses últimos relativos ao sistema político atual.

Figura 36: Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Itapeva, em mapa atual. Primeira Igreja Matriz (cruz vermelha), Casa de Câmara e Cadeia (polígono marrom) e interpretação do local onde esteve o pelourinho (ponto vermelho).



FONTE: Intervenção do Autor em imagem de satélite do GoogleMaps®.

Na Figura 36, os elementos fundacionais destacados no auto de ereção da vila, especialmente no termo da casa de câmara e cadeia, são evidenciados. A Igreja matriz, que se manteve desde sua fundação colonial, tem seu largo à frente. Suas



portas voltam-se para rua Levino Ribeiro, que por interpretação, seria a antiga Rua da Candonga, apontada no documento analisado. Como consta no termo *“o lugar mais próprio para se fundar Caza para Passos de Conselho e juntamente para Cadea [se escolheu a] Rua da Candonga ser mais conveniente e acomodada na dita Rua que fica fronteando a porta da igreja”*. Afirmativamente, o primeiro edifício para a câmara era de frente para a matriz (polígono marrom na Figura 36), não existindo nos dias atuais. Assim, pela aplicação da metodologia utilizada pela bibliografia clássica, o pelourinho (ponto vermelho) deveria estar na praça frontal da matriz.

A segunda casa de câmara e cadeia construída nos moldes ecléticos, portanto posterior ao início do século XIX, foi alocada mais abaixo do centro fundacional, na esquina da atual avenida Acácio Piedade com a rua Cel. Crescêncio (Figura 37). Atualmente é sede do 54º Batalhão da Polícia Militar do Interior.

Figura 37: Cadeia de Faxina – 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

O ato fundacional implica diretamente na morfologia urbana do período colonial. Isto estende-se até a configuração da malha urbana atual, corroborando com a ideia de que as vias são o elemento mais duradouro do tecido urbano. No caso de Itapeva da Faxina, constata-se que pouco se modificou em suas vias, desde a formação do núcleo fundacional. A cidade se possibilitou crescer através dos séculos, enquanto um organismo vivo e repleto de agentes modeladores do espaço. Seguindo assim, as

diretrizes das vias coloniais delinearam cuidadosamente a junção da freguesia preexistente ao ano de 1769, ao ato fundacional, com seus edifícios principais e seus agentes. Tudo como parte de um processo macro, que envolve desde o planejamento da Capitania com o governador Morgado de Mateus, até a escala do micro, que abarca as ações no intra-urbano e a cotidiano da vila colonial.

### 3.2.2 A vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga:

Em 1927, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo faz uma descrição da cidade de Itapetininga. Sua representação encontra-se na folha de Itapetininga, como pode-se perceber na Figura 38. Ela foi fundada como vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga pela provisão de 1º de janeiro de 1771. Em 1927, possuía uma área de 1.976 quilômetros quadrados, com uma população de 30.471 habitantes. Sua principal produção nessa época era de algodão. Já possuía assim como Sorocaba, redes elétricas, de iluminação e esgoto. A descrição da cidade de Itapetininga relata logradouros públicos ainda esparsos, mas uma condição edificada de certa importância, uma vez que estava povoada de edifícios ligados à arquitetura Eclética – sinal de progresso e modernidade que permeava o pensamento urbanístico do século XX. Entre eles, o edifício da Escola Normal de Itapetininga, esforço da política de educação pública do Governo Estadual (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.8, 9– ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Figura 38: Mapa Regional de Itapetininga, 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Folha de Itapetininga, 1927.

Figura 39: Praça da Matriz de Itapetininga, 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

Pode-se perceber na Figura 39 que a foto da praça da Matriz declara a legitimidade de uma cidade com toda a infraestrutura, edifícios e logradouros públicos bem conservados e mantidos no ano de 1927. Essa praça permanece até os dias atuais no mesmo lugar que se escolheu para a primeira igreja, dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga.

Dentro do contexto do primeiro ciclo de exploração do ouro nas Capitanias do Sul, a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga ganhou destaque, também a Sudoeste, porém, mais próxima de Sorocaba. Até meados do século XVIII, após a transferência da capital da colônia da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, a mineração já atingia seu mais alto nível. As produções de minério, significativas para a metrópole, já decresciam na região do Sul e iniciava-se o processo da região das Minas Gerais. O transporte do gado através do caminho do Viamão possibilitou destaque para um pouso no Rio Itapetininga. Bandeirantes, tropeiros e comerciantes de animais utilizavam o local para abastecimento e paragem, viabilizando importantes trocas sociais e econômicas.

Segundo o site da câmara de Itapetininga<sup>44</sup>, as primeiras investidas no território são anteriores a década de 1730, quando o coronel Cristóvão Pereira de Abreu autorizou a abertura do caminho do Sul, a motivo de escoar a produção e intensificar o comércio de mulas do Sul com a região central da colônia. Este território pertencia às sesmarias do Ituano Ângelo Cardoso dos Campos. Assim, a 12 léguas da vila de Sorocaba, às beiras do Rio Itapetininga se formou o primeiro pouso, localizado no bairro do Porto, como relata Sposatti (1962, p.253). Esse pouso não demorou, ainda segundo a autora, a desmatar as matas e saturar as terras, antes, férteis. Devido a isso, Domingos José Vieira, português empreendedor de Braga que também possuía terras para plantio em Itapetininga, participa do processo de mudança do pouso inicial para fundar, não distante, o primeiro arraial. Concomitante, sob a direção de Pascoal Leite Moraes, foram atraídos novos povoadores que passaram a residir no local. Estes dedicaram-se à agricultura e à pecuária, fazendo prosperar desde o arraial até o pouso. Foi eminente uma rivalidade de poder entre os ditos agentes. A notícia espalhou-se para a sede da vila, Sorocaba e logo chegou à São Paulo, sede da administração da Capitania.

Foi em meados de 1750 que a povoação de Itapetininga se destacou. Segundo Bonadio (1934, p.33), a ocupação linear entre Sorocaba e Itapetininga era intensa, com a sedentarização de contingentes populacionais para fins de transações comerciais das mulas e seus suprimentos.

Já como Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, ordenou no dia 17 de abril de 1768 que Simão Barbosa Franco fosse ao arraial de Itapetininga e que servisse de fundador e administrador da nova povoação nas campinas de Itapetininga, visto que já o era de Ubutucatu. Então assim o fez a 6 de julho de 1768 (SPOSATTI, 1962, p.254). Tal fato se confirma através de carta endereçada a Morgado de Mateus, de 28 de agosto de 1766, em que o capitão-mor de Sorocaba José de Almeida Leme indica o nome de Simão Barbosa Franco para diretor da nova povoação de Itapetininga e dando parte das providencias já tomadas para o povoamento da mesma (Biblioteca Digital Luso-

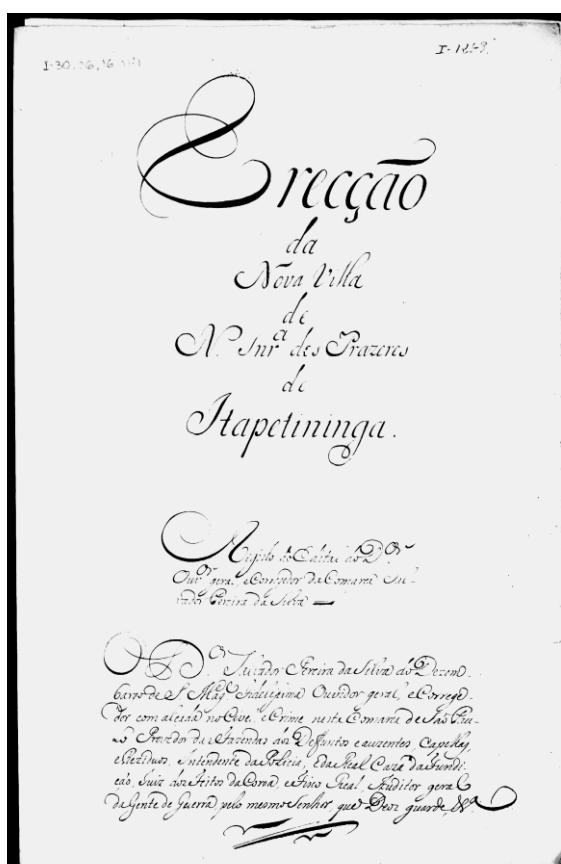
---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://camaraitapetininga.sp.gov.br/itapetininga>> acessado em 02 de novembro de 2016.

Brasileira, 28 de agosto de 1766, carta de José de Almeida Leme a D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão).

Descreve-nos Sposatti que, dois anos depois da posse de Barbosa Franco, em 4 de novembro de 1770, convoca-se um dia dedicado como ritual de missa solene para o estaqueamento do pelourinho. Presenciou no ritual, o Ouvidor Geral da Comarca e das Câmaras de Sorocaba e de Itapetininga, o zelo pelo qual cuidou Simão Barbosa Franco e guiou a povoação aos caminhos de vila (SPOSATTI, 1962, p.254).

Figura 40: Auto de Erecção da Nova Villa de N. Snr.<sup>a</sup> dos Prazeres de Itapetininga.



Fonte: Biblioteca digital Luso – Brasileira, disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273395>> acessado em 02 de novembro de 2016 às 16h.

Assim, em 7 de novembro de 1770 (Figura 40), escreve Salvador Pereira da Silva:

Faço saber a todos os moradores deste lugar e Povoado de Itapetininga, que sendo-me determinado pelo Excelentíssimo Senhor General desta Capitania defiro as providências necessárias para se erigir, e levantar Villa nesta dita povoação em cumprimento das instruções que por Sua Majestade são enviadas e não poder cumprir pessoalmente por várias dependências de Real Serviço, tinha dado confirmação ao Juiz Ordinário da Villa de Sorocaba para

cumprir e executar esta diligencia, como lhe vai encarregado na ordem por mim assinada, na petição da qual delego e amplio a jurisdição, para poder assinar Editais e fazer publicar e afixar e passar todas as ordens que forem necessárias e concernentes à Ereção da dita Villa determinando os dias que forem precisos para o ajuntamento dos moradores, declarando o que nelle se há de executar na denominação della **por editaes separados para o levantamento de Pelourinho, lugar para os Passos do Conselho e Cadea, damarçam do Rocio, Repartição do Termo com o da dita vila de Sorocaba**, e para se proporem os juizes e mais Officiaes da Camara que hão de reger a dita Villa, pelo que mando através os moradores do dito Lugar e Povoação e o que nelle se acharem a publicação desta heobedeção e cumprão todas as suas Ordens e mandados [...] (BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA, Auto de Ereção da Nova vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, 7 de novembro de 1770, grifo nosso).

Pelo descrito acima, o edital de ereção de Itapetininga foi escrito pelo desembargador e ouvidor geral do Rei, Salvador Pereira da Silva, no dia 7 de novembro de 1770. Continuando a análise do documento, podem-se observar a continuação do texto culminando nos excertos: *“Registro do Edital do Juiz Ordinário Antonio Madureira Calheiros”, este “Republicano na villa de Sorocaba, nella e seu termo, Juíz Ordinário”, como consta na descrição; “Auto de fundação e estabelecimento da nova Villa denominada Itapetininga, que erigio o juiz ordinário da Villa de Sorocaba Antonio de Madureira Calheiros por ordem de D. Salvador Pereira da Silva procurador geral e corregedor da Comarca de São Paulo”; “Copia da Ordem que deo o procurador geral e corregedor desta Comarca de São Paulo Salvador Pereira da Silva ao Juiz ordinário da Villa de Sorocaba Antonio de Madureira Calheiros para fundar a nova vila chamada Itapetininga”; “Termo de ereção e fundação do pelourinho desta nova Villa denominada Itapetininga”; “Termo de como se escolher lugar mais próprio e acomodado para fundar a Caza da Câmara, e juntamente lugar para se fundar a casa de Cadeia”; “Termo de divisão, e demarcação do Termo da vila” e “Termo de demarcação do Rocio da Villa para logradouro dos povoadores dela” (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 7 de novembro de 1770, auto de Ereção da Nova vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga).*

Neste documento encontra-se metodologicamente estabelecido o modo de fazer e se fundar vila, no contexto da administração portuguesa da colônia. No que se pode ler ademais, no documento analisado, encontra-se no termo de fundação do pelourinho com os seguintes descritos:

Aos cinco dias do mez de novembro de mil setecentos e setenta anos nesta nova Povoação de Itapetininga, onde se achavão o Juiz Ordinário Antonio de Madureira Calheiros **com ordem para fundar esta nova Villa** sendo presentes o vereador Antonio Monteiro e Abreu e o procurador do conselho

o tenente Antonio Garcia Fontoura comigo escrivão adiante nomeado e o povoador do dito lugar, a hy **sescolheo a melhor situação, e terreno para fundar e levantar Pelourinho** se levantou fazendo-se de um pao de jacarandá aparado com quatro faces, com as quatro quinas também lavradas com alfrange de pao em cima com seus ganchos também de pao [...] **Pelourinho que se levanta para signal da fundação dessa nova Villa de Itapetininga** e para que fosse publico a todas as pessoas – assinavam todos (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 5 de novembro de 1770, “Termo de ereção e fundação do Pelourinho desta nova Villa denominada Itapetininga”, grifos nossos).

Dois dias antes de Salvador Pereira da Silva escrever o auto de ereção da vila de Faxina, no dia cinco de novembro de 1770, estavam presentes Antonio de Madureira Calheiros, Juiz ordinário de Sorocaba e escrivão, o vereador Antonio de Garcia Fontoura e o povoador da nova vila de Itapetininga. A ordem, vinda do governo de Morgado de Mateus, mandava se escolher a melhor situação e terreno para se fundar e levantar pelourinho. Fez-se de um pau de jacarandá com quatro faces e ganchos, entalhados com alfanje. Este se faria como ato da fundação dessa nova vila de Itapetininga para que se tornasse público a todas as pessoas em sinal de jurisdição estabelecida.

Na continuação do mesmo documento, um dia depois, percebem-se relatado que estavam reunidos os mesmos agentes, juntamente com os demais povoadores, ou seja, habitantes da dita povoação – demonstrando ato público – a fim de escolher “*lugar mais próprio*” para se fundar a Casa de Câmara e Cadeia:

Aos seis dias do mez de novembro de mil setecentos setenta anos nesta vila nova de Itapetininga onde se achava o Juiz Ordinário da vila de Sorocaba Antonio de Madureira Calheiros e o Vereador Antonio Monteiro e Abreu e o Procurador do Conselho e Tenente Antonio Garcia Fontoura, comigo escrivão adiante nomeado, e sendo presentes os mais Povoadores, por Me dito Juiz fiz **examinado com estes o lugar mais próprio para se fundar caza para Passos do Conselho, e juntamente para Cadea e logo escolherão fronteando o mesmo Pelourinho** para a parte do Norte, e demarcação o dito lugar, pondolhe quatro paos nos quatro cantos que destes há de ser da Caza dos Passos do Conselho e Cadea, cujos ficarão fincados para signal, e a todo o tempo estarão a se reconhecer que naquelles mesmos lugares havião de ser fundadas e estabelecidas as ditas Cazas [...] (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 6 de novembro de 1770, “Termo de como se escolheo lugar mais próprio e acomodado para se fundar a Caza da Camara e fundamentalmente lugar para se fundar a Caza de Cadea”, grifos nossos).

A Casa de Câmara e Cadeia, por aprovação de todos, seria fundada em frente ao pelourinho alinhado com sua face Norte, colocando quatro estacas para delimitar seu terreno. Estes serviriam de marco para sempre se reconhecer que exatamente ali, deveriam ser fundados os Passos do Conselho.



Outro documento fundamental, enquanto fonte primária estudado é o “*Termo de divisão do Termo da Villa*”, que segue na continuação da fonte analisada:

E logo no mesmo dia, mez e anno atrás escrito e declarado nesta nova Villa de Itapetininga, onde se achava presente [...] a hy depois de haver precedido Edital **para efeito de se fazer a divisão e demarcação do termo da Villa** estando presentes os Povoadores dele ahy pelo dito Juiz foi dito aos mesmos Povoadores, que o termo que lemíta esta nova Villa era do Rio Sarapohy até os Rios de Parnapitanga, que serve de devizão ao termo da Villa da Faxina, que principia do dito Rio, ficando pertencendo também os moradores das minas de Paranapanema na mesma forma todos os que se acharem dentro do lemíte desde o dito Rio Parnapitanga e minas de Paranapanema té o Rio Sarapohy que serve de divisão ao termo da Villa de Sorocaba, e ouvido o Vereador Antonio Monteiro e Abreu e o Procurador da Camara o Tenente Antonio Garcia Fontoura da V.<sup>a</sup> de Sorocaba, que se achavão presentes para dizerem a duvida que se lhes oferecesse nesta divisão respectiva ao termo que se lhe deminue a V.<sup>a</sup> de Sorocaba, responderão erão contentes com a d.<sup>a</sup> divisão, e se desaforavão de todo o poder e domínio que tinham no d.<sup>o</sup> termo, e somente ficarião sugeitos os moradores dele às justiças daquella V.<sup>a</sup> de Sorocaba na forma que em té aqui erão em quanto nesta Villa não houvessem justiças, que governassem na Republica, e S. Mag.<sup>e</sup> não determinasse o Contrario, e de como o dito Juiz fes esta declaração em adjunto com os sobreditos Officiaes da Camara acima mencionados da divisão e demarcação do termo, e jurisdição, que havia de ter esta nova Villa, mandou lavrar este termo que assignavão com os ditos Officiaes da Camara e Povoadores – seguem as assinaturas (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 6 de novembro de 1770, “Termo de divisão do Termo da Villa”, grifos nossos).

No mesmo dia em que se escreveu e estabeleceu a fundação dos Paços do Conselho e a instituição da Câmara de Vereadores – com a aprovação dos mesmos agentes que estavam reunidos ainda junto ao povo – se fez a legitimação do desmembramento e novo Termo da nova vila de Itapetininga. Isto é, os limites tiveram que ser redefinidos entre a vila de Sorocaba e a vila de Itapeva da Faxina, já existentes. Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga desmembrou-se do território de Sorocaba. Sendo assim, pelo documento acima, o território sob jurisdição de sua nova Câmara, iria desde o Rio Parnapitanga<sup>45</sup> e Minas de Paranapanema, até o Rio Sarapohy<sup>46</sup>. Assim, foram ouvidos o vereador Antonio Monteiro e Abreu e o procurador da Câmara de Sorocaba e Tenente Antonio Garcia Fontoura para ficar declarado, registrado e juramentado que estavam de acordo com os novos limites estabelecidos. Isto porque Sorocaba perderia boa parte do território sob sua jurisdição, com outras povoações, arraiais, capelas e freguesias dentro, que passariam a partir desse momento, a pertencer à Itapetininga.

---

<sup>45</sup> Hoje Rio Paranapitanga.

<sup>46</sup> Hoje Rio Sarapuí.

No dia seguinte, aos sete de novembro de 1770, estavam novamente reunidos os mesmos agentes, homens bons que ditavam o *modus operandi*, para efetuar a demarcação do Rocio. Por este termo, anexado ao documento, percebe-se mais uma vez o cumprimento da hierarquia de elevação a vila, descritos por autores já analisados, como Murillo Marx (1991).

Aos Sete dias do mez de novembro de mil setecentos e setenta anos nesta nova Villa de Itapetinga, onde se achava o Juiz Ordinário da Villa de Sorocaba Antonio de Madureira Calheiros, em adjunto com o vereador Antonio Monteiro e Abreu e o Procurador do Conselho e Tenente Antonio Garcia Fontoura comigo escrivão adiante nomeado, e mais Povoadores, por Me **fiz demarcado Rocio que devia ter esta Villa nova para logradouro dos habitantes della fundarem suas cazas querendo, sem pensão de foro algum** por ser a intenção de V. Magestade fidelíssima que as Povoações tenham augmento e logo **com huma corda que se lançou do lugar em que estava o Pelourinho levantado para aparte do Norte se medio setecentas e cincoenta braças de terras** e no fim se lhe pos hum marco de pao jacarandá **e da mesma forma para a parte do Sul outras setecentas e cincoenta braças** e no fim se lhe pos hum marco de pao jacarandá e assim mais **para a parte do Leste se medio outras setecentas e cincoenta braças** e no fim se lhe pos hum marco de pao jacarandá e para **a parte de Oeste se medio outras setecentas e cincoenta braças**, que as completou em hum pao de jacarandá do campo que dele se fez marco pondo lhe huma cruzno dito pao para a parte do Leste **que ao todo vem a ser as terras do Rocio desta Villa meya legua em quadra, fazendo pião no Pelourinho**, e para seus moradores com a dita medição e demarcação mandou o dito Juiz publicar e afixar o sinal para se fazer a referida demarcação do dito Rocio de que de tudo para assim constar mandou o dito Juiz lançar este termo em que assignavão com os ditos Oficiaes da Camara e Povoadores - seguem as assinaturas (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 7 de novembro de 1770, "Termo de demarcação do Rocio da Villa para logradouro dos Povoadores della", grifos nossos).

Este talvez seja o mais interessante documento de como se operava no ato de demarcação do Rocio. O Rocio, como mencionado no documento acima, serviria para "*logradouro dos habitantes della fundarem suas cazas*" na vila, ou seja, as terras para serem aforadas pela Câmara. No entanto, por ser intenção de V. Magestade – o governador - afim de impulsionar a vinda de moradores e proporcionar o aumento da vila, não se cobraria foro algum, ao menos, inicialmente. Assim se fez: de posse de uma corda amarrada ao pelourinho como pivô central, se entendeu para os quatro pontos cardeais, Norte, Sul, Leste e Oeste, setecentas e cinquenta braças (1.371,6m), seguindo a medida das ordenanças Reais, afixando em cada extremo uma estaca de pau de Jacarandá. Ao todo deveria o Rocio conter meia légua em quadra (2.414,0m x 2.414,0m). Estavam dessa forma cumpridos todos os rituais de fundação e a vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetinga ganhava sua autonomia política, administrativa, econômica e clerical.

Interpreta-se que a igreja matriz, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga de 1927, que está retratada na Figura 41 manteve a posição inicial do primeiro templo, mas não é a primeira igreja fundada no século XVIII, tão quanto a atual. Na década de 1940, um novo templo maior e com características da arquitetura Românica, teve sua construção iniciada.

Figura 41: Igreja Matriz de Itapetininga – 1927.



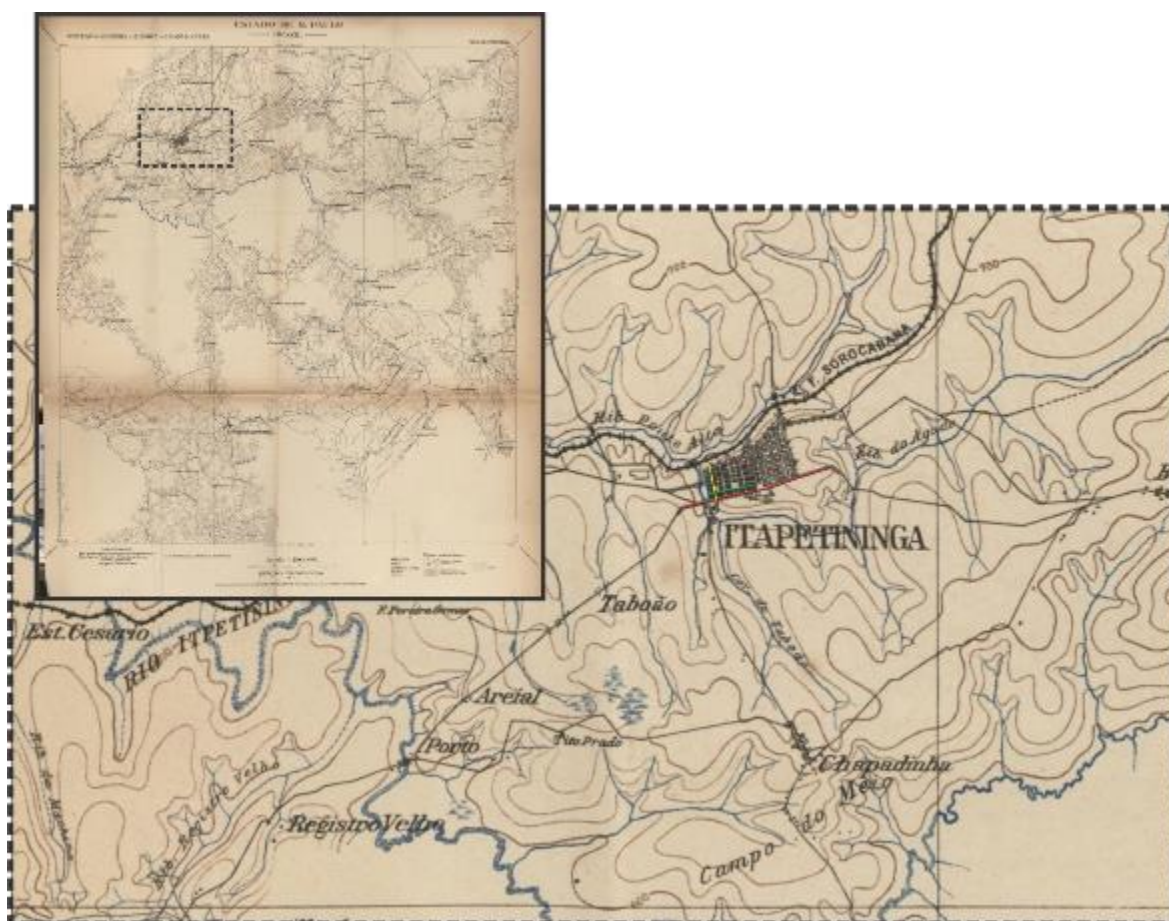
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927.

No ano de 1771, Simão Barbosa Franco presta juramento de Juiz Ordinário da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga ao Ouvidor e Corregedor da Comarca de São Paulo, Doutor Salvador Pereira da Silva. Continua explanando-nos Sposatti (1962, p.254) que alguns meses depois, aos 3 de março seguinte, deferiu juramento para outro Juiz Ordinário, o Alferes Domingos José Vieira e nomeou-se os oficiais da nova câmara: José Rodrigues Guimarães, Miguel Fernandes de Abreu, Sebastião Rodrigues de Quevedo e Bernardo José Tavares como procurador. Anexou-se também ao território da vila de Itapetininga, o arraial de Paranapanema a pedido de seus moradores, por despacho de Morgado de Mateus, de 15 de abril de 1771.

Uma das requisições da Câmara já constituída foi nomear o primeiro Capitão-mor de Itapetininga, o Salvador de Oliveira Leme – o Sarutaiá – morador de Sorocaba, porém nascido em Itu. Firmada nomeação pelo escrivão João de Madureira Calheiros, em representação de 17 de março de 1782 e por Carta Patente do Capitão General Francisco da Cunha Menezes, de 26 de agosto de 1785, confirmada por Carta da Rainha Dona Maria I, de 17 de outubro do mesmo ano. Alguns anos depois Sarutaiá veio a ser Capitão-mor também de Sorocaba, onde faleceu em 1802. Em 3 de dezembro de 1789, foi nomeado o primeiro Sargento-mor da vila de Itapetininga, Salvador de Oliveira Aires.

O rápido crescimento do povoado com a circulação da mercadoria – o gado – permitiu o fomento e crescimento da vila com um arruamento peculiar, a quadrícula ortogonal. Isso pode ser percebido na análise morfológica da Figura 42.

Figura 42: Interpretação da morfologia urbana de Itapetininga no século XVIII, sobre Mapa de 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Folha de Itapetininga, 1927.

Na análise morfológica de Itapetininga, se utilizou a cartografia de 1927 (Figura 42) do núcleo fundacional da cidade de Itapetininga e o mapa de satélite de 2017, retirado do site GoogleEarth®, da mesma área (Figura 43).

Figura 43: Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Itapetininga, em mapa atual. Igreja Matriz (cruz vermelha), Casa de Câmara e Cadeia (polígono marrom) e interpretação do local onde esteve o pelourinho (ponto vermelho).



FONTE: Imagem de satélite de Itapetininga do GoogleMaps®, 2017.

Aplicando a metodologia proposta, podemos observar na Figura 42 e 43 a presença das ruas destacadas com as mesmas cores segundo suas localizações, a Estrada Geral, em vermelho, que era a principal rota de ligação a Nordeste para a vila de Sorocaba; hoje rua Expedicionários de Itapetininga. Ela fica, como em 1886, perpendicular à rua destacada em amarelo. A Igreja Matriz Nossa Senhora dos Prazeres já não é mais a primeira, mas permanece no mesmo local, no alinhamento da Rua Lopes de Oliveira, está destacada em polígono vermelho; hoje rua Lopes de Oliveira. Da praça central restaram dois espaços em meio à mancha urbana, em polígono verde. O pequeno ponto em destaque é a possível localização do primeiro pelourinho da cidade. Pode-se observar também, que pouco se alterou do paralelismo das ruas originais, mantendo-se muito do traçado primitivo da fundação. Hoje muitos

edifícios são percebidos na mancha urbana, o que acabou reduzindo a área da praça central, centro aglutinador e estruturador do espaço urbano.

Na Figura 44, abaixo, podemos ter uma ideia do que foi o núcleo fundacional da cidade de Itapetininga, a partir de uma maquete elaborada sobre fontes primárias, que está disponível no museu histórico da cidade. Claramente se observa ao fundo a atual Igreja Matriz com a praça central, demarcada nos mapas anteriores. Ao lado temos a praça do pelourinho, com as características da tradicional vila colonial portuguesa. No canto superior esquerdo observa-se a Estrada Geral do Sul, principal ligação com o caminho do Viamão, para Sorocaba e no sentido oposto, para o Sul.

Figura 44: Maquete interpretativa do núcleo fundacional de Itapetininga.



FONTE: Museu Histórico de Itapetininga. Fotografia de Fábio Barros disponível em: <<http://cidade3d.blogspot.com.br/2012/11/maquete-fundacao-de-itapetininga.html>> acessado em 20 de fevereiro de 2017 às 22h.

Quando se comparam as Figuras 42, 43 e 44, pode-se compreender que a regularidade do traçado, no caso de Itapetininga, é um elemento que se manteve. Quando se analisa o auto de ereção da casa de câmara e cadeia, percebe-se que o pelourinho e os paços do conselho estavam frente-a-frente. Trazendo essa informação para a aplicação na cartografia histórica e o mapa atual da cidade,

compreende-se que o núcleo funcional está intimamente ligado a forma urbana da cidade, que cresceu a partir do centro e teve a aplicação de seu ato fundacional enquanto definidor da forma urbana.

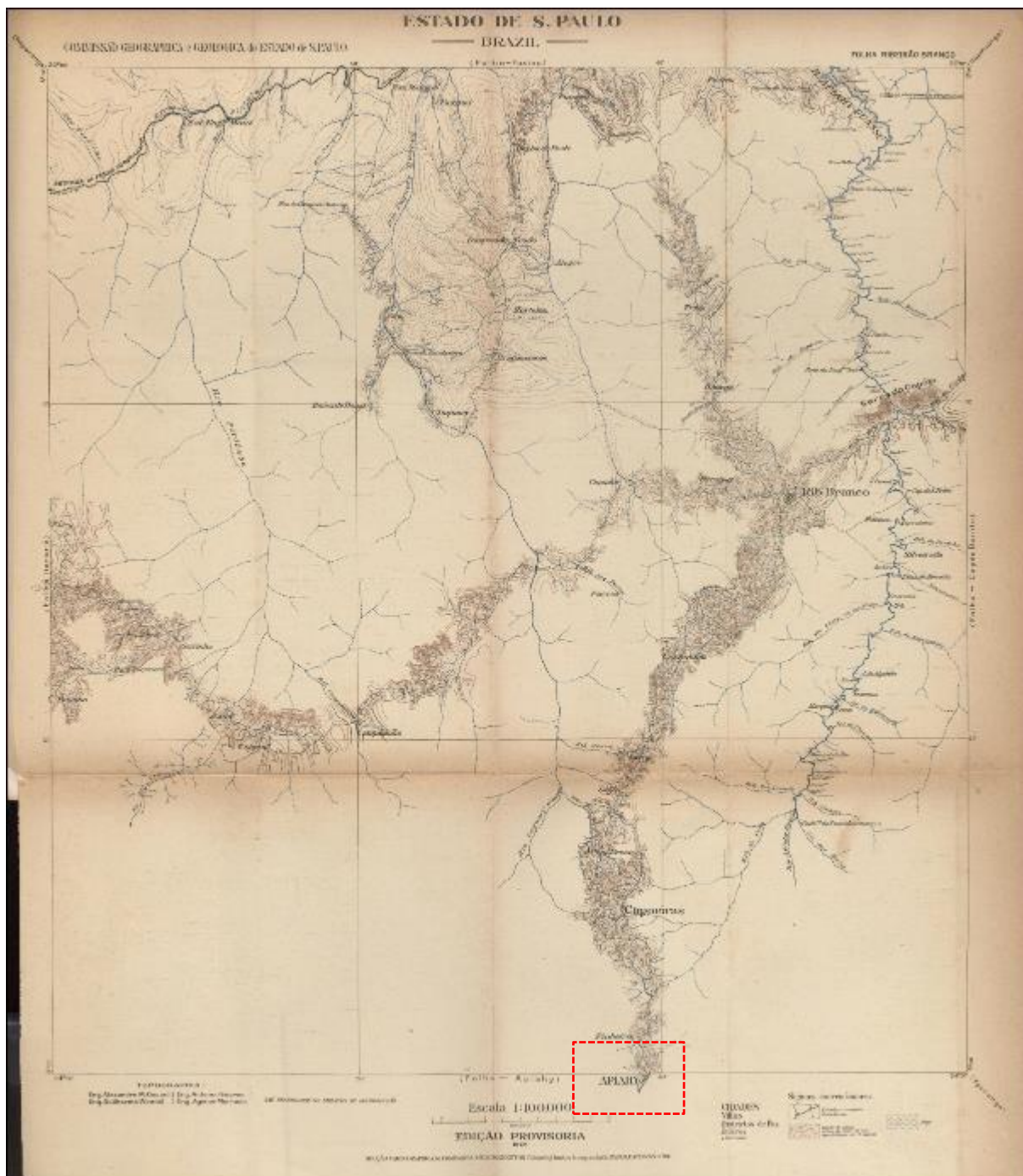
### 3.2.3 A vila de Santo Antonio das Minas de Apiahy:

Em 1927, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo faz uma descrição da cidade de Apiahy. Sua representação encontra-se na folha de Ribeirão Branco, como pode-se perceber na Figura 45. Ela referenciava-se através da estrada de rodagem de caminho ao Sul, no vale do rio Ribeira de Iguape. Essa mesma estrada foi o caminho de ligação às regiões do Sul desde o século XVII, o caminho do Viamão. “A eterna questão do ouro foi o que deu origem a fundação dessa cidade e ao povoamento da região” apontavam os escritos (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.11 – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Santo Antonio das Minas de Apiahy, assim primeiramente chamada a povoação, foi elevada a vila sobre as expectativas auríferas em 23 de março de 1771, por D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Sua região de serra é muito montanhosa, sendo que o ponto focal da Serra do Capote chega a 1.200 metros de altitude. Provavelmente devido ao tamanho e população relativamente menores em relação às outras cidades, não se encontra vasta explanação da cidade de Apiahy. Mas em todo o conteúdo analisado é a única cidade que contempla menção, quando de sua fundação, em um contexto da administração do Governador Morgado de Mateus no século XVIII (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1927, p.11 ).

Em Apiahy existem dois ribeirões de nome Água Limpa, um deles na face Sul do morro denominado “Morro do Ouro”. Ao longo dele, aos pés do morro, nasceu o primeiro assentamento de Apiahy, conhecido como “Pião”. Esse assentamento, de capela constituída, como nos conta Luz (1996, p. 39, 40), perdurou até a metade do século XVIII, com a exploração do Morro do Ouro estritamente por parte da coroa.

Figura 45: Mapa Regional de Apiahy, 1927.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Registros feitos pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Folha de Ribeirão Branco, 1927.

Segundo Luz, o povoado de Apiahy, já nas primeiras décadas do século XVIII, vinha chamando a atenção dos governadores. Primeiro o governador capitão-mor Antônio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732) e depois Antônio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas (1732-1737), que, assumindo a direção da capitania, estendia



seus olhares para a produção do ouro de Apiahy, sem descuidar do recebimento dos devidos impostos (LUZ, 1996, p.30).

Este contexto confirma o que foi apresentado na obra de Reis (2013, p.101), quando demonstra a importância da mineração em Apiahy, no contexto de extração do ouro nos territórios da Repartição Sul da colônia. No início do século XVIII, Apiahy já se constituía como importante núcleo de extração do ouro e ganhava as atenções da Coroa Portuguesa.

O território do Paiolinho, pertencente às sesmarias de Anna Marta Duarte, foi dedicado ao orago Santo Antonio de Pádua, firmado como de sua posse pelos registros paroquiais. No inventário de Anna Marta Duarte, processado no ano de 1871 pela Comarca de Itapeva da Faxina, suas terras não foram arroladas nem partilhadas entre seus filhos, os quais, alguns anos depois por escritura pública, ratificaram a doação feita pelo casal de Anna Dias Duarte com Lourenço Dias Baptista. Posteriormente, suas terras viriam a ser demarcadas como próprias da Irmandade de Santo Antonio das Minas de Apiahy. Assim a vila e cidade de Apiahy com seus bairros periféricos Sumidouro e Pinheiros cresceram e se desenvolveram justamente sobre as terras do sítio “Paiolinho”, doado ao padroeiro Santo Antonio (LUZ, 1996, p.35)

Em 1720, o governo da Capitania de São Paulo perde o controle administrativo da região das Minas Gerais. Com isso, os descobertos no Paranapanema mereceram atenção.

No ano de 1728, o governador Caldeira Pimentel, em visita ao arraial, deu posse a um corpo burocrático, normatizou as atividades mineratórias e estabeleceu a cobrança do “Donativo Real”. Nesta época estavam presentes na região 947 bateias e geravam 2,5 arrobas de ouro. Em 1732, com o início do declínio da produção aurífera, listavam-se 475 pessoas entre livres e cativos, colocando-se a hipótese da relação com a diminuição da produtividade dos garimpos em Paranapanema. Segundo Valentin, que na década de 1730, ocorre um deslocamento dos mineradores do arraial de Nossa Senhora de Conceição do Paranapanema (VALENTIN, 2000, p.2, 3). Segundo o autor, dentre os documentos por ele analisados, existe uma lista de moradores feita em 1732, com o objetivo de fornecer bases tributárias para a região (VALENTIN, 2002, p.2, apud. OLIVEIRA, 1989).

Com a redução da produção do ouro no assentamento do “Pião”, a população migrou e se juntou a outro núcleo formado em torno da capela de São Benedito, local hoje denominado de vila Velha. Os vestígios deste segundo assentamento podiam ser constatados até os anos de 1950 através de ruínas, que se localizam hoje no bairro de Cordeirópolis. Foi nesse lugar que a partir da instauração do quinto, pelo Rei D. Fillipe II, se estabeleceu a casa do Registro.

Em 1737 relata-nos ainda Valentin (2000, p. 3), que os moradores fazem petição para isenção da cobrança dos Donativos Reais estabelecida em 1728. Neste mesmo ano, Luz (1996, p.30) relata em uma perspectiva contrária, que a exploração de ouro em Apiahy estava em franca evolução, ensejando em 2 de julho de 1737 a formação da freguesia. Observando a perspectiva e dados de Valentin, durante as três décadas que seguiram, a povoação de Apiahy encontrava-se em declínio.

No ano de 1765, o então Capitão Mor Francisco Xavier da Rocha registrava a presença de apenas 123 pessoas livres. Em documento datado de 28 de setembro de 1767, dois anos após Morgado de Mateus assumir o Governo, demonstrando as atividades mineratórias restritas, em um documento de sua secretaria questionava-se o secretário sobre a pouca quantidade de ouro produzida em Apiahy e a destinação dada a estes minérios (VALENTIN, 2000, p.3).

Os preparativos para a efetivação da elevação de Apiahy estavam acontecendo. São vastos os números de cartas trocadas entre o Governador D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, com diversos agentes, entre capitães-mores, sargentos e Figuras que participaram do processo de elevação da vila. Assim, segundo um termo de justificação, no dia 30 de maio de 1771 o capitão-mor e regente, nomeado guarda-mor das minas Garcia Rodrigues Pais, deu comissão ao sargento-mor Custódio Francisco Pereira para inquirição de testemunhas sobre o aumento da nova vila de Apiahy (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 30 de maio de 1771, termo de justificação de Garcia Rodrigues Pais a Custódio Francisco Pereira). Encontrou-se ainda, uma carta de 27 de julho de 1771, em que Francisco Xavier da Rocha se comunica com o governador Morgado de Mateus, agradecendo-lhe sua nomeação para capitão-mor da vila de Santo Antônio das Minas de Apiahy (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 27 de julho de 1771, carta de Francisco Xavier da Rocha a D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão).

Assim, a 14 de agosto de 1771, por ordem deste governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, a freguesia foi elevada a vila, no contexto de uma política de formação da rede de freguesias e vilas no território da capitania:

“Porquanto S. Mage. que Deosgde foi servido ordenar-me nas Instruções de vinte e seis de Janeiro de mil setecentos e sessenta e cinco e em outras ordens que ao depois fui recebendo, que era muito conveniente ao seu Real serviço **que nesta Capitania se erigissem Villas naquelas partes que fossem mais convenientes, e que a ellas se congregassem todos os vadios e dispersos, ou que morem em citios volantes, para morarem em Povoações civil em que se lhes pudessem administrar os sacramentos e estivessem promptos para as ocasiões do seu Real serviço;** e porquanto me consta que **a povoação de Piahy hé lugar acomodado para se levantar em Villa porque se acha em grande distancia de Villas que tenham justiças e não podem estas satisfazer as suas obrigações,** seguindo-se todos aqueles inconvenientes que desta falta, costumão seguir aos Povos” (Carta de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão ao diretor do povoado, apud. LUZ, 1996, p.30, grifo nosso).

Nesta ordem, o governador ordenava fundar a vila levantando pelourinho e formando seu termo:

“[...] ordeno ao Sargento Mor Custodio Francisco Pereira que junto com o Official de mayor posto que houver naquele continente, **fação erigir em Villa a dita Povoação levantando-lhe pelourinho e sinalando-lhe termo, e assim nomearão as pessoas mais capases para Juizes, Vereadores,** Procurador do Conselho e Escrivão, que com a nomeação dos ditos se recorrerá á secretaria deste Governo para se lhes passar Provisão. O que tudo obrarão conforme aqui determino, que he o mesmo que me facultão as ordens de S. Magestade acima apontadas. São Paulo a quatorze de Agosto de mil setecentos e setenta e um”. (Carta de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão ao diretor do povoado, apud. LUZ, 1996, p.30, grifo nosso)

Como ponto participante da rota do Viamão, a freguesia de Apiahy que ficava na rota que descia a Sudeste de Itapeva, constituía ponto focal e estratégico na lógica administrativa de Morgado de Mateus. Principalmente no que diz respeito a constituir os limites entre o Paranapanema e Iguape. Fato esse que, registrado em carta no dia 19 de setembro de 1772, fez com que a câmara de Iguape enviasse carta ao governador Morgado de Mateus, assinalando preocupação com os limites entre Iguape e Apiahy. Tratavam eles da insistência de Custódio Francisco Pereira na criação da vila de Apiaí (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 19 de setembro de 1772, carta da câmara de Iguape a D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão).

Afirma Luz (1996, p.32) que, seguindo as ordens de Morgado de Mateus, passo a passo, consolidou-se de fato e de direito a emancipação da Villa. As estruturas obrigatórias para administração civil se tornam possíveis com a instalação da Câmara,

nomeação e posse dos Juízes Presidente e Ordinário, dos Vereadores, do Procurador do Conselho e do Escrivão, prosseguindo-se na execução dos atos de pura administração. Lembra-nos o autor que tudo deveria ser realizado com observância do Código das Ordenações do Reino, que reunia as leis emanadas de Portugal e ditava o modo com o qual deveriam ser executadas. Porém afirma o autor que “na realidade a colônia desconhecia-o ou simplesmente ignorava-o. Predominava o direito costumeiro. Os vereadores, os juízes, os procuradores, na medida do que conheciam as coisas, se valiam do bom senso, à falta de texto escrito” (LUZ, 1996, p.32).

O encarregado, segundo o ofício de Morgado de 14 de agosto de 1771, para cumprir com as ordens foi o Sargento Mor e então Juiz Presidente da Câmara Custódio Francisco Pereira. Assim, como mandava o modo português, nomeou cinco oficiais para vereadores da câmara. Com o livro de registros de 1774, Francisco Pereira registrou juramentos e posses solenes de todos os funcionários da câmara, compondo o quadro de sua administração. Foi com Francisco Pereira que as obras de conclusão da Igreja Matriz da vila de Apiahy estava em vias de ser concluída. Isto pode ser observado em carta, do dia 25 de outubro de 1774, quando o capelão Cláudio Furquim Pedroso de Alvarenga protesta ao governador Morgado de Mateus através de uma carta, contra a publicação de uma suspensão a Custódio Francisco Pereira, demonstrando preocupação em logo acabar a construção do “templo” (Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 25 de outubro de 1774, carta de Cláudio Furquim Pedroso Alvarenga a D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão).

Com o fim da administração de Morgado de Mateus (1765 – 1775) e início do governo de Martin Lopes Lobo de Saldanha (1775 – 1782), consolida-se o período do auge aurífero da vila. A partir da década de 1770, com a exploração do Morro do Ouro, a população total da vila que 1776 era de 434 pessoa, passa para 819 habitantes em 1784. Durante sua gestão, Lobo de Saldanha envia uma série de correspondências ao corpo militar e membros da câmara, exigindo rigor no cumprimento das ordens sobre a ocupação e exploração das fontes minerais, atingindo o auge de exploração do morro em 1780 (VALENTIN, 2000, p.4).

Outro livro, o de registro de atos privativos do juiz presidente, foi aberto em 1778. Um terceiro livro, o livro das “correições”, foi posto em uso. Mas foi no livro das

receitas e despesas da câmara, onde se registrou a fundação do Pelourinho e demarcação do Rocio e assim menciona Luz:

O pelourinho fôra fixado na praça fronteira da Igreja Matriz, hoje nominada praça Francisco Xavier da Rocha. O Rocio, por sua vez, representava o perímetro urbano da Villa, suas terras privadas, seu Patrimônio natural, a contar daquele tempo e que deverá manter-se para sempre, podendo variar em sua extensão, pois ele é a essência da constituição do município brasileiro (LUZ, 1996, p.33, 34).

Nessa época, o nome da vila estava em constante variação. Encontram-se registros de Santo Antonio das Minas de Apiahy – como primeiro batistério, primeiros termos de posse, primeiros termos de despesas e prestações de contas, primeiros atos privativos do Juiz Presidente da Câmara – depois vila Nova de Santo Antonio de Apiahy, em posteriores termos lavrados. Após o a delimitação o Rocio encontra-se Santo Antonio de Apiahy e por fim, Villa de Apiahy depois do termo de afixação do pelourinho e demarcação do Rocio, datado de seis de agosto de 1797 (LUZ, 1996, p.41).

Coube a Francisco Xavier da Rocha, ainda segundo o mesmo autor, a solene reunião do ato fundacional, que curiosamente ocorre somente em 1797 – já no governo de Castro e Mendonça (1797-1802) – dos oficiais da câmara e registro para a posteridade do “Termo de Vereança”, marcando a mudança do pelourinho do primeiro assentamento e esforçando em se firmar como fundador da vila:

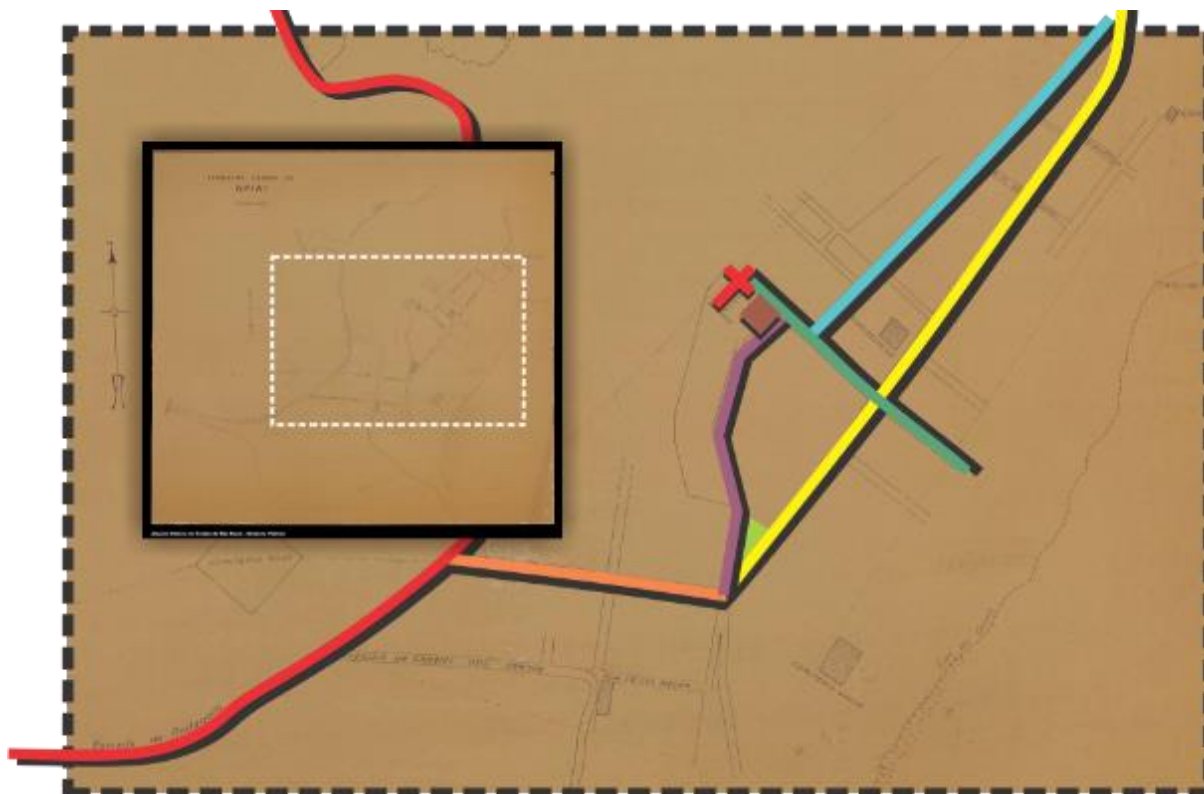
“Aos seis dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e sete nesta Villa de Santo Antonio de Apiahy em os passos do Conselho onde foi vindo o Juiz Presidente e mais os oficiais e sendo em corpo de Camara despacharam um requerimento de Manoel Rodrigues de Mattos em que se lhe requeria que dois novilhos que lhes tinham coinado por entrarem nas terras lavradas depois de se publicar por edital, que todos os criadores cuidassem nos seus animais para não irem em ditas plantas, o que lhe deferiram que encurralassem os animais que forem daninhos, e assim mais mandaram chamar ao Tenente Coronel Custódio Francisco Pereira como fundador e diretor desta Villa para se mudar o pelourinho por o dito ter autoridade para o fazer o qual sendo presente concedeu e se confirmou tudo com os camaristas; **assim no lugar do pelourinho de que se assentaram que levantasse o dito pelourinho na estrada desta Villa, acima da Igreja nova onde foi o curral do Conselho, e da mesma sorte assentaram na demarcação do Rocio em quatro a saber o primeiro marco do Pelourinho**, do Pelourinho mais legua na estrada que vem de São Paulo, fazendo frente para a Ribeira Porto Novo, seguindo o Palmital onde der o marco, outro marco na estrada do Taquarussú fazendo quatro pelo caminho de Iporanga, antigo, onde levará outro marco, e assim determinaram a quatro homens, que foram Joaquim da Rosa Luiz, para o Palmital, para o Taquarussú Manoel Rodrigues de Mattos, para o caminho de Iporanga José Vieira, para o caminho da cidade José Paes da Guerra, os quais serão notificados para prestarem juramento com os companheiros que precisarem para o dito efeito de que ficaria esta determinação com o nome imortal. E

disse ele dito tenente coronel fundador da villa que fazia isto em virtude das ordens de s. magestade que deus guarde dirigidas ao Ilmo. Exmo. General D. Luis Antonio de Souza de gloriosa memoria o que tudo consta do livro da criação da villa, do que para constar fez-se este termo que assignam. Eu que o escrevi, Carvalho Maciel Goes Silva Mattos (LUZ, 1996, p.34, grifo nosso).

Uma terceira fixação do povoado se deu em 1797 em local conhecido como Paiolino. A igreja matriz era dedicada a Santo Antônio e em sua praça fronteiriça foi fundado o pelourinho e então, demarcado o Rocio e local de fundação da casa de câmara e cadeia. Quando elevada a vila de Santo Antonio das Minas de Apiahy, em 14 de Agosto de 1771, seu termo congregava os arraiais de Iporanga e capela do Ribeira (LUZ, 1996, p.31).

Já no ano de 1798, segundo Valentin (2000, p.4) a lista nominativa infere, apesar de muitos escravistas constarem como “mineradores”, a produção total de ouro atingiu a pequena quantia de 1156 oitavas. Naquele mesmo ano, a população total registrava 891 pessoas, representando junto com a produção aurífera, um ínfimo crescimento em relação ao ano de 1784.

Figura 46: Interpretação da morfologia urbana de Itapetininga no século XVIII, sobre Mapa de 1949.



FONTE: Arquivo do Estado de São Paulo.

Na análise do núcleo fundacional de Apiahy (Figura 46), utilizando um mapa de 1949, que ainda guardava a configuração inicial da vila e uma imagem de satélite atual (Figura 47) é possível observar permanências e rupturas na morfologia urbana da vila fundada em 1771. São elas: a permanência das mesmas ruas do período de fundação: a Estrada Geral – que ligava a cidade do litoral de Cananéia até o caminho do Viamão – hoje Av. Duque de Caxias, que corta a cidade de Norte a Sul (linha vermelha); a Rua Dezenove de novembro é a mesma de 1949 (em linha laranja). Pode-se observar a Igreja Matriz de Santo Antônio (cruz vermelha), com a Cadeia de 1912 ao lado, na localização original da antiga Casa de Câmara e Cadeia (em quadrado marrom), na mesma Rua Sete de Setembro do mapa antigo. A Rua Quinze de Novembro continuou como eixo de expansão da vila, como se pode observar na imagem atual (Figura 47).

Figura 47: Análise das permanências e rupturas da morfologia urbana original de Apiahy, em mapa atual. Primeira Igreja Matriz na posição original (cruz vermelha), Casa de Câmara e Cadeia (polígono marrom) e interpretação do local onde esteve o pelourinho (ponto vermelho).



FONTES: Arquivo do Estado de São Paulo e imagem de satélite de Apiahy do GoogleMaps®, 2017.

Devido à peculiaridade da vila montanhosa se localizar em área de Serra, adaptou-se o traçado ortogonal para esta topografia, culminando em uma racionalidade de espaço também recorrente em plantas de cidades coloniais. A praça

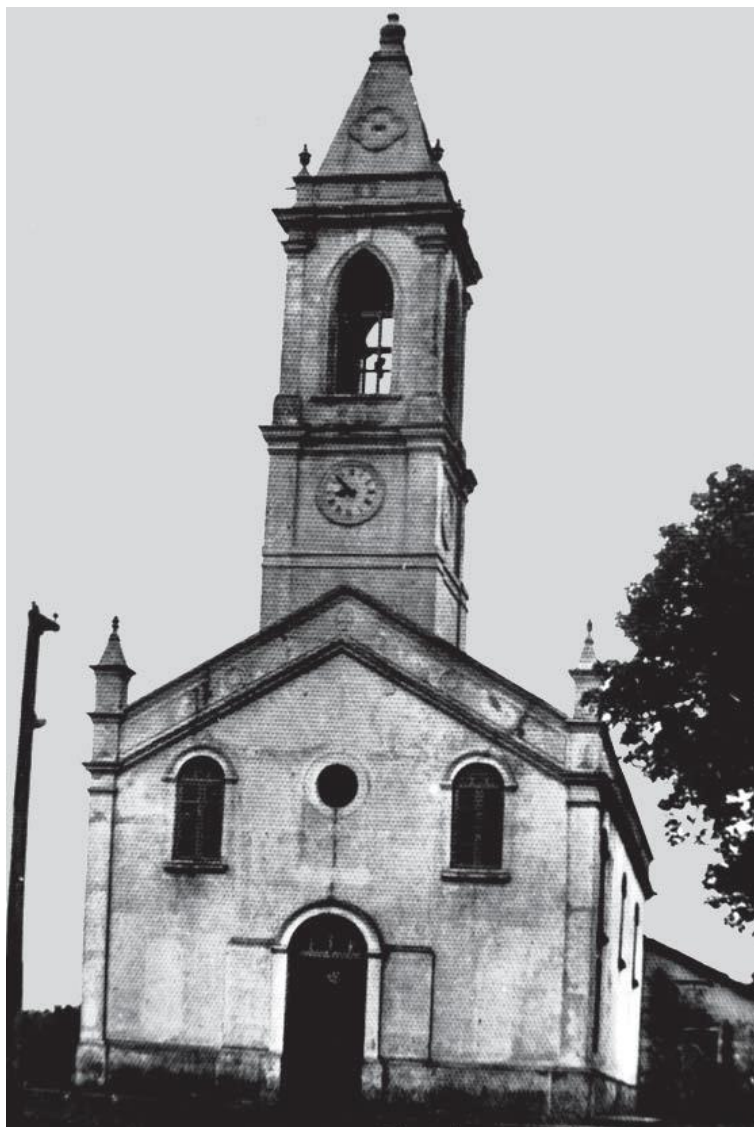
da matriz (em polígono verde, na Figura 47) confunde-se meio ao adensamento da cidade. Ressalva-se que a atual Igreja Matriz não é a mesma da fundação (Figura 48), mudando a direção de sua posição, porém localizando-se no mesmo espaço. Os anos que seguiram após a fundação da vila garantiram trocas sociais, econômicas e culturais que permitiram o crescimento urbano com a preservação das características coloniais na sua morfologia urbana.

A paróquia de Santo Antônio de Apiahy inicialmente se estabeleceu na primeira formação do povoado, junto ao Pião supracitado na tipologia construtiva usual da taipa. A segunda ficava junto à atual casa paroquial de Apiahy, onde se conserva resquícios de seu muro original. A igreja Matriz da vila de Apiahy (Fig. 48) foi fundada na gestão do padre Cláudio Furquim Pedroso de Alvarenga, que regeu até 1779, sendo sua construção iniciada com a elevação da vila no ano de 1771. Também feita de taipa, teve sua demolição na década de 1960, mantendo-se sua estrutura até a conclusão da nova Matriz de Apiahy.

Dentre as providências que seguiam as ordens de Morgado de Mateus, a construção da primeira casa de câmara e cadeia da vila teve início em 1773, feita de taipa de pilão com madeira de lei chamada Taiúva (Figura 49). Ela foi desativada no ano de 1912, quando ficou pronto o novo fórum delegacia e cadeia, hoje na praça em frente à matriz (quadrado marrom nas Figuras 46 e 47). Essas características formais podem ser claramente observadas na Figura 49, em uma foto aérea da vila, já no século XX, onde o traçado das ruas e a igreja com a cadeia ficam em destaque.

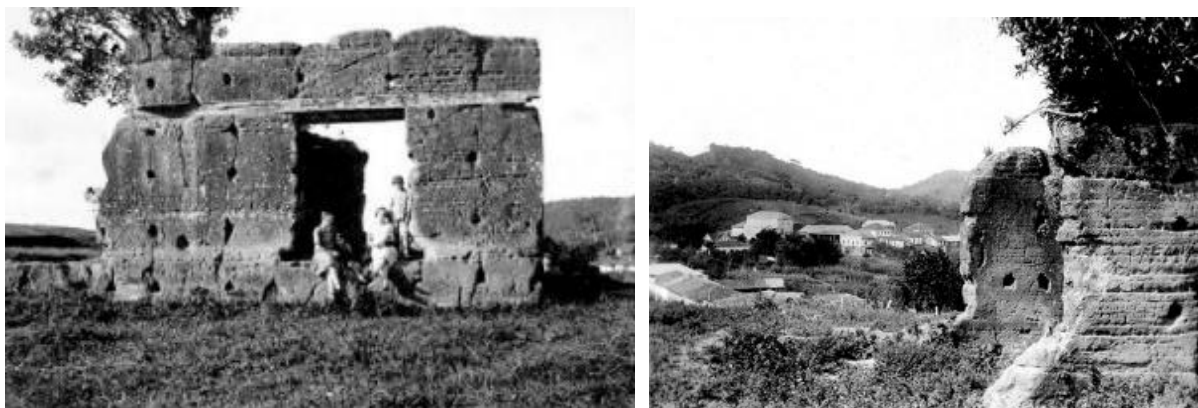


Figura 48: Igreja Matriz de Apiahy, 1954, poucos anos antes de sua demolição.



Fonte: Luz, 1996, p.199.

Figura 49: Ruínas da Cadeia de Apiahy em 1952, com os vestígios da construção em taipa de pilão. Estas ruínas foram demolidas definitivamente em 1952.



FONTE: Luz (1996, pg.97 e 99).

Figura 50: Foto aérea de Apiahy, 1938.



Fonte: Luz, 1996, p. 149.

O auto de ereção da vila de Apiahy deixa claro o método, com o qual se tomaram as providencias necessárias para que os edifícios religiosos e de poder civil da vila conformassem o urbano e instituíssem sua autonomia político-administrativa. Isso reflete diretamente no urbano, como pode ser percebido na Figura 50, uma vez que esses principais edifícios organizavam a malha urbana e estão presentes até os dias atuais.

Segundo revisão bibliográfica, evidenciam-se quatro hipóteses para a figura do fundador de Apiahy. A primeira atribui sua fundação aos irmãos Domingos e Antônio Rodrigues da Cunha, que primeiro estiveram na região aos anos de 1655, em função de trabalhos de garimpo nas noticiadas minas do então Governador, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. A segunda hipótese é de que Anna Marta Duarte, possuidora de extensas sesmarias, por doar porção de terra relativa à área do Paiolino juntamente com a imagem do santo à que se dedica a Matriz da vila, teria sido a fundadora. Outra hipótese aponta para o tenente coronel Custódio Francisco Pereira, que seguindo as

ordens de Morgado de Mateus, comandou a elevação da freguesia a vila, pois, como nos conta Luz (1996, p.57,58), em 1797 os componentes da Câmara pediram em ofício ao governador, para que reconhecesse Custódio Francisco Pereira como “fundador e criador, pessoa principal desta Villa”. Ele foi quem propiciou a organização político-administrativa da vila, sendo o juiz presidente da primeira câmara. A quarta hipótese aponta para Francisco Xavier da Rocha. Capitão Mor e pioneiro na ocupação do Pião, aparece em todas as três fixações do assentamento de Apiahy. Xavier da Rocha foi o nome mais consagrado como fundador por uma tradição oral mantida na cidade, como nos relata ainda o autor e pela bibliografia do início do século XX, sem base documental segura e já superada. (LUZ: 1996, p.55-60).

Fato é que D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, faz uso em sua gestão de uma metodologia de políticas de reestruturação, dentro de uma perspectiva de proteção dos territórios da Coroa e de fortalecimento da fiscalização de impostos. Assim, de acordo com a própria carta de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão ao diretor do povoado e de sua gestão, amplamente estudada por autores como Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009), pode-se constatar que as vilas erigidas no seu governo têm fundação atrelada a uma lógica administrativa regional própria.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da abordagem proposta no presente trabalho dedicou-se a compreender os processos pelos quais, nos primeiros séculos da história colonial brasileira, a formação do urbano e do território puderam revelar uma ideia de cidade portuguesa, com permanências e rupturas no processo de criação de vilas. A comparação entre estudos de caso específicos, revelou em que medida o ato fundacional, enquanto ritual revelador dessa ideia de cidade, esteve presente na fundação da vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba no século XVII, e nas vilas de Itapeva da Faxina, Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga e Santo Antônio das Minas de Apiahy, um século depois.

No primeiro capítulo, dois conceitos apresentados introduzem desde a chegada dos portugueses para a formação do urbano na América, até as primeiras intenções, com certas falhas, que impulsionaram a formação do território, como as capitanias hereditárias e o sistema sesmario. Os estudos já consolidados que foram apresentados demonstraram que havia um modo estruturado, advindo da capital e da Coroa, que deu origem aos primeiros núcleos de povoação no território. A investigação, baseada na história social, é direcionada para as capitanias do Sul e apresenta a formação da rede urbana nessa porção do território, os caminhos e a realidade social que neste momento histórico proporcionaram a subida da serra do mar, até o planalto jesuítico, onde se fundou São Paulo. Tudo o mais era desconhecido e pleno de sertões inexplorados. O sistema da posse de terra, junto com uma política administrativa e econômica, proporcionou o avanço no território, com a figura eclesiástica fazendo o papel de Estado. Sobre a perspectiva econômica, confirma-se no estudo da região e nos estudos de caso, a ideia defendida na obra de Reis (2013) sobre o primeiro ciclo de exploração nas capitanias do Sul. Sendo observados o impulso à urbanização por fatores de exploração mineral no morro do Araçoiaba, através do ferro e em Apiahy e com o morro do ouro, por exemplo, ambos anteriores à formação das Minas Gerais.

Sobre as ordens religiosas presentes neste contexto, em especial a dos Beneditinos, foram de fundamental importância no processo de fundação das vilas estudadas. Através dos capitães donatários, o poder de criar vilas culminou na

partição de imensidões de terra para agentes fundiários, como a família Fernandes, sendo a vila de Santana do Parnaíba uma das cabeças de rede responsáveis pelo acesso aos sertões. Através da exploração indígena, de sua cultura e conhecimentos sobre a terra, seguindo os processos de entradas, as vilas de Itu, Jundiaí e Sorocaba já estabelecidas com capelas conforme as instruções régias, deram início ao processo de formação da rede urbana do primeiro oeste paulista.

Conclui-se após a apresentação dessa parte, que o exposto no item 1.4 do primeiro capítulo, relativo à estruturação de um *modus operandi* enquanto o modo português de fundação de cidades, somente se difundiria nas vilas estudadas nos estudos de caso a partir de 1765, sob o governo de Morgado de Mateus.

O meio social e econômico foram cenários, nos quais se aplicaram as ferramentas administrativas fundamentais para a consolidação do processo hierárquico de elevação de vilas. Nada poderia escapar aos olhos da Coroa, porém em um panorama prévio à fundação de Sorocaba, as vilas de Monte Serrat e São Felipe na passagem do século XVI para o XVII, são exemplos de documentação escassa, que demonstraram a frouxidão com a qual se praticavam os rituais fundacionais, mesmo com a participação de agentes de poder, como o próprio D. Francisco de Souza, governador da capitania. Na continuação da análise do segundo capítulo, isto se confirma. Cronologicamente demonstra-se que as instituições administrativas permitiram lacunas para o estabelecimento de um processo rígido de fundação, neste período. Na doação do Patrimônio religioso à Ordem dos Beneditinos da vila de Sorocaba em 1654, atesta-se a peculiaridade da não demarcação, no ato fundacional, das terras de Rocio e Patrimônio religioso, gerando um conflito que comprova um processo singular, em comparação às outras vilas estudadas. Conclui-se, portanto, neste contexto que a Ordem Beneditina somente chegou a Sorocaba seis anos após o início da construção da capela. A importância do ato fundacional era justamente cumprir com rigor, as ordens administrativas pré-estabelecidas. O que somente se encontrou um século depois, no XVIII, com as primeiras cidades desmembradas do Termo de Sorocaba.

Analisando comparativamente a atuação da Ordem Beneditina no Rio de Janeiro, apresentado no item 1.5, com o conflito entre a câmara e a Ordem no 2.3.1, entende-se que nos primeiros anos de exploração na colônia o poder de Estado

delegado ao Clero permitia a confusão dos papéis. O território foi lugar de conflitos nos dois casos, mas também o local em que estavam presentes as possibilidades de urbanidade.

Conclui-se sobre o processo de fundação da vila de Sorocaba, portanto, a formação de 2 núcleos prévios ao assentamento atual. Monte Serrat que foi elevada a vila ainda no século XVI, revela o interesse da Coroa sobre terras férteis no sertão Paulista. Porém não sobreviveu pelo contexto social e econômico, incluindo o fator de que seu minério não era o ouro, mas sim, ferro. A dissociação de uma rede urbana tanto para Monte Serrat quanto para São Felipe, que foi elevada a vila logo depois, em um processo de migração e por requisição de seus moradores em 1611, traz a compreensão de que é necessário um contexto social, político e econômico maior em garantia da sobrevivência de uma vila. Sorocaba fundada em 1661 estava em um momento histórico diferente e com agentes articulados em um processo de rede urbana. Ressalta-se também que a confirmação parcial da regra neste caso, sobre o modo português de fundação de cidades, é somente a doação da capela a um orago, construção da matriz e eleição dos representantes da câmara. Ainda assim, declarando um processo pouco formatado quando comparado às três outras vilas estudadas no século XVIII. Onde somente nelas se encontra uma metodologia rigidamente estabelecida para o ritual de fundação.

Através da análise de documentos dos autos de fundação no terceiro capítulo, se percebe claramente uma lógica rigorosa de fundação de vilas, estabelecida em um momento histórico diferente. Foi somente na reestruturação das capitânicas do Sul no século XVIII através de Morgado de Mateus, imposta diretamente da capital pelo Marquês de Pombal, que se estabeleceram editais de fundação a serem seguidos. Os elementos necessários eram os mesmos utilizados no século XVI, a capela, o pelourinho, a doação de terras a um Patrimônio santo, a casa de câmara e os vereadores. Mas o estabelecimento da formalidade rígida para normatizar os rituais de ereção se difundiram amplamente na administração de D. Luiz Antonio de Souza. Declara-se nos documentos analisados sobre a fundação de Itapeva, Itapetininga e Apiahy, um *modus operandi* formatado. Os extratos para se formar vila compunham ferramenta legítima para a realização do ato fundacional.

O esforço nesta dissertação é de se voltar cronologicamente na historiografia, para poder avançar um pouco mais nos esclarecimentos sobre a fundação da vila de Sorocaba. Aqui se dedicou à compreensão da formação do urbano de algumas cidades em um contexto regional. A fim de inserir a fundação de Sorocaba em uma lógica maior do que somente a figura do seu próprio fundador. As pesquisas existentes abriram caminho e investigaram documentações a partir dos ciclos econômicos clássicos, como o período tropeirista do século XVIII, ou a instituição da ferrovia e do conjunto fabril no século XIX, tão importantes no processo econômico da cidade de Sorocaba. Porém, os apontamentos que aqui se fazem, objetivaram esclarecer lacunas deixadas pela história sobre os primeiros anos de vida dessa vila e sua inserção em um processo histórico-social. Através da cartografia histórica, de mapas e documentações primárias, pôde-se avançar na compreensão da fundação de mais três cidades do interior paulista, desmembradas diretamente da vila de Sorocaba.

Por fim, conclui-se que o ato fundacional, enquanto um ritual revelador do modo português de fundação de cidades implica diretamente na formação e perpetuação do espaço urbano edificado. Sendo constatado através dos autos de fundação que ruas, edifícios religiosos e civis eram implantados por esse instrumento.

Ainda se fazem necessários estudos específicos das vilas de Itapeva, Itapetininga e Apiahy, para detalhar ainda mais, através da documentação oficial das câmaras, as interações dessas vilas com o restante da rede urbana em formação e seus processos particulares sociais, econômicos e políticos, aplicados a um contexto regional.

Cabe aqui recordar a ideia de cidade que, através de rituais de ereção, proporcionaram a criação e instituição da sistemática de fundação. Isto impactou diretamente no território colonial, comprovado através da formação urbana das vilas estudadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: CASTRO, P. C; GOMES, R. L. Correa (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_ **Cidades Latino-Americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos**; organizado com Fania Fridman. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu: Editora Ottoni, 2002.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume: Fappesp, 2002.

BARROS, José D'Asunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**. n° 15, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1755 – 1775)**. São Paulo, Editora Alameda, 2007, 340 p.

BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, vol.17, nº2, São Paulo, 2009.

CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira. **História de Santana do Parnaíba**. São Paulo: Conselho estadual de cultura, 1971.

CELLI, Andressa. Evolução Urbana de Sorocaba. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)** – Universidade de São Paulo, 2012.

CEZAR, Adilson. Notas históricas sobre os princípios da povoação desta cidade de Sorocaba em 1661. **Revista de estudos universitários**: Sorocaba, v.2, 7, 1881.



COELHO, Sérgio. mosteiro perpetua a tradição. **Jornal O Estado de São Paulo**: 16 de agosto de 1970, p.50.

CORREA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

\_O Espaço Urbano. Editora Ática. **Série Princípios**, 3a.edição, n.174, 1995. p.1-16.

DAMASCENO, Cláudia. Pouvoirs, villes et territoires. Genèse et représentations des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil), XVIII e début du XIX esiècle. **Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études em Sciences Sociales**, Paris, 2001.

DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. Boletim Geográfico, São Paulo FFCLUSP (14): 14-8, 1933, (145: 229-308, 1944).

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. São Paulo. 225p. Tese de Doutorado – FAU USP, 2010.

DIÁRIO DE SOROCABA. 15 de agosto é uma data para comemorar: Sorocaba surgiu em fins de 1654. **Jornal Diário de Sorocaba**: Sorocaba, 13 de setembro de 2011 (Disponível em: <<http://www.diariodesorocaba.com.br/noticia/219646>> acessado em: 05 de outubro de 2017, às 21h 22).

FRIOLI, Adolfo. Morro de Araçoiaba. **Manuscrito para o Senhor William Fabri**, 28 de outubro de 1997.

HAAG, Carlos. A Ferro e Fogo. São Paulo: **FAPESP**, ed. 202, dezembro 2012.

HARVEY, David. (1989). **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. SALGUEIRO, Heliana A. (org). São Paulo: EDUSP, 2001.

LOBO, Rodrigo. **Fábrica de Ferro de São João de Ipanema**. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira: 6 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3563>> acessado em 09 de outubro de 2016, às 22h 34.

LUZ, Rubens Calazans. Santo Antonio das Minas de Apiahy. Apiahy, 1996. Disponível em < [www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/wp-content/uploads/eco/.../bd-gpme-0091.pdf](http://www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/wp-content/uploads/eco/.../bd-gpme-0091.pdf)> acessado em 18 de fevereiro de 2017, às 20h.

MARCOLIN, Neldson. Os primeiros anos da siderurgia: falta de conhecimento técnico dificultou implantação de uma nova indústria no país há 200 anos. São Paulo: **FAPESP**, ed. 173, julho 2010.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. São Paulo: Nobel, 1991.

\_ **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1980.

\_ **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: Aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)**. Sorocaba: Editora Pro Editores, 1999.

REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

\_ **Contribuição ao estudo da evolução Urbana no Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1968.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Paranoá – cadernos de arquitetura e urbanismo**, Brasília, 2017, v.18. (DOI: <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.10>).

SALGADO, Ivone. Fundação de freguesias, elevação de vilas e fortificação de raças na capitania de São Paulo (1765-1775): A gestão restauradora do Morgado de Mateus. **Notícia Bibliográfica e Histórica (PUCCAMP)**, v. 202, p. 15-37, 2008.

SAMPAIO, Theodoro F. Relatório apresentado ao Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província de São Paulo em 1886, referente à exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, 1886, p. 1.

SPOSATTI, Yara Cecília Costa. Arrolamento das fontes históricas de Itapetininga e região circunvizinha. **Revista de História USP**, v.24 – nº49, 1962.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português - Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora UNESP: São Paulo, 2012.

VALENTIN, Agnaldo. Estrutura domiciliar e posse de escravos em Apiahy, 1732 a 1798. In: **XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu, MG**. Anais (on-line), ABEP, disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/32>> acessado em 28 de outubro de 2016, às 16h 10.

VIEIRA, Rogich. **A Feira de Mueres em Sorocaba**. In: BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984, p. 33.

## **ARQUIVOS CONSULTADOS**

Arquivo Histórico Ultramarino

Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Museu do Anhanguera – Santana do Parnaíba

Museu Histórico Sorocabano

Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo